

**BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES
UNESP**

RESSALVA

Alertamos para ausência de alguns mapas e anexos, não incluídos pelo autor no arquivo original.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA OS
ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS DOS MUNICÍPIOS
DE QUERÊNCIA DO NORTE E PARANACITY/PR**

GESSILDA DA SILVA VIANA

Orientador: PROF. DR. ELPÍDIO SERRA

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

2003

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA OS
ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS DOS MUNICÍPIOS
DE QUERÊNCIA DO NORTE E PARANACITY/PR**

GESSILDA DA SILVA VIANA

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - FCT “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente, para obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental).

Orientador: PROF. DR. ELPÍDIO SERRA

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

2003

*Aos muitos homens e mulheres, companheiros,
que na luta pela transformação social,
cultivam e semeiam a esperança.
E que fazem das suas utopias,
a razão de suas vidas.*

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros do Partido dos Trabalhadores, minha escola na sistematização dos princípios políticos.

Aos assentados da COPACO e da COPAVI, homens e mulheres que me acolheram em suas casas, dividindo suas histórias de vida e de luta. Obrigada pela confiança!

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que semeia a esperança da transformação social e (re)acende, em nós, o poder da indignação.

Aos amigos e ex-professores de graduação Nilson César Fraga e João Pedro Pezzatto, que na ânsia de semear o saber despertaram-me a sede pela busca do conhecimento.

À minha família e aos amigos que de maneira direta ou indireta, com gestos ou palavras, estimularam-me a continuar.

À minha segunda família, Tai, Walter, Rose e Possi, companheiros que me “aturaram” durante o difícil processo de sistematização da produção intelectual. Obrigada pela paciência e compreensão!

A Deus, que apesar da inexatidão da forma, esteve atento aos meus monólogos, auxiliando-me no acúmulo de forças para a árdua tarefa.

Aos professores Antonio Thomaz Júnior e Bernardo Mançano Fernandes, pelas ricas contribuições ao meu trabalho no processo de qualificação.

Finalmente, mas não em último plano, ao professor Elpídio Serra, orientador e conselheiro, que acompanhou meus passos desde a disciplina de Geografia Agrária na graduação, palco das minhas descobertas, onde tudo começou. Obrigada pela tolerância

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E TABELAS	9
INTRODUÇÃO	13
I	23
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE	23
1.1. AS FRENTES PIONEIRAS	25
1.2. AS ORIGENS DO LATIFÚNDIO NO PARANÁ	29
1.3. A REPRESSÃO DO ESTADO: ALGUNS FATOS RECENTES.....	33
II	41
BREVE HISTÓRICO SOBRE O COOPERATIVISMO	41
2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS: COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E COOPERATIVA.....	43
2.2. ORIGEM DO COOPERATIVISMO	44
2.3. ORIGEM DO COOPERATIVISMO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	49
2.4. A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	51
2.5. COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO	56
2.5.1. Cooperativas de produção agrícola	58
III.....	62
A PROPOSTA COOPERATIVISTA DO MST	62
3.1. ORIGEM	64
3.2. A IMPORTÂNCIA DO SCA PARA O MST	65
3.3. A PROPOSTA EDUCACIONAL: UMA RUPTURA COM O TRADICIONAL.....	69
3.3.1. A cooperação agrícola como parte do projeto educacional.....	71

3.4. AS DIFERENÇAS ENTRE O COOPERATIVISMO TRADICIONAL E O PROPOSTO PELO MST.....	73
IV	78
HISTÓRICO DAS ÁREAS ANTES DA OCUPAÇÃO.....	78
4.1. O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE	80
4.2. A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS.....	86
4.3. A LUTA E A CONQUISTA DA TERRA: DO “ILEGAL” AO LEGAL.....	88
4.3.1. A ocupação	88
4.3.2. O acampamento.....	89
4.3.3. A desapropriação.....	93
4.3.4. O assentamento	95
4.4. O MUNICÍPIO DE PARANACITY.....	101
4.5. A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS.....	107
4.6. PARANACITY: A BATALHA CONTRA O JOGO DE INTERESSES.....	108
4.6.1. A ocupação.....	108
4.6.2. O acampamento.....	109
4.6.3. A desapropriação.....	111
4.6.4. O assentamento	113
V	117
O FRUTO DO PROCESSO HISTÓRICO: AS COOPERATIVAS – COPACO E COPAVI.....	117
5.1. AS COOPERATIVAS.....	119
5.1.1. Organização Interna	119
5.1.2. Produção e Produtividade da COPACO	132
5.1.3. Produção e Produtividade da COPAVI.....	139
5.1.4. Relações da COPACO com o Mercado	143
5.1.5. Relações da COPAVI com o Mercado.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
ANEXOS	160
ANEXO 1 – DECRETO Nº 95.784, DE 04 DE MARÇO DE 1988.....	161
ANEXO 2 – AUTO DE EMISSÃO NA POSSE.....	164
ANEXO 3 – CONTRATO DE ASSENTAMENTO	167

ANEXO 4 – ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO	
AGROPECUÁRIA CONQUISTA	170
ANEXO 5 – ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO	
AGROPECUÁRIA VITÓRIA (COPAVI).....	180
ANEXO 6 – REGIMENTO INTERNO DA C OPAVI.....	190
ANEXO 7 – QUESTIONÁRIO	205

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 - Área ocupada (ha), por produto, nos anos agrícolas de 1985 a 2000, no município de Querência do Norte	83
Gráfico 2.a - Área ocupada (ha), por produto, nos anos agrícolas de 1995 a 2001, no município de Paranacity	106
Gráfico 2.b - Área ocupada (ha) com o plantio de cana-de-açúcar e pastagens, nos anos agrícolas de 1995 a 2001, no município de Paranacity	107
Quadro 1 – Princípios dos Pioneiros de Rochdale	46
Quadro 2 – Organograma	66
Quadro 3 – Principais objetivos do SCA	67
Quadro 4 – Diferenças entre o cooperativismo tradicional e o modelo do MST.....	73
Quadro 5 – Estrutura Organizativa da COPACO e da COPAVI.....	125
Quadro 6 – Divisão de Setores.....	127
Tabela 1 – Transformações no contingente populacional no município de Querência do Norte, entre os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....	80
Tabela 2 – Utilização das terras no município de Querência do Norte quanto a lavouras, pastagens e produtivas não utilizadas, nos anos de 1975,1985 e 1995/96.....	81
Tabela 3 – Tipo de maquinário utilizado na agricultura no município de Querência do Norte nos anos de 1975,1985 e 1995/96.....	81
Tabela 4 – Perfil dos chefes de famílias do Assentamento Grupo COPACO	99
Tabela 5 – Transformações no contingente populacional no município de Paranacity, entre os anos de 1970,1980,1991 e 2000	103

Tabela 6 – Utilização das terras no município de Paranacity quanto a lavouras, pastagens e produtivas não utilizadas, nos anos de 1975,1985 e 1995/96.....	104
Tabela 7 – Perfil dos chefes de famílias assentadas na COPAVI.....	116
Tabela 8 – Relação e quantidade dos tipos de instalações existentes na COPACO.....	128
Tabela 9 – Relação e quantidade dos tipos de instalações existentes na COPAVI.....	129
Tabela 10 – Patrimônio da COPACO até o ano de 2002.....	131
Tabela 11 – Relação dos principais bens patrimoniais da COPAVI.....	132
Tabela 12.a.- Remuneração das famílias da COPACO, segundo o número de horas trabalhadas (1998/1999)	135
Tabela 12.b.- Remuneração das famílias da COPACO, segundo o número de horas trabalhadas (2000/2002)	136
Tabela 13 –Produção e comercialização de arroz da COPACO, safra 99/2000, 2000/2001 e 2001/2002.....	139
Tabela 14 – Receita da COPAVI, segundo o número de horas trabalhadas 1994 a 2002	142
Tabela 15 –Produção das principais atividades desenvolvidas pela COPAVI, entre Janeiro e Outubro de 2002	143



Foto de assentado
Fonte: Arquivo da Copavi.

Do rosto: o riso.
Das mãos calejadas: o broto,
expressão máxima da vida fecundada
no ventre da Terra.
(Gessilda Viana)

A Fala da Terra

*Carrego muitos nomes. Como Cruzes,
Sapé, Xapuri, Xinguara, Imperatriz,
Marabá, Santa Luzia, Carmo do Rio
Verde, Cabo Frio, Santa Maria da
Vitória, Uruaçu, São Francisco, Ronda
Alta, Bagé, Rio Maria.
A morte não golpeia às cegas.
A morte organiza sua colheita.
Quantos anos os trabalhadores do campo
levarão para gerar outros Chicos
Mendes, Margarida Alves, Eloi Ferreira,
Nativo da Natividade, Sebastião Lan,
Marçal Tupã-Y, Rose, Raimundo
Ferreira Lima, Belchior, o pai João
Canuto, os filhos Paulo e José Canuto?
Quantos anos as mães aflitas do povo
levarão para gerar e amamentar no leite
de todas as lutas outro Expedito Ribeiro?*

*A Liberdade da Terra não é assunto de
lavradores,
A Liberdade da Terra é assunto de todos
quantos se alimentam dos frutos da
Terra.
Do que vive, sobrevive de salário. Do que
não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo
Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.*

*A Liberdade da Terra e a paz no campo
têm nome:
Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da
cidade.
Para que ela ouça nossas canções e
cante.
E reacenda nesta noite a estrela de cada
um.
E ensine aos organizadores da morte
E ensine aos assalariados da morte,
Que um povo não se mata,
como não se mata o mar
O sonho não se mata,
como não se mata o mar.
A alegria não se mata, como não se mata
o mar e a sua dança.*

(Pedro Tierra)

INTRODUÇÃO

A “lei” de reprodução ampliada do capital apresenta-se de maneira a controlar progressivamente todos os ramos da produção, quer no meio urbano, quer no meio rural. Logo, torna-se impossível que sua ação implacável, associada à política neoliberal, não afete significativamente a vida de toda a classe trabalhadora no país.

Dentro deste contexto, estaremos ao longo deste trabalho, procurando suscitar alguns pontos fundamentais que permitam refletir, de maneira mais acurada, a atual situação do camponês brasileiro, compreendido aqui, segundo Oliveira (1991), como sendo o pequeno produtor familiar no campo.

Nesse sentido, considera-se importante relatar que a sociedade nem sempre foi capitalista e que os detentores do poder econômico utilizaram-se de instrumentos capazes de lhes garantir a manutenção do poderio, dentre eles, o Estado e a sociedade de classes.

Assim, o Estado apresenta-se como defensor do bem-comum, da liberdade individual, representante de todos e acima das classes sociais; porém, a história não o mostra como neutro e mediador dos conflitos, ao contrário, o Estado tem se colocado como profundo protetor da propriedade e, por sua vez, do capital.

Sobre a natureza do Estado, Marx (1996) diz que *A estrutura da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.*

Assim, os alicerces da sociedade são as estruturas econômicas, a forma como a humanidade produz e distribui os bens materiais, que são fatores condicionantes da superestrutura política, jurídica e da consciência social.

É necessário dizer que a organização social nem sempre se estruturou na manutenção do capital concentrado em poucas mãos com a expropriação da massa trabalhadora. Nas sociedades primitivas, os homens tinham meios de produção muito rústicos e não havia excedente. Não existia a separação entre proprietários e trabalhadores. Todos cultivavam e possuíam a terra e os instrumentos de trabalho. O exercício do poder e as leis eram realizados em

assembléias tribais. As idéias sobre o mundo, a vida e os valores morais eram criações comuns que vinham de geração em geração.

Com a descoberta de melhores instrumentos, passou a haver um excedente de produção e, com ela, a possibilidade da exploração do outro pela apropriação de seu excedente de trabalho. Aparecem as classes sociais: proprietários e trabalhadores.

A primeira sociedade de classes foi a escravista. Os proprietários eram os senhores, e os trabalhadores, os escravos. Os senhores governavam, faziam as leis e comandavam os exércitos; suas idéias e valores dominavam no conjunto social.

A mesma coisa aconteceu na sociedade feudal, divididos entre nobres e servos. E a história se repete na sociedade capitalista, divididos entre burgueses e proletários, ou os senhores do mercado e os excluídos.

A estrutura econômica mantém a superestrutura política, jurídica, militar e ideológica, que são limitadores dos espaços onde a humanidade constrói a história.

Na sociedade sem classes, como a primitiva, o poder era exercido de forma conjunta em benefício de todos. Não existia polícia nas comunidades primitivas e as armas eram usadas apenas contra outras tribos. Por tudo isso, nas sociedades primitivas não existia Estado.

O Estado nasce como fruto da divisão da sociedade em classes. Nessas sociedades, os proprietários, detentores do poder econômico, se apossaram, também, do poder político, que será exercido em benefício da classe. A função principal do Estado será de fazer prevalecer os interesses da parcela dominante sobre o conjunto da sociedade. Para tanto, será necessário municiar o Estado do poder de coerção (polícia, forças armadas) a fim de assegurar esses interesses pela força.

O Estado maquiado de defensor do bem-comum e das liberdades individuais é, na prática, uma instituição política, jurídica, administrativa e militar que tem por objetivo dirigir o conjunto da sociedade de acordo com os interesses da parcela economicamente dominante.

Marx (1996) afirma: *O governo do Estado não é apenas um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa.*

Porém, a principal função do Estado tem sido a de defesa dos interesses comuns dos capitalistas que utilizam a exploração dos trabalhadores, apropriando-se da mais-valia produzida pela classe com a finalidade de acumular capital. A continuidade do capitalismo depende da garantia indefinida de que os trabalhadores se deixem explorar; para tanto, é preciso impedir a conscientização e a organização pela luta dos interesses da classe, quer seja no campo ou na cidade.

Dessa forma, diante da excludente conjuntura sócio-econômica e política brasileira, a qual tem sido uma das responsáveis, senão a principal responsável, pela expropriação dos camponeses de seus meios de produção, a qual perpassa pela fundamental questão da forma de apropriação do trabalho pelo capital, procuraremos, ainda, realizar uma análise das conseqüências advindas dessa expropriação, bem como apresentar alguns exemplos positivos que surgem em decorrência do poder de superação da classe camponesa.

É preciso ter clareza de que o capital não é fruto de si mesmo, mas sim, do trabalho humano não pago, é a mais-valia que permite a sua reprodução.

No entanto, para que isso aconteça é necessário que o camponês seja privado de seus meios de produzir, pois somente dessa forma estará vulnerável diante dos desígnios do capital, não lhe restando outra alternativa que não a de vender a única coisa, o único bem que ainda continua a lhe pertencer: *sua força de trabalho.*

Dessa forma, o trabalho assume valor de troca, é oferecido em troca do salário pago pelo capitalista, salário este que, ao permitir apenas a sobrevivência do trabalhador, amplia cada vez mais sua reprodução como tal, impedindo-o de vislumbrar qualquer possibilidade de, através da remuneração recebida por seu trabalho (salário), voltar a ter acesso a seus próprios meios de produção, uma vez que a mais-valia que permite a acumulação do capital, é “*propriedade*” exclusiva do patrão.

A relação capitalista de produção nutre uma idéia de liberdade, pois uma vez que o trabalhador não possui um “*senhor*” tal qual nos antigos moldes da

sociedade escravista, pressupõe-se que o mesmo seja livre. No entanto, esta é uma falácia estratégica que se espraia pelo mundo do capital. É preciso que o trabalhador incorpore a idéia de liberto, pois a igualdade é condição básica para o fortalecimento da relação de compra e venda, e somente entre iguais esta relação se estabelece, sendo assim, o trabalhador alienado se encontra livre para vender sua mercadoria (trabalho) ao capitalista.

E é nesse momento de “troca”, onde o capital apropria-se do trabalho, que se estabelece uma estranha contradição, de acordo com as afirmações de Martins (1981, p. 128), *é como se o trabalho passasse a ser uma força do capital e não do trabalhador.*

É, portanto, a partir dessas relações e muitas vezes diante da impossibilidade até mesmo de vender sua própria força de trabalho, pois em muitas propriedades o emprego da máquina torna o emprego humano praticamente dispensável, que o camponês, cansado dos ultrajes a ele impostos, se dá conta da necessidade de organizar-se para, conseqüentemente, (res)surgir enquanto agente político atuante e enquanto sujeito histórico.

Vários e importantes movimentos históricos sempre estiveram vinculados à luta pela terra no Brasil, eles aparecem, num primeiro momento, como movimentos locais e ao longo do tempo, alguns tomam dimensão nacional. Esses movimentos *atuaram como a única significativa manifestação de vitalidade política das populações pobres do Brasil, tanto no campo, quanto na cidade, nas últimas décadas...* Martins (1993, p. 92). Eles vão desde a “descoberta”, há 500 anos, no confronto com as populações indígenas, passando pela revolta dos negros escravos e a implantação dos quilombos, as lutas messiânicas, as lutas radicais localizadas, o surgimento dos primeiros movimentos camponeses organizados entre 1950 e 1964, até os inúmeros acontecimentos, sempre ligados à luta dos trabalhadores rurais, que a partir de 1978, sobretudo nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, contribuem para o surgimento do que é hoje o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Estado do Paraná, cuja construção teve início na década de 1970, constituiu-se em importante elemento

no aparecimento desse Movimento. A criação do lago da Usina, em 1982, levou à inundação das terras de mais de 10 mil famílias que habitavam a região, levando as mesmas a se organizarem de maneira a reivindicar por parte do Estado, uma indenização mais justa, exigindo que as novas propriedades fossem concedidas dentro do próprio Estado, e que as benfeitorias existentes nas áreas atingidas fossem avaliadas através de preços mais justos. Dessa organização, surge o movimento “Terra e Justiça”.

Em 1984, no município de Cascavel, no Paraná, ao realizar-se o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1985, em Curitiba, capital paranaense, acontece o segundo encontro da categoria e o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cinco anos após, em 1990, na capital federal, acontece o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esses encontros foram indubitavelmente, por se constituírem como fruto da organização da classe trabalhadora camponesa, o alicerce para a consolidação do movimento, pois a partir deles, o mesmo cria corpo e força e se projeta no cenário nacional, e até mesmo internacional, como o movimento social de maior expressão das últimas décadas no Brasil¹.

Baseados em Stédile & Sérgio (1993), podemos considerar o MST como um movimento de massa cuja principal base social são os camponeses sem terra.

Dentre seus objetivos, se evidenciam três elementos como sendo fundamentais: a) a conquista da terra, que busca atender uma necessidade econômica, porém, sem o intuito de visar enriquecimento ou especulação; b) a realização da Reforma Agrária, compreendida enquanto medidas adotadas pelo Governo para alterar a estrutura fundiária do país e garantir terra aos agricultores; e c) lutar por uma sociedade mais justa, onde não haja esta relação de parasitagem dos exploradores para com os explorados, logo, que ambos deixem de existir enquanto dominantes e dominados.

Para Martins (1993:89),

¹ Informações obtidas a partir de GÖRGEN & STÉDILLE, 1991.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com toda a crise que possa estar enfrentando, representou um passo maduro em direção a uma reformulação das estratégias de luta pela terra e em direção a um direito de propriedade diverso, a uma reformulação das relações políticas.

Dessa forma, podemos afirmar que a classe camponesa hoje busca muito mais que o reconhecimento de seu direito de acesso à terra, ao procurar incorporar a dimensão política ao projeto de Reforma Agrária, luta pela transformação e ampliação dos direitos sociais, querem direito a saúde, educação, trabalho e segurança como qualquer cidadão comum, cumpridor de seus deveres e consciente de suas obrigações. É triste constatar que esta classe tem sido considerada, por alguns seguimentos da sociedade, dentre os quais destaca-se o próprio Governo, como uma categoria amorfa (sem forma definida), sem importância, como se não fossem eles os grandes responsáveis pela produção de alimentos em um país de dimensões continentais como o Brasil. Não é absolutamente do interesse da classe latifundiária preocupar-se com este “*detalhe*” (produção de alimentos), pois é imensamente mais rentável produzir para o mercado externo, é a exportação de produtos como a soja, o trigo, o milho, etc, que dão sustentação econômica às suas propriedades.

Portanto, há que se atentar para o fato de que a questão da terra não pode perpassar apenas pelo viés econômico, pois é evidente que o argumento baseado em índices de produção/produtividade consiste no eixo central do discurso economicista, tanto por parte do Governo como dos grandes proprietários rurais, e não dos camponeses. Por isso é importante a constatação de que a questão da Reforma Agrária não pode estar fundamentada apenas no aspecto da viabilidade econômica, é preciso haver consciência de que sua realização deve ser baseada no compromisso, na responsabilidade, em atender às necessidades humanas de uma grande massa, que apesar de despojada materialmente, possui ampla dimensão social, cultural e política.

É bem verdade que interesses historicamente escusos têm impedido a realização da “*tão sonhada*” (para alguns) Reforma Agrária no país.

Para Martins (1993), o grande problema no Brasil, a questão fundamental na Reforma Agrária, é a necessidade de se mexer na existência das oligarquias, pois a terra é a fonte do poder econômico e político que elas detêm até hoje. Logo, o problema não está exatamente no fato dos camponeses estarem buscando (re)conquistar seu espaço no campo através da ocupação de terras ociosas, mas a ameaça ao espaço político que isso significa para essas oligarquias.

Dessa forma, é fundamentalmente necessária a existência objetiva da luta e resistência da classe camponesa. Diante da cômoda inércia que toma conta da maioria esmagadora da classe política brasileira, evidentemente defensora de interesses próprios, a organização dos camponeses no sentido de reivindicar seu espaço, é profundamente legítima. É esta luta que tem feito com que eles saiam das sombras, deixando de ser uma figura folclórica, retrógrada, sinônima de atraso aos olhos da sociedade, fazendo-se notar enquanto elemento fundamental no processo de desenvolvimento e sustentação sócio-econômico, político e cultural do país.

Diante do aqui exposto, e como resultado desta forma de luta e resistência, é que consideramos pertinente a abordagem de dois exemplos concretos dos benefícios que a aplicabilidade de um verdadeiro projeto de Reforma Agrária poderia trazer, não apenas para os milhares de famílias camponesas, privadas do direito à terra no Brasil, mas para todos os segmentos da sociedade.

Trata-se, aqui, dos assentamentos rurais dos municípios de Paranacity e Querência do Norte, no noroeste do Estado do Paraná, os quais são cultivados de maneira coletiva, através de cooperativa fundada e administrados pelos próprios camponeses assentados.

A metodologia deste trabalho deu-se a partir da escolha do tema e da realização do levantamento bibliográfico, após mo qual foram elaborados questionários e realizadas entrevistas, os quais fundamentaram as pesquisas de campo, desenvolvidas nos assentamentos buscando apresentar as origens, as dificuldades, o modo de luta e de vida dos assentados, suas esperanças, suas crenças,

suas limitações, suas incertezas, pretendendo ressaltar que a organização popular pode, sim, transformar a sociedade.

Estruturado em cinco capítulos o presente trabalho aborda questões fundamentais para a compreensão do processo histórico das áreas em estudo, apontando para uma análise das formas de apropriação do espaço.

No Capítulo I, a abordagem da Formação do Espaço Agrário Paranaense, tem por objetivo a localização e o avanço sócio-espacial das frentes pioneiras, apresentando as estruturas originárias do latifúndio no Estado do Paraná, estrutura essa que, por sua vez, dada a concentração de terra e de poder, desemboca num violento processo de repressão por parte do Estado.

O Capítulo II apresenta como eixo estrutural as questões pertinentes ao cooperativismo, desde suas origens perpassando pelo desenvolvimento e implantação no Brasil.

A especificidade da proposta cooperativista do MST, pautada no Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, bem como numa proposta educacional voltada à ruptura com os moldes tradicionais de educação no campo, buscando uma nova pedagogia que eduque *para* o campo, compõem o Capítulo III.

Já o Capítulo IV, ao apresentar a história das áreas dos assentamentos inseridos no contexto do espaço geográfico dos municípios de Paranaity e Querência do Norte, retoma a trajetória dos assentados através dos movimentos de ocupação, acampamento, desapropriação e o assentamento enquanto expressão organizativa da conquista alcançada.

Por fim, o Capítulo V é composto do fruto do processo histórico: as cooperativas, abordando aspectos tais como sua organização interna, produção e produtividade, e suas relações com o mercado. Colocando para reflexão a partir de dados e imagens os resultados obtidos.

Cabe ressaltar que os assentamentos, sejam eles mistos, individuais ou coletivos, têm representado uma forma de socialização dos meios de produção, sem o qual o trabalhador jamais será capaz de tomar para si as rédeas de seu próprio destino, libertando-se das amarras do capitalismo desbragado que aniquila a independência e cerceia a liberdade dos mesmos.

Assim, os assentamentos significam muito mais que a ordenada organização do espaço, representam, também, a organização de pessoas que sonham, lutam, acreditam e realizam. É a ação humana gerando a reprodução de um novo espaço, a constituição de um novo território que, também mais do que expectativas, gera resultados significativos, apesar de todas as dificuldades que permeiam, e porque não dizer, que assolam, muitas vezes, a “*volta*” do camponês às suas origens².

² Em alguns depoimentos ao longo do trabalho, dado o teor das informações, optamos por omitir a identidade dos assentados.

I

**A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
PARANAENSE**

Levantados do chão

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?*

*Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da Terra tombar?*

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Ou na planta dos pés uma terra
Como água na palma da mão?*

*Habitar uma lama sem fundo?
Como em cama de pó se deitar?
Num balanço de rede sem rede
Ver o mundo de pernas pro ar?*

*Como assim? Levitante colono?
Pasto aéreo? Celeste curral?
Um rebanho nas nuvens? Mas como?
Boi alado? Alazão sideral?*

*Que esquisita lavoura! Mas como?
Um arado no espaço? Será?
Choverá que laranja? Que pomo?
Gomo? Sumo? Granizo? Maná?*

(Milton Nascimento/Chico Buarque)

Alguns elementos se apresentam como fundamentais na (re)construção do resgate histórico do processo de formação do espaço agrário no Paraná, dentre eles, as Frentes Pioneiras, as quais se encontram intimamente atreladas às origens do latifúndio, bem como à toda gama de conflitos e repressões vinculadas às formas de apropriação da terra no Estado.

1.1. AS FRENTES PIONEIRAS

Anteriormente à chegada do colonizador, a presença indígena no território paranaense era representada, segundo Wons (1994), sobretudo pelos Tupi-guaranis, os Jê (Botucudo e Caigangue) e, somente mais tarde descobertos refugiados no noroeste do Estado, os Xetá. Porém, é a partir do advento das Frentes Pioneiras que o Estado do Paraná passa a ser efetivamente ocupado pelo homem branco em termos populacionais, e também a ser explorado economicamente.

Foram três as Frentes, a primeira chamada Paraná Tradicional, composta por mineradores paulistas em busca de ouro, no século XVII, adentrando pela baía de Paranaguá e por alguns rios que cortam a Serra do Mar. Avançando posteriormente para a região dos campos gerais, essa Frente, também pautada no tropeirismo, passa a ter como principal atividade econômica a criação extensiva de gado amparada nas vastas áreas de pastagens que a região oferecia. Porém, após o esgotamento dessas terras, os colonizadores passam a direcionar seu interesse às áreas de florestas que até então não haviam sido exploradas.

O mapa a seguir trás a representação dos espaços ocupados por cada Frente Pioneira, bem como a localização de algumas cidades que no contexto se apresentam apenas enquanto pontos referenciais para localização.

Cabe também ressaltar a estreita relação da constituição do espaço agrário paranaense com o Regime de Sesmarias como elemento facilitador do acesso à terra.

Segundo Serra (1992), existem registros de que a primeira carta de sesmaria no Paraná, datada de 1614, teve como beneficiário Diogo Unhates, a quem foram concedidas vastas faixas do litoral paranaense.

A segunda Frente a tomar corpo no processo de ocupação do Estado é a Norte, que se configura, também, como a mais importante no contexto do presente trabalho. Tal importância lhe é atribuída principalmente por constituir-se em elemento-chave no processo de ocupação da mesorregião abordada, a Noroeste do Paraná, mais especificamente a Microrregião de Paranavaí, a qual engloba os municípios de Querência do Norte e Paranacity.

Essa Frente surge a partir da segunda metade do século XIX motivada pelo esgotamento das áreas de campos, pela desagregação da Frente Tradicional e pela crise na economia cafeeira paulista.

Dessa forma, partindo dos estados de Minas Gerais e São Paulo, vários migrantes chegam ao norte paranaense em busca dos benefícios da terra roxa para o cultivo das lavouras cafeeiras.

As duas correntes migratórias partem das zonas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, particularmente das zonas onde estavam localizadas as lavouras mais antigas e em fase decadente de produção, e se instalam no vale do Paranapanema através dos cursos médio e superior do rio Itararé, por volta da década de 60 do século passado³ (Serra, 1992, p.69).

Esse volume migratório traz uma certa preocupação para o Governo no sentido de procurar estabelecer um controle mínimo sobre a apropriação da terra no Estado e, ao mesmo tempo, fomentar seus projetos de colonização.

³ Ao estarmos no século XXI, considera-se necessário esclarecer que ao citar o *século passado*, o autor faz referência ao século XIX.

Serra (1992) faz uma significativa abordagem dos motivos que levavam preocupação aos governantes no que se refere à forma pelas quais as terras vinham sendo apropriadas:

De maneira geral, na época adquirir terras no Norte do Paraná não significava comprar, transacionar terras devolutas, mas simplesmente tomar posse e depois requerer, como nos tempos das sesmarias, o direito de propriedade junto ao Estado (Serra, 1992, p.70).

Visando solucionar o problema, por volta de 1920 o Estado passa a assumir projetos de colonização que acabam por definir e solidificar a repartição da terra agrícola no Norte do Paraná.

Ainda em Serra (1992), pode-se observar a importância de tais projetos de colonização no sentido de motivar grandes grupos econômicos a investirem em extensas áreas de terra roxa, isso tanto em função das excessivas facilidades concedidas no acesso à terra, quanto das potencialidades econômicas atribuídas à cultura cafeeira naquele momento histórico.

Por fim, a terceira Frente Pioneira, foi a da região Sudoeste, palco de grandes conflitos, como a Guerra do Contestado⁴ (1912-1916), onde os sertanejos que ocupavam as áreas em questão eram expulsos violentamente por milícias armadas a mando de coronéis.

Com a predominância dos interesses internacionais, como os da Lumber Corporation (companhia madeireira inglesa), fortemente defendidos por poderosos aliados brasileiros, e após a morte de milhares de pessoas, teve fim a Guerra do Contestado, com a vitória do exército sobre os camponeses.

Muito embora a disputa pela terra tenha sido motivo de grandes dissensões, até 1940 a região sudoeste não se configurava exatamente como área de interesse para o desenvolvimento econômico. Pois habitada por três categorias distintas, os madeireiros, os ervateiros e por uma parcela de pessoas envolvidas com culturas de subsistência, vivia uma situação de estagnação social e econômica.

No entanto, a partir de 1940 começa a haver a migração de agricultores gaúchos e catarinenses para o Sudoeste do Estado, movidos por fatores circunstanciais relacionados à propriedade da terra em seus locais de origem, pois o processo de colonização já estava dado, o que dificultava o acesso à novas áreas em seus respectivos Estados. Ainda na mesma década a entrada, sobretudo dos gaúchos, nessa região, passa a ser estimulada através de financiamento do Governo Federal com o intuito de resolver o problema do adensamento populacional no noroeste do Rio Grande do Sul.

Assim, a vinda das famílias oriundas dos dois estados vizinhos para a ocupação das áreas ociosas, contribui, de forma significativa, para a expansão, o desenvolvimento e, conseqüentemente, para a consolidação da última frente de colonização paranaense.

1.2. AS ORIGENS DO LATIFÚNDIO NO PARANÁ

Muito embora não seja objetivo deste trabalho apresentar um aprofundado resgate histórico sobre toda a gama de fatos pertinentes à forma de apropriação da terra no Norte do Estado do Paraná, considera-se minimamente necessária a exposição de alguns fatos que motivaram tal processo.

A exemplo do acontecido em todo o país, no Paraná a transição da propriedade pública para a propriedade privada da terra, advém da concessão das cartas de sesmarias. O que pode não justificar, mas certamente é capaz de explicar a aquisição de vastas áreas de terra por aqueles economicamente mais abastados e possuidores de certo prestígio junto à Coroa Portuguesa.

O fato do poder político e econômico, e não o vínculo com a atividade produtiva funcionar como credencial para a conquista da terra, vai fazer com que a sesmaria apareça, já de início, estreitamente

⁴ Maiores detalhes sobre a Guerra do Contestado em Fraga, 1998.

identificada com a propriedade improdutiva no Paraná (Serra, 1991, p.45).

Já nessa época, os trabalhadores rurais eram excluídos do acesso à terra, levando-os à condição de apenas se instalarem em áreas desocupadas. No entanto, mesmo levantando ali suas moradias e desenvolvendo o cultivo de algumas culturas, eram surpreendidos por “*proprietários*” com títulos de propriedade recentemente conseguidos, obrigando-os a deixar, não apenas a área, mas também o que haviam construído até então.

Assim, ante o favorecimento dos ricos na concessão da sesmaria, a população pobre, despossuída de toda e qualquer possibilidade de acesso à terra, passa a intensificar o novo modelo de apropriação: a posse.

Dessa forma,

Ao se transformarem em fato comum, os apossamentos irregulares, seguidos de expulsão dos posseiros “invasores”, vão se constituir numa das primeiras formas de conflito pela posse da terra no Paraná, ao mesmo tempo em que, à força, vão abrir caminho para a efetiva afirmação da pequena propriedade no contexto da estrutura fundiária pioneira (Serra, 1992, p.77).

Ao constituir-se no fator legitimador da pequena propriedade, a posse, ao lado das sesmarias, passa a ser, não apenas a única forma de acesso dos camponeses à terra, mas trás consigo a origem dos conflitos os quais intensificam-se na medida em que o regime de sesmarias é extinto em 1822, e a posse passa a ser, também, o modelo de aquisição de terras da elite.

A nova categoria de “*posseiros*”, denominados também de “*papa-terras*”, possui uma característica que a diferencia profundamente da anterior. Apesar de restarem poucas áreas no Estado que não se encontravam nas mãos dos sesmeiros, os “*papa-terras*”, buscavam apossar-se do maior volume de terra possível, no entanto sem a preocupação de cultivá-la, enquanto os pequenos posseiros extraíam dos objetos de posse a sua subsistência.

Após 28 anos de vácuo na legislação que regulamentava a propriedade da terra no Brasil, pois a extinção das sesmarias deu-se em 1822, e somente em 1850 instituiu-se a Lei de Terras (Lei nº 601/1850), é que o espaço agrário brasileiro e paranaense, o qual torna-se província em 1853, passa a ser reordenado no que tange à política de distribuição de terras.

A regulamentação da aquisição de terras somente através da compra; a revalidação das cartas de sesmaria; a abertura da vinda de colonos estrangeiros livres às custas do Tesouro, incentivado pelo início do processo de abolição dos escravos, que fragilizava a manutenção da mão-de-obra na lavoura das fazendas e o não reconhecimento de formas irregulares de acesso à terra, apenas das posses mansas e pacíficas são exemplos de normas estabelecidas pela Lei 601/1850.

Porém, como tem acontecido historicamente, a Lei não veio para favorecer os camponeses, nem mesmo os colonos imigrantes. Os primeiros, em virtude da não disponibilização de recursos para adquirirem seus lotes e, os segundos, mesmo os que possuíam melhores condições financeiras, eram impedidos pelos altos preços convenientemente estabelecidos pela Legislação Imperial no sentido de garantir mão-de-obra barata e abundante aos fazendeiros, impossibilitando, assim, que os trabalhadores passassem a ser proprietários de seu próprio pedaço de chão.

Assim, a Lei acaba por garantir à Província a manutenção das grandes propriedades na medida em que dificulta o acesso à pequenas faixas de terra, passando a incentivar, através do processo imigratório, a ocupação do território.

Porém, ante necessidades como a de produzir gêneros alimentícios para abastecimento da Província, os governantes passam a dar um novo caráter à presença do colono imigrante. Com o objetivo de povoar os espaços e garantir minimamente a criação e manutenção de um mercado interno voltado ao suprimento da demanda alimentícia, passam a incentivar a vinda de imigrantes com vínculos junto à agricultura.

Os resultados desse processo deram-se de forma lenta e muitas vezes ineficiente, pois foram décadas de tentativas buscando instalar os colonos em

áreas normalmente isoladas e de baixa produtividade, o que não possibilitava o sucesso das iniciativas.

Assim sendo, é somente com o advento das duas Grandes Guerras que o Paraná começa a obter resultados com a fixação dos imigrantes em colônias agrícolas próximas aos centros urbanos, dando sustentação ao estabelecimento de pequenas propriedades.

Em função do exposto, torna-se indiscutível, portanto, que a situação fundiária da região nada mais é que o reflexo da ação desmedida dos detentores do poder sócio-econômico e político, não somente da época, mas também de todos aqueles que compuseram sua geração de predecessores, e que ao compô-la reproduziram suas ações em relação à propriedade da terra.

Tais ações, movidas pela estreita relação entre a posse da terra, a acumulação do capital – via sujeição da renda da terra – e a detenção do poder, desencadeiam uma série de fatores os quais vão acabar sendo responsáveis, diretos e/ou indiretos, pelos desdobramentos da luta pela terra no Paraná e pela busca da transformação da estrutura agrária.

Nesse sentido, a transformação encontra-se condicionada à compreensão de que é a sujeição da renda da terra ao capital que viabiliza e dá sustentação à expansão do modo capitalista de produção no campo, uma vez que automaticamente apropria-se não apenas do fruto do trabalho, mas, também, do *próprio* trabalho camponês. Portanto, a concepção de formas que propiciem o rompimento com esse processo de sujeição faz-se urgente, diante da eminência da classe trabalhadora, seja camponesa ou urbana, continuar sob o jugo de uma minoria dominante, característica predominante e extremamente marcante na cultura capitalista.

Assim, as considerações de Martins (1981), se constituem em alerta ao fato de que a luta pela terra será sempre uma luta contra o capital:

Já não há como separar o que o próprio capital unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o

capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência (Martins, 1981, p. 177).

Logo, diante desse contexto de sujeição do trabalho ao capital, onde se processa a expropriação e exploração do trabalhador no campo, que privado de seus meios de produção, é envolvido pelos tentáculos do modo capitalista de produzir, que a realidade conservadora da estrutura fundiária paranaense consiste em forte adversária à luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, haja vista a opressão e violência com a qual o mesmo tem sido combatido em todo o Estado.

Dessa forma, considera-se fundamental a realização de breve explanação sobre os recentes conflitos travados em decorrência da luta pela terra no Estado e, sobretudo a postura de “*combate*”, muitas vezes armado, assumida pelo mesmo em relação aos trabalhadores rurais sem terra, a qual vem reafirmar a condição histórica de antagonismo entre Estado e classe camponesa.

1.3. A REPRESSÃO DO ESTADO: ALGUNS FATOS RECENTES

Historicamente, o Estado do Paraná tem sido marcado pelo conservadorismo e pela ação repressora de seus governos no que tange às manifestações dos Movimentos Sociais. Tem sido assim, contra os professores nas greves, contra as mulheres de policiais ao reivindicarem melhores salários e condições de trabalho para seus companheiros, contra o Movimento dos sem teto, despejados com truculência das áreas de ocupação, e não tem sido diferente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Muitos foram os que tombaram nos últimos anos na luta pela conquista da terra e pela concretização de uma Reforma Agrária justa, onde os latifúndios deixem de ser meras faixas de terra improdutiva, para se transformarem em fonte de geração de trabalho, alimentos, dignidade e riqueza para grande parte da nação brasileira.

Os Trabalhadores Sem Terra no Paraná têm, a exemplo do que ocorre em muitos lugares no Brasil, sofrido vários desmandos por parte do Estado,

não apenas enquanto órgão “*mantenedor da lei e da ordem*”, mas também na omissão deste quando da necessidade de impedir a violência contra os trabalhadores. As “*punições*” são amplamente aplicadas quando trata-se dos Sem Terra, no entanto, a velha e morosa ação da justiça volta à tona quando se trata de fazendeiros ou de suas milícias armadas.

Esses exemplos tornam-se bastante evidentes quando rebuscamos alguns dos vários fatos ocorridos no Estado nos últimos anos.

Em 07/02/1998, na cidade de Marilena, foi assassinado o trabalhador Sebastião Camargo Filho, 65 anos, com um tiro de espingarda na nuca. Em 09/07/98, foram despejadas as famílias acampadas na Fazenda Santa Gertrudes, em Mariluz, por um grupo de aproximadamente 700 policiais que, como é de praxe nessas ocasiões, agiram com truculência, atirando, lançando bombas de gás lacrimogênio e contando com a ajuda de cães treinados. Em 27/11/98, foram dois assassinatos, em Querência do Norte, o sem terra Sétimo Garibaldi, 51 anos, e em Laranjal, o jovem José Rodrigues, 17 anos, ambos mortos por tiros em emboscadas de pistoleiros/jagunços os quais compõem milícias armadas na região.

No dia 29/03/1999, mais uma vítima, Eduardo Anguinoni, 31 anos, irmão de uma das lideranças regionais do MST em Querência do Norte, é assassinado com 3 tiros.

Em 12/04/1999, duas crianças moradoras do assentamento Marrecas, município de Turvo, ao retornarem da escola, são surpreendidas por dois tiros, vindos de um veículo Opala branco, tendo um deles acertado o menino Marcos Luís Mendes, filho de um dos coordenadores estadual do MST.

Um dos episódios de maior impacto no que se refere à arbitrariedade do Governo do Estado, reproduzida na ação policial, ocorreu no dia 06/05/1999. Por volta das 22:00 horas, foram colocadas tropas de comandos especiais fortemente armadas, com os rostos encobertos por máscaras e com uniformes sem identificação, bloqueando todas as entradas/saídas da cidade de Querência do Norte, impedindo inclusive o acesso da imprensa.

O objetivo da ação era o cumprimento da reintegração de posse, onde aproximadamente 200 famílias foram despejadas por um aparato policial de 2500 homens, inclusive com grupos anti-sequestro, helicópteros e várias viaturas.

Segundo o Secretário de Segurança Pública do Paraná da época (Cândido Martins de Oliveira), os sem terra tiveram o que ele chamou de “*tratamento de primeiríssima*”, negando qualquer tipo de violência, muito embora os jornais tragam dados sobre dois sem terra desaparecidos; a informação de que populares ouviram tiros durante a noite e a afirmação de que o clima na cidade foi de terror.

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Paraná, contestam a forma como se deu a operação.

Conforme matéria exibida no jornal O Diário do Norte do Paraná em 08/05/1999, cerca de 30 profissionais da imprensa foram impedidos de chegar às fazendas onde ocorriam as desocupações, e quando finalmente lhes foi permitido o acesso, os sem-terra já haviam sido transferidos, pela Polícia Militar, para local desconhecido. Sobre este fato, ainda na mesma reportagem, fica clara a postura opressiva do Estado em relação ao MST e à própria imprensa:

Essa atitude autoritária da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança do Paraná não é nova. O Governo do Estado, por meio da PM e da Secretaria, quer ser a única voz dos fatos no Paraná. Os paranaenses têm direito à informação completa e não podem ser submetidos à ditadura do pensamento único. Polícia que pretende realizar ações pacíficas não precisa temer a presença da imprensa. Os holofotes que podem atrapalhar a operação, como disse o Secretário Cândido Martins de Oliveira, são os mesmos que garantem um estado real de democracia e cidadania (O Diário – 08/05/1999).

Já em relação à OAB, o questionamento perpassa pela inconstitucionalidade e ilegalidade das operações de despejo transcorridas durante a madrugada, bem como pela atitude da PM em enviar os sem terra de volta à seus

municípios de origem, ferindo o direito de ir e vir garantido constitucionalmente à todo cidadão e cidadã.

Durante o ano 2000, os desmandos continuaram contra os trabalhadores. Em 17 de janeiro, um grupo de 500 policiais, fortemente armado, efetivou, durante a madrugada, mais um despejo, dessa vez de 198 famílias na Fazenda Sandra em Diamante do Norte.

Somente nos dezoito primeiros dias do ano, já haviam ocorrido cinco despejos e mais de trinta prisões de trabalhadores sem terra.

Em 02/05/2000, seguiam para Curitiba, capital do Estado, vários trabalhadores rurais sem terra, com o intuito de realizarem uma manifestação contra as desocupações e pela reivindicação de seus direitos em busca da Reforma Agrária.

No entanto, segundo o Secretário de Segurança Pública José Tavares de Miranda, havia “notícias” de que os sem terra invadiriam prédios públicos na capital. Assim, segundo nota oficial do Governo do Estado,

(...) a orientação dada pelo governador Jaime Lerner, era de se fazer respeitar a ordem e evitar a transformação de uma ação política dos sem terra num conflito de proporções indesejáveis (Folha Online – Brasil, 04/05/2000).

Ao chegarem nas proximidades de Curitiba, na BR-277, que liga a cidade de Campo Largo à capital, os ônibus que levavam os sem terra foram interceptados pela polícia militar com o objetivo de fazer com que os mesmos retornassem aos municípios de origem, impedindo, dessa forma, sua chegada ao local de destino.

O saldo desta ação foi de aproximadamente 400 trabalhadores rurais sem terra presos, mais de 50 feridos e um morto.

O trabalhador Antonio Tavares Pereira, 38 anos, residente em Candói (350 Km de Curitiba), foi assassinado com um tiro de uma arma calibre 38, que apesar das contestações por parte da PM e da Secretaria de Segurança Pública, foi constatado, mais tarde, após perícia, pertencer a um policial militar.

Os conflitos aqui mencionados, e tantos outros ocorridos no Estado, deram origem à instalação do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná, realizado no dia 02/05/2001, em Curitiba, com objetivo de julgar os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais sem terra, durante o governo Jaime Lerner no período de 1995/2001.

Muito embora o Tribunal não tenha tido valor jurídico, teve um significativo valor simbólico na medida em que denunciou a omissão da justiça, reafirmando os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais do ser humano.

Tendo sido presidido pelo advogado Hélio Bicudo (Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos), o Tribunal também contou com a presença de muitas outras personalidades mundiais envolvidas na luta contra as injustiças, como o escritor argentino Adolfo Pérez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz, 1980), o sociólogo e jornalista americano James Petras, a senadora Heloísa Helena (PT/AL), o advogado argentino Eugênio Raul Zaffaroni, e ainda, muitas pessoas vindas de várias partes do país, representantes da sociedade civil organizada, da imprensa nacional e internacional.

As acusações contra o governo se pautaram na:

- violação do direito à vida;
- tortura;
- violação à liberdade de ir e vir;
- desrespeito à liberdade de manifestação e de imprensa;
- restrição ao exercício profissional da advocacia;
- desrespeito à inviolabilidade do domicílio; e
- violação do direito à privacidade.

Muito embora o Governo tenha sido comunicado sobre a realização do Tribunal e lhe tenha sido concedido amplo direito de defesa, o mesmo não compareceu, nem enviou advogado/representante para participar do julgamento.

Após vários depoimentos, exibição de cenas de confronto e violência contra os trabalhadores rurais sem terra, foi determinada a sentença final do Tribunal Internacional:

Sentença do Tribunal

Adoto, como relatório desta, o apresentado no início deste julgamento. Os fatos existentes do libelo restaram comprovados, o que evidencia nas respostas dos senhores jurados, permitindo as seguintes conclusões:

1º) Que o governo do Estado do Paraná tem atuado de forma a impedir a Reforma Agrária que a Constituição da República impõe, mantendo intocado o sistema fundiário que pune o trabalhador da terra;

2º) Que o poder Judiciário deste Estado, mediante a concessão de liminares sem o aprofundamento do exame da questão social envolvida, tem se aliado às forças revolucionárias do latifúndio;

3º) Que a Polícia Militar do Estado do Paraná, no cumprimento de determinações do governo local, ou atuando como verdadeiro poder paralelo, é diretamente responsável pelas violações dos direitos humanos descritas neste Tribunal Internacional.

Diante do exposto, impõe-se reformulações, antes de mais nada, na maneira de atuar do Executivo e, depois, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, aquele por procrastinar a aprovação de projetos de lei que devam disciplinar, segundo os princípios que privilegiam os direitos humanos, as controvérsias que envolvem no campo proprietários e trabalhadores, e este (Poder Judiciário) por desconhecer nos episódios em causa a função social do Direito existe. É, assim, fundamental que se adote uma definição típica do que sejam crimes contra os direitos humanos para efetivar o seu processo e julgamento, ao mesmo tempo em que se adote a legislação necessária para elidir a competência da Justiça Militar no processo e julgamento dos crimes cometidos por policiais militares contra civis. Finalmente, este Tribunal Internacional, reconhece a responsabilidade pelas violações dos Direitos Humanos de que tomou conhecimento no presente julgamento, do governo do Estado do Paraná. (...)"

Apesar da condenação do governo do Estado pelo Tribunal e da repercussão nacional e internacional, a luta do movimento organizado não cessa, pois a história de opressão continua.

Como símbolo da continuidade da luta, foi erguido, às margens da rodovia BR 277 – km 108, local onde foi assassinado o trabalhador Antonio Tavares Pereira, um monumento com 10 metros de altura, idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado em 01/05/2001.

Mais do que um simples monumento é uma forma de representação da resistência, luta e sofrimento, de homens, mulheres e crianças que buscam a conquista de espaço para si mesmos e para tantos outros, no contexto da sociedade geral, da qual tem sido excluída cada vez com maior intensidade.



Pousado no auto da curva, com ousadia e lucidez, o monumento testemunha o tempo de violência a esperança da liberdade. Está aí, na margem da rodovia, para testemunhar que os pobres continuam não tendo lugar na sociedade de hoje. Para lembrar os inúmeros acampamentos de beira de estrada, onde os trabalhadores e trabalhadoras esperam, porque não têm para onde ir (Jelson Oliveira⁵).

⁵ Poeta e secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná.

II

**BREVE HISTÓRICO SOBRE O
COOPERATIVISMO**

As Terras e os Homens

*Velhos latifundiários incrustados
na terra como ossos
de pavorosos animais,
supersticiosos herdeiros
da encomenda, imperadores
duma terra escura, fechada
com ódio e arame farpado.
Entre as cercas o estame
do ser humano foi afogado,
o menino foi enterrado vivo,
negou-se lhe o pão e a letra,
foi marcado como inquilino
e condenado aos currais.
Pobre peão infortunado
entre as sarças, amarrado à não existência,
à sombra das pradarias selvagens.*

*(...) E ví quantos éramos, quantos
estavam a meu lado, não eram
ninguém, eram todos homens,
não tinham rosto, eram povo,
eram metal, eram caminhos.
E caminhei com os mesmos passos
Da primavera pelo mundo.*

(Pablo Neruda)

2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS: COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E COOPERATIVA

Neste capítulo, num primeiro momento pretende-se estabelecer alguns esclarecimentos básicos sobre as questões conceituais que envolvem os termos cooperação, cooperativismo e cooperativa, uma vez que fazem parte do núcleo central deste trabalho.

Assim, o *Cooperativismo* pode ser compreendido como uma proposta anticapitalista que, por encontrar-se pautada na justiça social, propõe o combate ao monopólio como forma de corrigir a desigualdade social; a *Cooperação*, como a colaboração entre um grupo de pessoas com interesses comuns em prol de um objetivo específico e por fim, a *Cooperativa*, que se constitui em uma forma associativa valorizadora dos aspectos socio-econômicos, sem, no entanto, eleger como foco central de sua ação o lucro. Logo, torna-se perceptível a existência de uma relação intrínseca entre eles que armazenam, em sua essência, não apenas a preocupação com os aspectos sociais e econômicos, mas, também, ao longo do tempo, desde o seu surgimento, se colocam como alternativas no sentido de propor o avanço e a melhoria desses aspectos.

Porém, para uma definição mais abrangente utilizar-se-á as definições adotadas por Pinho (1965), onde a palavra cooperação deriva do verbo latino *cooperari*, que significa operar juntamente com alguém; é a prestação de auxílio para um fim comum. Já *cooperativismo e cooperativa* encontram-se definidos, logo empregados, como sendo:

Cooperativismo: no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas.

Cooperativas: no sentido de sociedade de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só

a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. (...) sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais (Pinho, 1965, p. 8).

Ao apresentar essas definições, Pinho demonstra sua preocupação com as terminologias alertando, inclusive, para que as mesmas não sejam utilizadas enquanto sinônimos.

Por isso, ante o desafio de realizar um estudo sobre a relação dos assentamentos rurais com o cooperativismo, ou sobre o papel do mesmo junto a esses assentamentos e, principalmente, ao se tomar conhecimento das preocupações de Pinho (1965), considera-se de extrema importância a realização de alguns esclarecimentos sobre o sentido em que os referidos termos serão aqui empregados, sobretudo dada a relevância dos mesmos ao presente trabalho enquanto elementos que a ele dão sustentação.

2.2. ORIGEM DO COOPERATIVISMO

A Doutrina Cooperativista tem suas raízes fundamentadas nos chamados utopistas que já na segunda metade do século XV retratavam, em suas obras, organizações sociais capazes de, com o passar do tempo, superar as “*incorrecções*” existentes no tipo de sociedade vigente naquele momento. Haja vista obras como Utopia, de Tomás More (1478-1536) e Nova Atlântida, de Bacon (1561-1626), onde o mesmo desenvolve a idéia de uma anti-República baseada no fato de que a harmonia e o bem-estar dos homens só se daria a partir do domínio da natureza pela ciência, o que, conseqüentemente, possibilitaria a melhoria da vida dos cidadãos em geral. Não compreendendo a organização econômica e social como responsável pelo bem-estar da população, mas, sim, entendendo-a como conseqüência da ação da Casa de Salomão onde viveriam e trabalhariam os sábios da Nova Atlântida.

Além de Bacon e Tomás More, também houve vários outros pensadores, como P.C. Plockboy, John Bellers, Robert Owen, William King, Charles

Fourier, Philippe Buchez, Louis Blanc⁶, os quais contribuíram significativamente para a consolidação do cooperativismo moderno. Suas experiências, tanto teóricas quanto práticas, ofereceram o suporte necessário para a construção de uma concepção, não apenas econômica, mas, também, social, no que tange à forma de organização e funcionamento do sistema cooperativista.

Todo o contexto histórico de transformações econômicas e sociais ocorridas no âmbito da Revolução Industrial contribuiu para que uma considerável gama de pensadores buscassem encontrar formas para compreender as causas e, conseqüentemente, propor soluções para o problema das injustiças sociais que afetavam a classe trabalhadora na Europa.

Entre 1760 e 1830, a Inglaterra constituía-se praticamente no único palco de desenvolvimento da Revolução Industrial; contudo, ao mesmo tempo em que se transformava no principal produtor e exportador de produtos manufaturados, também acumulava uma série de problemas sociais com o rápido crescimento populacional das cidades nas regiões industrializadas.

Não bastassem as precárias condições de existência a que os operários estavam sujeitos (moradias deploráveis com aluguéis exorbitantes ou a própria falta das mesmas), havia, ainda, o desemprego e, quando empregados, as condições subumanas de trabalho diante das quais nem mesmo mulheres e crianças eram poupadas.

Villemé (apud Medeiros & Mocellin, 1991) traduz com bastante eloqüência a exploração que atinge essas duas categorias de trabalhadores durante o referido período:

Olhai para elas quando vêm para a cidade de manhã e partem à noite. Há muitas mulheres, pálidas, magras, descalças na lama... E há também crianças – mais do que mulheres – não menos pálidas, não menos sujas, cobertas de farrapos, besuntadas do óleo dos teares que as esparrinhou durante o trabalho (Medeiros & Mocellin, 1991, p. 82).

⁶ Maiores detalhes sobre os referidos autores e suas contribuições em MLADENATZ, 1944.

Porém, apesar de toda a contribuição dos precursores, o cooperativismo puro só emerge, efetivamente, a partir de meados do século XIX com os Pioneiros de Rochdale na Inglaterra. Muito embora existam registros anteriores de organizações com experiências pautadas na idéia da coletividade, é somente em novembro de 1843, através da organização de 28 tecelões (27 homens e uma mulher - Anee Tweedale), sob a coordenação de Hawart, discípulo de Robert Owen, que movidos pela necessidade de transformação diante do cenário deplorável em que se encontravam, unem-se com o objetivo de fundar a primeira associação baseada no cooperativismo.

Diante da impossibilidade de resistência ante as forças do capital, impulsionadas pelo advento da Revolução Industrial, que se espalhavam não somente por toda a Inglaterra, mas a essa altura também por grande parte da Europa, e sofrendo com o estado de profunda miséria a que estavam expostos em função do aviltamento de seus salários, esse grupo de trabalhadores busca um novo sistema de vida com vistas a uma forma mais digna de sobrevivência.

Portanto, o Programa Rochdaleano surge com uma proposta de realização tanto do benefício pecuniário, quanto da melhoria da condição social dos associados.

O êxito obtido pelos pioneiros, através de sua iniciativa pautada no solidarismo, é reforçado pelo fato de que seus princípios, embora tenham, ao longo do tempo, sofrido algumas transformações, se constituem, até os dias de hoje, na base que dá sustentabilidade ao movimento cooperativista em todo o mundo.

A idéia central era a de um cooperativismo de consumo baseado na adesão livre e espontânea; na absoluta neutralidade política e religiosa; na prática da democracia pura, onde cada elemento possuísse direito a apenas um voto; na eliminação do lucro mercantil, com a distribuição dos excedentes entre os próprios associados; na distribuição ao capital com juros limitados; nas vendas dos bens de consumo à vista e; no investimento na área educacional, com o propósito de garantir, através dos mais novos, a continuidade do sistema.

Assim sendo, baseados nestes postulados é que sistematizadores como Charles Gide, divulgador da cooperativa como eficaz instrumento de reforma

do sistema capitalista e para quem todo o problema econômico possuía uma solução cooperativa, possibilitaram que o movimento extrapolasse o âmbito da distribuição e consumo, dando um salto para os sistemas de produção, crédito, educação, serviços, etc, ganhando, dessa forma, caráter universal.

No entanto, na medida em que esse movimento se universaliza, sendo adotado por vários países em todo o mundo, os Princípios de Rochdale, base da Doutrina Cooperativista da ACI (Aliança Cooperativa Internacional), tendem a ser modificados. Sobretudo porque a maioria esmagadora das “cooperativas modernas” já não é dotada de todo o conteúdo humanístico e das regras de solidariedade que propõe ajuda mútua e que inspiraram os pioneiros.

Para melhor compreender o teor da proposta rochdaleana, e as adaptações que a mesma sofreu através da própria ACI, buscar-se-á, através do Quadro 1, a reprodução de tais adaptações.

Quadro 1 – Princípios dos Pioneiros de Rochdale

Textos de Rochdale (Estatutos de 1844 modificações de 1845 e 1854)	Congresso da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) Paris – 1937	Congresso da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) Viena – 1966
1. Adesão livre (porta aberta) 2. Gestão democrática 3. Retorno “pro rata” das operações 4. Juros limitados ao capital 5. Vendas a dinheiro 6. Educação dos membros 7. Cooperativização global	1. Adesão livre 2. Gestão democrática 3. Retorno “pro rata” das operações 4. Juros limitados ao capital 5. Vendas a dinheiro 6. Desenvolvimento da educação em todos os níveis 7. Neutralidade política, Religiosa e racial	1. Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão democrática 3. Distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados “pro rata” das operações. 4. Taxa limitada de juros ao capital social 5. Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional

Fonte: PINHO, 1973, p. 30

Adaptação: VIANA, 2000.

Como pode ser observar, não houve grandes mudanças estruturais nos princípios do estatuto, alguns itens foram alterados, suprimidos ou acrescentados. No entanto, cabe ressaltar que a partir da inserção da neutralidade, sobretudo a política, dá-se o início da desvinculação do cooperativismo com sua essência inicial, porque o aspecto político é algo que não pode estar dissociado do pensar cooperativo, uma vez que propõe, dentre outras coisas, a transformação social.

Assim sendo, e diante das colocações de Pinho (1965), acredita-se que as transformações ocorridas no seio das cooperativas, as quais conduziram ao desvio de seus fins doutrinários, têm muito a haver com a necessidade de acomodação diante das transformações ocorridas no sistema capitalista:

Cercadas de forças poderosas, na maioria hostis ou indiferentes, mas poucas vezes favoráveis, as cooperativas precisam acomodar-se ao ambiente econômico-social para sobreviver (Pinho, 1965, p. 83).

Porém, se por um lado há uma certa concordância com Pinho, por outro, não se pode cerrar os olhos ante a compreensão dos interesses individuais que permeiam os grupos que, em função de um maior poder econômico-social, passam a assumir o controle político-administrativo das cooperativas operacionando-as segundo seus próprios propósitos.

Talvez essas colocações não justifiquem, mas certamente contribuem para uma maior clareza no que tange a atual forma de atuação das cooperativas. Que muito embora sejam frutos da aplicação de princípios socialistas, co-existem hoje, em um sistema capitalista *mono-oligopolístico* que, contraditoriamente, também se reproduz a partir das práticas cooperativistas.

2.3. ORIGEM DO COOPERATIVISMO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A primeira notícia que se tem a respeito de cooperativas nos países subdesenvolvidos, segundo Ward (1969), surge na Ásia, sobretudo em áreas sob o domínio do Governo Colonial Britânico. Com a adaptação da lei original cooperativa à lei Índia de Sociedades Cooperativas de Crédito de 1904, com algumas emendas realizadas em 1912, para adequação de outros tipos de cooperativas, o serviço colonial britânico procurou fazer com que se espraiasse pelo mundo a idéia de sociedades de crédito como sendo o suporte para a existência de um movimento nacional cooperativo, uma vez que a preocupação com o endividamento dos camponeses era fato marcante no discurso da época.

Haja vista os argumentos nos escritos de Sir E.D. Madagan (apud Ward, 1969), repórter do *Committee on Cooperation in Índia*, os quais bem traduzem o tipo de preocupação presente:

Se sostenía también que con una población relativamente atrasada, las dificultades que implicaba la administración de un negocio de producción y distribución muy bien podrían convertirse en obstáculos insalvables del progreso. Las sociedades de crédito con su sencilla organización y métodos de administración deparaban el campo más fácil para el aprendizaje y la práctica de los principios de la cooperación (Ward, 1969, p. 8).

Desta feita, antes mesmo de 1912 as sociedades de crédito foram instaladas na Birmania e, em 1921, na Malaya. Em 1932, o movimento cooperativo já passava a ser desenvolvido pelos camponeses árabes da Palestina, ao mesmo tempo também no Chipre e na Tailândia, sendo que a última, acabou por multiplicar as sociedades de crédito ao modelá-las segundo o modelo Raiffeissen⁷, da Alemanha. O mesmo modelo também foi implantado na África Ocidental e Oriental, onde o baixo preço dos produtos de exportação exigia a alteração da forma de organização e direção das cooperativas de mercado.

Ainda segundo Ward (1969),

La estructura organizacional de un sistema viable de cooperativas varía entre lo simple y lo complejo, y depende de las condiciones económicas, sociales, culturales, psicológicas y gubernamentales de cada país. No existe una norma o modelo de estructura cooperativa que pueda garantizar el éxito y la viabilidad en todos los países, o para todas las cooperativas en todas las regiones de un mismo país (Ward, 1969, p. 14).

Dessa forma, é notória a desvantagem dos países subdesenvolvidos em relação aos demais no que tange à implantação e desenvolvimento das cooperativas, sobretudo porque neles o índice de educação formal do camponês é bastante baixo, quando não totalmente ausente, o que faz com que os mesmos estejam sempre à mercê da vontade política dos órgãos governamentais, dirigidos,

salvo raras exceções, por equipes de técnicos/burocratas que, na grande maioria das vezes, desconhecem as necessidades concretas da realidade camponesa.

Porém, apesar de haver uma carga muito maior de dificuldades para o sucesso das cooperativas no mundo subdesenvolvido, há, também, por outro lado, o elemento-chave que motivou o surgimento do cooperativismo e que ainda hoje continua a existir: a latente *necessidade de mudança*, capaz de levar, em um primeiro momento, à conscientização e, em decorrência dela, à organização dos elementos envolvidos em torno da mesma causa.

Talvez pautados nessa necessidade de mudança, e na compreensão de que o camponês necessitava de algo mais que apenas crédito, e que uma melhor e maior produção agrícola perpassava, também, pela necessidade de maior apoio na produção e na comercialização, as sociedades cooperativas com um único propósito, deixam de ser o modelo central, surgindo, então, cooperativas com outros objetivos e com vistas a prestar um melhor atendimento às necessidades dos associados.

2.4. A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Um dos primeiros exemplos de experiências com o cooperativismo no Brasil surge a partir da iniciativa de um médico francês Jean Maurice Faivre que, em 1847, influenciado pelas idéias de Fourier, funda, juntamente com outros europeus, no local onde hoje está configurado o Estado do Paraná, uma colônia com base cooperativa, sob o nome de Tereza Cristina, a qual, logo após a morte de seu criador, acaba por dissolver-se. Em 1889, tem-se o registro de uma outra colônia de base cooperativa, desta feita sob a coordenação do agrônomo italiano Giovanni Rossi, em Palmeira, também no Paraná, a qual era marcada por fortes influências do socialismo libertário que, no entanto, deixou de existir em 1894.

Ainda no Paraná, vale destacar a importância da atividade mineira que ganha força na virada do século XVIII para o XIX, dando origem inclusive à

⁷ Referência ao modelo de cooperativas de crédito desenvolvido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

prática cooperativista, que surge como alternativa para a crise na comercialização advinda da perda de espaço no mercado externo para o produto argentino e paraguaio.

Outro importante marco em direção a consolidação da implantação do cooperativismo no Brasil foi a iniciativa de Carlos Alberto Menezes, em 1894, em Camaragibe, no Estado de Pernambuco, onde fundou a “Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe” e a “Cooperativa dos Empregados e Operários da Usina de Goiana”.

Menezes (apud Chacon, 1959) apresenta argumentos que demonstram a existência de uma certa preocupação por parte do mesmo em evitar que o paternalismo fosse atrelado à sua obra, uma vez que afirmava visar o bem comum da classe operária. Assim sendo, justificava-se:

O espírito de associação é o grande meio de que nos servimos para desenvolver entre os operários a união, a consciência de sua responsabilidade e a necessidade de sua própria iniciativa para promover o bem comum (Chacon, 1959, p. 90).

Existem, ainda, outros exemplos, como o de Teodoro Amstad, que desde 1902 criou várias cooperativas de crédito de tipo Raiffeisen, pelo Estado do Rio Grande do Sul, ou ainda Manoel Ribas e Destefano Paterno, também pioneiros do cooperativismo naquele Estado. Também vale ressaltar o “movimento João Pinheiro”, em Minas Gerais, que já em 1907 tinha por objetivo fundar as cooperativas de plantadores e laticínios.

Sem ignorar a importância da literatura brasileira sobre o cooperativismo, Schneider (1981) afirma haver o predomínio de uma visão apologética na mesma, logo, a ausência de uma análise mais acurada sobre o assunto em *contexto nacional*.

Para o autor, a proposta inicial dos Pioneiros acabou por transformar-se em um cooperativismo tipicamente individualista, continuando, contudo, a ser divulgado como um movimento social com o poder de transformar

sociedades pautadas na competição e no lucro, em sociedades baseadas na cooperação e ajuda mútua.

Segundo ele, a “importação” do modelo norte-americano e europeu de cooperativismo não corresponde às realidades concretas dos países em desenvolvimento, chamando a atenção para a necessidade de avaliar a distância entre o idealizado e o realizado no que tange o cooperativismo brasileiro, buscando desvendar os interesses vinculados ao mesmo, os quais não têm, seguramente, ido ao encontro do caráter transformador e socialmente progressista a ele atribuído.

De maneira geral, pode-se dizer que o cooperativismo ao ser incorporado na dinâmica da expansão capitalista transformou-se muito mais em *mais um* dos elementos de complementação à economia de mercado do que uma alternativa concreta na perspectiva de reverter o quadro social de seus cooperados.

Assim sendo, para buscar uma melhor compreensão dos elementos que envolvem o cooperativismo brasileiro, pautar-se-á, aqui, basicamente em dois pontos de análise levantados por Schneider:

- a) são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do Cooperativismo e não a existência de um conjunto de princípios normativos consubstanciados na doutrina cooperativista; e,*
- b) tentar verificar até que ponto o cooperativismo agrícola brasileiro, no seu conjunto se subordina, ou se contrapõe a um processo de diferenciação crescente, que se manifesta, não só ao nível das grandes regiões geográficas, mas também entre produtores e entre subsetores da nossa agricultura (Schneider, 1981, p. 12 e 13).*

As disparidades regionais, a diferenciação dada aos produtos de exportação, e a diferença sócio-econômica entre os produtores rurais, constituem-se em importantes categorias de análise para a melhor compreensão das cooperativas agrícolas.

Assim, Schneider (1981) aponta na direção de que a atuação da cooperativa é condicionada a reproduzir a dinâmica própria do modelo de

desenvolvimento diferenciado do setor agrícola, o que agrava a diferenciação entre os produtores rurais. A ação da expansão capitalista tem expropriado e marginalizado os produtores com uma velocidade extremamente incompatível com a estrutura de oportunidades oferecidas ao conjunto da sociedade.

A divisão interna do trabalho imposta pela acumulação vigente, conduz à diferenciação existente entre a agricultura comercial, a de exportação e a agricultura tradicional, produtora de alimentos básicos. Logo, isso leva a refletir sobre o fato de que o cooperativismo nos moldes atuais – pautado no individualismo e inserido no contexto de um modo capitalista de produção – talvez não possa reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo.

A grande maioria dos exemplos de cooperativas prósperas não reflete prosperidade de maneira uniforme a seus associados, pois na medida em que se expandem, perdem de vista o interesse de promoção social do cooperado. Na verdade, o que ocorre é que, ao incorporar os competitivos ditames do mercado, a cooperativa automaticamente passa a agir enquanto uma empresa em busca de expansão para o seu capital, o que seguramente beneficia o grande produtor, deixando o pequeno, que não possui as mesmas condições de competitividade, à margem do processo.

Kautsky (1980), ao abordar as questões pertinentes às sociedades cooperativas, ressalta a importância das mesmas como sendo algo incontestável, porém (re)afirma a necessidade de analisar se *as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês, em todos os casos em que a grande empresa seja superior à pequena, e até onde vai essa superioridade* (Kautsky, 1980, p.137).

De maneira geral, o controle político da cooperativa tende a concentrar-se nas mãos de grupos economicamente mais fortes, o que vem contribuir de maneira decisiva para o que Benetti (1982) chama de *autonomização da cooperativa em relação ao produtor*.

Assim, na medida em que a cooperativa se expande, e dadas certas configurações assumidas a partir dessa expansão, principalmente a do corpo social,

até mesmo elementos de suma importância, como as Assembléias, perdem sua força, acentuando de forma ainda mais intensa o distanciamento de relações e de interesses entre a diretoria e o associado.

Benetti (1982) apresenta, de maneira bastante elucidativa, seu pensamento em torno dessa questão:

... penso que o processo de crescimento da sociedade cooperativa supõe o rompimento do controle do corpo de produtores sobre a mesma em favor de um grupo de verdadeiros produtores-empresários perfeitamente identificados com a cooperativa a quem passará a responsabilidade de decidir sobre os rumos a serem impressos ao seu desenvolvimento (Benetti, 1982, p. 153).

É bem verdade que vários acontecimentos, os quais necessitam ser considerados, conduziram a novas transformações desde o surgimento dos Princípios Rochdaleanos, principalmente nos países ou regiões mais desenvolvidas, onde movidas dentre outras coisas pelo rápido avanço tecnológico, sobretudo as grandes cooperativas, acabaram por expandirem-se nos mesmos moldes das empresas capitalistas, amparadas muito mais em modernos métodos organizacionais do que nos princípios que outrora fundamentaram sua origem.

Assim sendo, acredita-se ser necessário que o sistema cooperativista, bem como todos os envolvidos com a sua prática, não se esquive ante o desafio de encontrar mecanismos que permitam a condução das ações cooperativas a partir de métodos capazes de conciliar seu desenvolvimento enquanto empresa de negócios (uma vez que isso, diante dos fatores circunstanciais, parece em grande parte das cooperativas, uma ação inevitável) com a possibilidade de controle democrático e da participação efetiva dos associados na gestão das mesmas. Buscando, desta maneira, devolver ao produtor associado, sobretudo o produtor de baixa renda, o papel de agente ativo no processo decisório de condução/administração das cooperativas.

2.5. COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

As cooperativas de produção têm como preconizador Louis Blanc (1812-1882), que, segundo Warschauer (apud Mladenatz, 1944), tinha uma visão mais realista da concepção cooperativista que alguns de seus antecessores e mesmo que seus contemporâneos.

Diferentemente deles, Blanc não era apenas um teórico social, era, também, um ativista político engajado na luta revolucionária de 1848, e através de suas propostas de direito ao trabalho, de organização do trabalho, e de associações de produção com meios proporcionados pelo Estado, fez com que a idéia do socialismo chegasse à classe trabalhadora da grande indústria.

Para Blanc, o trabalho era uma necessidade básica e o direito à ele uma questão social:

Desde el momento que se admite que el hombre requiere para ser realmente libre la potestad de ejercer y desenvolver sus facultades, la fuerza del razonamiento obliga a reconocer que la sociedad debe a cada uno de sus miembros tanto la instrucción, sin la cual no puede desenvolverse el espíritu humano, como los instrumentos de trabajo, sin los cuales no puede maniferstarse libremente la humana actividad (Mladenatz, 1944, p. 51).

Dessa forma, Blanc propunha que somente uma associação generalizada, baseada em uma concepção democrática e no espírito de solidariedade fraterna entre os trabalhadores (de uma mesma empresa) lhes garantiria o direito ao trabalho e à existência enquanto seres humanos. Partindo do princípio de que tais trabalhadores não possuiriam os recursos capitais necessários para a criação de uma “*asociación obrera de producción*”, o Estado estaria comprometido com o financiamento, e durante o primeiro ano a administraria até que os trabalhadores pudessem assumir as responsabilidades sob a direção da mesma.

Segundo Pinho (1965), as cooperativas de produção são:

... associações que se destinam a eliminar o patrão, suprimir o salariado e dar ao trabalhador, agrícola ou industrial, a posse dos instrumentos de produção e o direito de disposição integral do produto de seu trabalho (Pinho, 1965, p. 10).

Tendo como base essa definição da autora, pode-se observar que a proposta cooperativista pautada na produção surge como uma tentativa de amenizar a exploração e a expropriação do trabalhador, tornando evidente, mais uma vez, a necessidade de suprimir a exploração do homem pelo homem, resgatando o princípio da solidariedade.

No entanto, é fato notório que o cooperativismo desenvolvido no seio do capitalismo *nem sempre* é capaz de eliminar elementos, tais como: *a concorrência, o lucro, o interesse pessoal e o assalariamento*. Principalmente porque uma vez configurando-se como instrumentos básicos de estruturação/sustentação do modo capitalista de produção, o processo cooperativo não tem conseguido, por imposição do próprio capital, eliminar tais instrumentos, pois ainda que o cooperativismo seja uma proposta de cunho socialista, encontra-se engendrado nos ditames de um mundo capitalista.

Fleury (1983), ao fazer uma análise sobre cooperativismo e capitalismo, aborda a visão de Rosa Luxemburgo, na qual a cooperativa de produção acaba por ser suprimida pelas próprias contradições que lhes são inerentes, pois os operários têm, ao mesmo tempo que governarem a si próprios com absoluta autoridade e desempenhar também o papel de empresários capitalistas, transformando, assim, a cooperativa, em uma empresa capitalista ou dissolvendo-se, nos casos em que os interesses dos operários se constituem no elo mais forte.

Assim, é colocada novamente em evidência a contradição, e ampliada a dificuldade em conciliar a produção socializada diante de uma economia capitalista na qual a troca domina a produção que, por sua vez, encontra-se dominada pelos interesses do capital. Pois na ânsia de se adequarem aos parâmetros mercadológicos, única possibilidade para que se possa competir em condições de igualdade diante da concorrência, muitas vezes as cooperativas de produção acabam

por se adequarem ao regime, buscando a maximização da taxa de lucros e seguindo o percurso “*natural*” do Capital.

Dessa forma, apesar do empenho e da crença dos idealizadores em suas propostas, a história, reproduzida na idéia de vários autores, tem mostrado que tais experiências não têm se configurado enquanto sinônimo de solidez, principalmente para a classe trabalhadora, no que refere-se às cooperativas de produção.

Diante dessa constatação, Buys de Barros (apud Chacon, 1959) aborda o assunto da seguinte maneira:

As cooperativas de produção são organismos que servem à classe patronal de pouca solidez econômica e financeira; são menos disseminadas do que as de consumo. São mais encontradas nos meios agrícolas e industriais. A elas assemelhadas, existem também as cooperativas de venda, cujos princípios de solidariedade econômica são os mesmos. Como vemos, tal espécie de cooperativa serve à classe empreendedora, donde deduzirmos que nenhum princípio social presida os objetivos desse movimento cooperativista (Chacon, 1959, p. 93).

Assim sendo, apesar do reconhecimento da validade da idéia do cooperativismo, fica, também, transparente que a mesma não tem se constituído em solução para os grandes problemas que emergem do antagonismo existente entre capital e trabalho, pois a proposta cooperativista, da maneira como está colocada, não tem demonstrado nenhum tipo de compromisso com a transformação social, uma vez que não apenas admite a existência do sistema vigente, mas também ao admiti-lo, passa a atuar como elemento atenuante dos efeitos econômicos que surgem em decorrência do próprio sistema capitalista.

2.5.1. Cooperativas de produção agrícola

O Decreto nº 22.239 de 19/12/1932, reforma as disposições do Decreto Legislativo nº 1.637, de 05/01/1907, no que se refere às sociedades

cooperativas, e no artigo 21, da citada norma, classifica as principais categorias de sociedades cooperativas, inclusive as de produção agrícola, que se constituem em um dos eixos-centrais do presente trabalho.

Art. 22 – As cooperativas de produção agrícola caracterizam-se pelo exercício coletivo do trabalho agrário de culturas ou criação, com os recursos monetários dos próprios associados ou de crédito obtido pela própria cooperativa, em terras que a sociedade possua em propriedade ou por arrendamento, concorrendo cada um, simultaneamente, com trabalho e recursos (Paraná, 1946, p. 28 e 29).

O exercício coletivo colocado em prática pelas cooperativas de produção agrícola, tem como base os princípios dos pioneiros de Rochdale, portanto, visa agregar trabalhadores em torno de uma causa comum que pode ser, no caso das cooperativas chamadas *simples* (que se assemelham às associações de produtores), onde os mesmos se unem para a aquisição de implementos agrícolas, beneficiamento, classificação de produtos, etc.; ou no caso das cooperativas chamadas *integrais*, que visam o agrupamento de associados com objetivo de participarem de todas as etapas da produção de maneira coletiva.

Nos países de economia capitalista, houve um maior predomínio de cooperativas simples, ao contrário do que acontecia nos países chamados socialistas, onde havia uma maior concentração das cooperativas integrais, sobretudo por fazerem parte da estratégia político-econômica do Estado, tanto no sentido de obter um maior aumento da produção dado aos esforços concentrados dos trabalhadores, quanto no de expandir o sentimento comunitário nos mesmos, buscando uma maior divulgação, logo aceitação, da proposta comunista.

Novamente Fleury (1983), dessa feita, analisa o posicionamento de Kautsky em relação às cooperativas agrícolas, o qual as classifica enquanto um instrumento facilitador da industrialização da agricultura, afirmando que as mesmas não seriam capazes de alterar o processo de proletarização do campesinato, abrindo inclusive, o caminho para uma dominação ainda maior do capital.

No entanto, Fleury (op. cit., p. 19), também coloca em “xeque” as posições tanto de Rosa Luxemburgo quanto às de Kautsky, no que tange suas previsões para o futuro das cooperativas no sentido de serem cooptadas pelo capital. Ela afirma que tanto a resistência de produtores familiares, quanto das próprias cooperativas que não se transformam em empresas em países onde o capitalismo é plenamente desenvolvido, configuram-se em fatos concretos e incontestáveis.

Bulgarelli (1966), muito embora não se refira ao Brasil, ao reproduzir um estudo feito a partir de sua convivência nos *kibutz*⁸, em Israel, o qual consiste seguramente em exemplo para todo o mundo em termos de formas de organização cooperativa, afirma ser bastante difícil conceituá-los devido à sua grande complexidade organizacional. Porém, afirma, pautado nas teorias de Gordon, que os kibutz transcendem:

... os limites meramente cooperativos para aspirar a uma concepção integral de vida, onde estaria abolida a propriedade privada, tendo o homem a alegria do trabalho, isto é, de produzir com suas próprias mãos, onde tudo seria de todos e dar-se-ia a cada um conforme suas necessidades, e cada um daria de acordo com sua capacidade, e onde todos teriam os mesmos direitos e deveres, administrados democraticamente (Bulgarelli, 1966, p. 21).

A idéia central do kibutz é a comunhão integral como forma consciente de vida, onde não há a propriedade privada e a responsabilidade comum e igualdade são pertinentes a todos.

Dessa forma, ao concordar com as colocações feitas por Fleury (1983) e, a partir das feitas por Schneider (1981) é que se compreende ser de suma importância que o cooperativismo típico assumira uma postura mais ativa diante das contradições, principalmente no que tange ao desenvolvimento rural brasileiro, o qual se encontra condicionado a uma estrutura fundiária concentrada e conduzido segundo as relações de poder advindas dessa estrutura.

⁸ Termo hebraico que define as cooperativas agrícolas comunitárias desenvolvidas em Israel.

Nesse sentido, mais uma vez as colocações de Bulgarelli (1966) se fazem pertinentes no sentido de apresentar a diferencialidade existente na concepção de terra adotada pelos judeus: *ela pertence ao povo – não propriamente ao Estado ou ao Governo – mas, ao povo judeu, que dela deverá poder dispor enquanto a trabalhar* (Bulgarelli, 1966, p. 22).

Dessa maneira, faz-se necessário, portanto, um maior comprometimento do cooperativismo brasileiro em relação aos interesses e necessidades da população que vive *no* e *do* campo, pois o mesmo além de não contestar a atual estrutura ainda tem contribuído profundamente para o seu fortalecimento na medida em que tem suas ações pautadas nos moldes do modo capitalista de produção.

No entanto, embora não exista um modelo pronto e acabado assegurador de sucesso absoluto na implantação e no desenvolvimento de um sistema cooperativo, e sua viabilidade esteja diretamente atrelada a uma série de outros fatores, é possível extrair, tanto de experiências positivas, como negativas, vários exemplos de ações, a partir das quais se possa construir um sistema cooperativo passível de êxito no sentido de buscar uma real integração do corpo de associados.

Partindo desses princípios portanto, é que se propõe a análise das cooperativas dos assentamentos rurais de Paranacity e Querência do Norte, no noroeste paranaense: a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória) e a COPACO (Cooperativa de Produção Agrícola Conquista), enquanto exemplos significativos de organização, resistência e produtividade pautados no sistema cooperativo de produção agrícola.

III

**A PROPOSTA COOPERATIVISTA DO
MST**

Nós Todas

*Nós somos os sangues
 convocados dos rios
 que nutrem o continente.
 Nós somos o ventre
 que pare os filhos dos homens
 e sua ferocidade.
 Nós somos moldadas
 Em barro e fulgor:
 A matéria da vida.
 Nós somos quem perdeu os filhos
 Como o grito agudo devorado
 pela sombra do silêncio.
 Nós somos aquelas que vigiam
 os rios da insônia.
 Nós somos as mães
 de cobre e cinza dos povos
 indígenas exterminados,
 sobreviventes.
 Nós somos
 Quem palmilha o pó da
 América
 Buscando fantasmas
 E só encontrando ossos.
 Nós somos quem buscou
 Com tanto amor e tal fúria
 E dentes cerrados
 E esperança contra toda esperança
 Que às vezes
 Os encontramos um dia,
 Ressuscitados como Abel,
 No Baixo Araguaia.
 Nós somos o grito
 Que golpeia as janelas
 Fechadas dos palácios.*

*Que toca o manto da Justiça
 Que sempre nos escapa
 Como miragem.
 Com que nome batizamos
 Nossa angústia?
 Pureza, Isabel, Marta,
 Maria, Margarida,

 Roseli, Fátima
 Adelaide...
 Quem algum dia inquiriu
 As nascentes da dor?
 Carregamos pedras
 Como penitentes e aprendemos
 Com os olhos
 Que as nascentes da dor
 Vertem rios de lágrimas:
 Claras cordas de cristal e corte
 Chegamos de todas as areias,
 De todas as caatingas,
 De todas as águas para tecer
 No dorso do vento esse clamor:
 Como a Terra multiplica o cereal
 plantado.
 Somos plantio e colheita.
 Somos a raiz da Esperança.
 Nós somos a mão
 Não somos apenas mulheres que
 choram.
 Somos fecundas. Somos as mulheres
 Que vão parir a vida,
 Quando a morte vos alcançar.
 Nós somos a multiplicação das lutas*

Pedro Tierra

3.1. ORIGEM

A origem do cooperativismo, dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem como ele próprio, da necessidade de encontrar formas que pudessem auxiliar a reverter a situação adversa imposta pelo sistema vigente à classe trabalhadora no campo. Logo, a cooperação em todos os níveis passa a constituir-se em elemento de fundamental importância na consolidação do Movimento ao longo de sua trajetória.

Num primeiro momento havia, por parte dos trabalhadores envolvidos na luta por Reforma Agrária, apenas o desejo de voltar à terra, sem, no entanto, conceberem o que seria feito logo após essa etapa, ou seja, não havia um projeto, uma estratégia voltada para o desenvolvimento produtivo das áreas. Outro fator que de certa forma emperrava o progresso, era o de que os trabalhadores em questão ainda possuíam uma visão voltada para o modelo tradicional de produção, não havendo espaço para implementos ou técnicas modernas, sobretudo porque o “*fantasma*” da modernização da agricultura que, acrescida de outros elementos conjunturais, provocaram sua expulsão do campo, ainda os rondava.

Muito embora já houvesse, por parte de alguns dentro do Movimento, a consciência da necessidade de encontrar um meio para a viabilização da produção nos assentamentos, e que a mecanização das lavouras, a utilização de novas técnicas na produção e o financiamento, eram indispensáveis para o avanço da produtividade, é somente após várias tentativas e ante o enfrentamento das dificuldades, que se materializou a constatação, por parte dos próprios assentados, que seria preciso muito mais do que terra para a sobrevivência deles próprios e dos assentamentos.

Com a adesão de profissionais, ligados à atividade agrícola e tecnicamente preparados, à luta do MST, a idéia da cooperação cria força e durante o período 1986/90 o Movimento passa por uma fase de desenvolvimento e adaptação da proposta de cooperação agrícola. Para isso, as experiências e propostas utilizadas em outros países foram profundamente estudadas (Cuba, Chile, México, Israel e

outros), para que a partir daí se construísse a forma que melhor se adaptasse à realidade dos assentados.

Frutos da experiência e do amadurecimento das idéias, são criadas, em 1992, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, cooperativas centrais que acabam por exercer a função de molas propulsoras na fundação da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Sendo gestada a partir da discussão, articulação e integração dos membros do MST, a Concrab surge com o objetivo de dar a sustentação necessária aos assentamentos, sejam individuais ou coletivos, passando através do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), a difundir a proposta de cooperação agrícola em nível nacional.

3.2. A IMPORTÂNCIA DO SCA PARA O MST

Muito embora o Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA)⁹ esteja passando por reformulações dada a necessidade de incorporação de novos elementos, como por exemplo, o aprofundamento das questões ambientais e devido à dinâmica do Movimento, o SCA se constitui em elemento de fundamental importância na concretização da proposta do MST. Criado em 1990, e idealizado a partir da análise das necessidades e experiências adquiridas na realização prática do dia-a-dia nos assentamentos, surge com o objetivo de organizar a cooperação agrícola dentro dos mesmos.

Fernandes (2000), ao analisar a cooperação na produção dentro do MST e a partir do SCA, afirma que:

Não é possível compreender o SCA apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensado somente para desenvolver essa dimensão da organização social dos sem-terra. O SCA é um setor do

⁹ Ainda não há disponibilidade de material por parte do MST acerca das reformulações propostas para o SCA.

MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. É uma forma de expandir e a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade (Fernandes, 2000, p. 228).

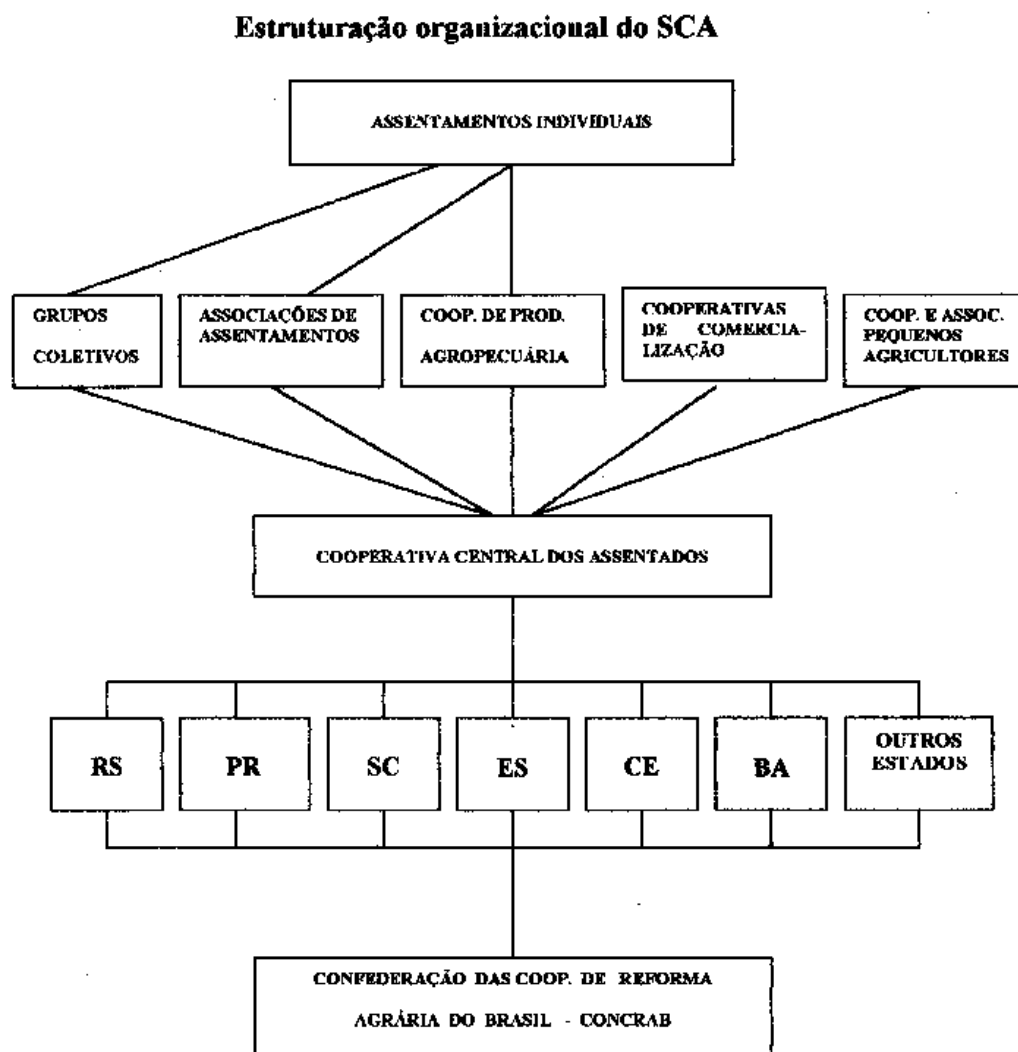
Dessa maneira, ao direcionar a organização dos assentamentos quanto à produção, comercialização, tecnologia, agroindústria, crédito rural e organização de base, o SCA se coloca como um forte aliado no desenvolvimento das áreas, sejam individuais ou coletivas.

Tendo em vista sempre promover o fortalecimento da luta do Movimento, idéia que aliás permeia todos os Setores, o SCA tem a função de não apenas organizar o Setor de Produção e Comercialização do MST, mas também procurar fazer com que se espraie a cada dia a concepção de Cooperação Agrícola entre os assentados, objetivando evoluir para a implantação de cooperativas dentro dos próprios assentamentos.

No entanto, para atingir os objetivos pretendidos é imprescindível que haja uma profunda integração entre os elementos que compõem e justificam a ação e existência do SCA, e essa idéia toma corpo na medida em que se analisa de maneira mais aprofundada sua estrutura organizacional.

Assim, para que tal análise se processe de forma mais pormenorizada, apresenta-se o organograma a seguir, o qual retrata a disposição e a inter-relação entre os elementos que compõem a *realidade* cooperativista do Movimento.

Quadro 2 – Organograma



Fonte: Adaptado de MST, 1993, p. 42.
 Adaptação: VIANA, 2000.

É ilusão crer que haja no SCA uma homogeneidade compacta e inabalável de idéias e ações, no entanto, torna-se evidente que as decisões são tomadas a partir de um conjunto estrutural onde seus setores se apóiam e sustentam-se mutuamente. Até mesmo os assentamentos individuais, os quais em uma análise aparente, pautada na superficialidade dos fatos, poderiam parecer isolados, não o são.

Sobretudo, porque a concepção da necessidade de integração é algo bastante palpável nas relações estabelecidas a partir dos objetivos que regem o SCA.

De acordo com o MST, os principais objetivos do Sistema Cooperativista dos Assentados giram em torno do econômico, do social e do orgânico. Por isso, com o intuito de expor de forma mais abrangente as metas que permeiam tais objetivos, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 3 – Principais objetivos do SCA

ECONÔMICOS
<ul style="list-style-type: none"> a) Ajudar a resolver os problemas de todas as famílias assentadas; b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza sobras; c) Garantir: aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores; d) Modernizar a produção no campo; e) Desenvolver a agroindústria.
SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> a) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; b) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos Assentamentos; c) Provar que a Reforma Agrária é viável, tanto do ponto de vista da justiça social quanto do econômico; d) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; e) Formar e capacitar quadros para o conjunto da luta dos trabalhadores; f) Contribuir para a construção de cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros; g) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica.
ORGÂNICOS
<ul style="list-style-type: none"> a) Consolidar a organização de base do MST; b) Conseguir liberar as pessoas para participar dos Movimentos e Organizações Populares; c) Servir de retaguarda econômica do MST; d) Desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade; e) Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; f) Acumular forças para a transformação da sociedade.

Fonte: adaptado de MST, 1993, p. 41, 42.

Adaptação: VIANA, 2000.

Assim, ao primar pelo econômico, pelo social e pelo orgânico, o SCA coloca-se como sustentáculo do Movimento, pois ao mesmo tempo em que visa melhores condições financeiras aos assentados, busca, também, a conscientização e o despertar político-ideológico, o qual, conseqüentemente, através da árdua luta contra

as forças que oprimem aqueles que vivem do “*próprio*” trabalho, acabará por conduzir à transformação, ainda que lenta, da sociedade.

3.3. A PROPOSTA EDUCACIONAL: UMA RUPTURA COM O TRADICIONAL

O processo educacional brasileiro, sobretudo o público, há muito não tem atendido às reais necessidades da população brasileira. A forma como os conteúdos são ministrados e a realidade das escolas, têm produzido resultados nefastos na formação e na qualificação do cidadão.

As divergências entre as teorias pedagógicas e a prática evidentemente não permitem a contemplação de toda a abrangência que requer uma ampla formação que efetivamente prepare para o enfrentamento de um processo globalizado, onde a competitividade e não necessariamente a competência, compõe o centro da disputa pelo mercado de trabalho.

É importante que os avanços técnico-científicos sejam levados em consideração no que se refere às reflexões e discussões que permeiam o processo educacional em um país com tamanhas possibilidades de projeção como o Brasil. Porém, é imprescindível que, além de atender os novos valores incorporados à *sociedade mundial globalizada*, também se contemple a valorização da realidade concreta do cotidiano dos alunos, enquanto parte desse país e membros ativos da sociedade.

Muito embora não se deva limitar seus horizontes, também não se pode vinculá-los a um mundo desconectado do seu universo de ação.

É preciso imprimir à educação escolar um ritmo que não permita a ampliação das desigualdades entre ricos e pobres, sobretudo quando se propõe a construção de uma sociedade mais justa que deve avançar para além da esfera do mero discurso, projetando-se como algo perfeitamente possível de ser atingido.

Assim, por não ser pensada a partir de uma ótica crítica e consistente da realidade, é que a educação formal aplicada nas escolas não tem

contemplado os anseios do camponês brasileiro. Logo, dentro desse contexto é que o MST, preocupado com a formação de cidadãos preparados para enfrentar o mundo de cabeça erguida e com os pés no chão, amparados na realidade que lhes cercam e na vontade de construir um país onde mesmo havendo pobreza, também haja espaço para a dignidade, e que não seja necessária a existência de um *exército de reserva* (humana) para garantir o aumento do número de miseráveis, que por sua vez garanta a sustentação da elite, que apesar de minoria, continua dominante.

Por isso, a educação tem assumido, ao longo do trajeto histórico do Movimento, lugar de destaque entre as prioridades nos acampamentos e assentamentos. Fato que não chega a causar estranhamento se considerado que as prioridades se estabelecem a partir das necessidades dos próprios Sem Terra e que não há dissociação entre o Movimento e o elemento, mesmo porque o primeiro só existe em decorrência da ação do segundo.

Quando se forma a consciência da amplitude do processo social que está sendo desencadeado pelo movimento, abre-se o espaço para discutir mais profundamente a questão da educação, e ela passa a ser considerada como uma dimensão fundamental da luta (Caldart & Schwaab, 1991, p. 86).

No entanto, a preocupação que envolve a questão educacional no Movimento está atrelada à concretização de um novo educar, onde esteja explícita a profusão diferencial existente entre educar *no* campo e educar *para* o campo. Logo, busca-se uma transformação no processo ensino-aprendizagem a qual só se processará a partir do momento em que estiver fundamentada na realidade concreta vivida pelos indivíduos.

(...) não pode haver separação entre o que está acontecendo no assentamento e o que é trabalhado na sala de aula. A escola deve ser essencialmente prática, fornecendo conhecimentos capazes de influenciar no trabalho e na organização da nova vida. Ser um instrumento de continuidade da luta através das crianças (Caldart & Schwaab, 1991, p. 86).

Dessa forma, a construção de uma escola, que rompa com o padrão tradicional de ensino, adotando uma postura condizente com a história de vida e a realidade vivida pelos trabalhadores rurais sem-terra, torna-se absolutamente fundamental no sentido de atender à projeção do novo tipo de sociedade idealizada pelo MST.

As formas de organização e de trabalho dos sem-terra estão parindo uma nova pedagogia, ou seja, um novo modo de fazer e de pensar a educação, que, inclusive, se coloca como possibilidade histórica de transformação educacional da sociedade como um todo (Caldart & Schwaab, 1991, p. 86).

3.3.1. A cooperação agrícola como parte do projeto educacional

No contexto da luta da classe camponesa, via MST, a cooperação agrícola tem sido apresentada como *carro-chefe* na estruturação e desenvolvimento dos assentamentos.

Sendo entendida como toda e qualquer forma de organização coletiva voltada para a produção, comercialização, prestação de serviços e agroindústria, a mesma é empregada enquanto instrumento possibilitador de uma melhor divisão interna do trabalho, de melhores condições no aspecto econômico-social e ao mesmo tempo como elemento fortalecedor das estruturas do Movimento.

Para o MST, a prática da cooperação também se constitui em um forte aliado no processo pedagógico de construção do ser social, podendo ser realizada em vários níveis, que vão desde o mutirão, troca de dias, troca de insumos, até formas mais complexas como os grupos semi-coletivos, os condomínios de animais e os grupos coletivos.

Dessa forma, na medida em que se fortalece a idéia e a prática da cooperação enquanto uma proposta não apenas com fins econômicos, mas também como estratégia política, acentua-se a necessidade de organização e eficiência nos assentamentos, para que a partir deles, possa haver cada vez mais um acúmulo de

forças, onde os mesmos passem a agir como mecanismos de sustentação, estando ao mesmo tempo, à retaguarda e à vanguarda do Movimento na luta pela Reforma Agrária.

Nesse processo considera-se fundamental a conscientização dos assentados, principalmente no sentido de assimilarem a importância de cada um no que concerne o fortalecimento da luta ante a proposta de transformação da sociedade.

Segundo Görden & Stédille:

A cooperação agrícola é a única saída para o agricultor conseguir aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produção. E não se deixar vencer pelos maiores. (...) é, na verdade, o processo de organização do trabalho na produção agrícola, com aplicação da divisão do trabalho (Görden & Stédille, 1991, p. 137 e 138).

Assim sendo, existe toda uma preocupação do setor educacional e de formação do Movimento voltada à consolidação da prática da cooperação agrícola como forma de viabilização dos assentamentos e de contribuição para o resgate e manutenção do aspecto sócio-cultural do homem do campo.

Porém, também é fato a consciência de que a cooperação agrícola e seus sucessos e/ou insucessos estão diretamente atrelados às condições objetivas e subjetivas inseridas no grupo envolvido com a proposta.

Por isso, muitas vezes, mesmo estando pautados na mesma base teórica, pode-se encontrar diferentes resultados nos assentamentos. Tais diferenças podem ser reflexo, tanto das condições físico-materiais (solo, clima, capital, etc.), quanto das psico-sociais (cultural, emocional, intelectual, educacional, etc.) e técnicas dos indivíduos. Assim, pode-se considerar a esfera circunstancial como fundamentalmente decisiva no êxito da proposta de cooperação agrícola.

Os assentamentos podem ser compreendidos enquanto produto da ação direta dos trabalhadores, servindo, ao mesmo tempo, como espaço geográfico de desenvolvimento das atividades agrícolas e como elemento de sustentação responsável pela resposta econômica, social e política do MST.

A expressão econômica e social do Movimento é representada pelos assentamentos de maneira geral, mas as cooperativas possuem um aspecto fundamental no sentido de se traduzirem em elemento diferencial no avanço político, tanto da luta pela reforma agrária quanto na estruturação do mesmo enquanto organização. Assim, enquanto existirem os trabalhadores rurais sem-terra, as cooperativas irão sobrevivendo e reafirmando seu papel de estruturador do Movimento.

Há toda uma estratégia política pautada na cooperação agrícola, principalmente porque através dela, amparada na divisão interna do trabalho e nos esforços conjuntos, os resultados tendem a aparecer em um menor espaço de tempo; e tempo, é uma categoria essencial para quem luta por sobrevivência.

Os elementos, união, organização e resistência, têm sido fundamentais na solidificação do Movimento, seja na luta pela conquista da terra, seja na medida em que possibilitam o extravasar da potencialidade produtiva dos trabalhadores nos assentamentos rurais, em busca de melhores condições de vida.

3.4. AS DIFERENÇAS ENTRE O COOPERATIVISMO TRADICIONAL E O PROPOSTO PELO MST

Conforme explicitado no capítulo anterior, o cooperativismo tradicional tem se apresentado enquanto incorporador e, ao mesmo tempo, reproduzidor das formas difundidas pelo modelo capitalista em vigência, quer na produção, quer na comercialização. No entanto, alguns aspectos se colocam como diferenciadores entre o cooperativismo *individualizado* e a compreensão cooperativista do MST:

Quadro 4 – Diferenças entre o cooperativismo tradicional e o modelo do MST

CARACTERÍSTICAS	COOPERATIVA TRADICIONAL	COOPERATIVA DOS ASSENTADOS	COPACO (Cooperativa de Produção Agrícola Conquista)	COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória)
SÓCIOS	Empresários rurais Pequenos produtores Pequenos proprietários	Pequenos produtores (assentados ou não) e suas famílias	Pequenos produtores (assentados) e suas famílias	Pequenos produtores (assentados) e suas famílias
CLASSE	Burgueses junto com trabalhadores	Somente trabalhadores	Somente trabalhadores assentados	Somente trabalhadores assentados
QUEM TRABALHA	Assalariados ou empregados permanentes e temporários (relação patrão/empregado)	Os próprios sócios Assalariados temporários, somente Quando falta mão-de-obra	Os próprios assentados	Os próprios assentados com contratação de mão-de-obra temporária quando necessário.
RAMO DE ATIVIDADES	Comércio Agroindústria	Produção agropecuária Comercialização Agroindústria	Produção Agropecuária	Produção agropecuária Agroindústria Comercialização
PODER DE GESTÃO	A minoria que detém o maior capital controla a diretoria e toma as decisões.	A maioria decide sobre tudo o que acontece na cooperativa.	Decisões tomadas a partir da vontade da maioria, através do voto nas assembleias.	Decisões tomadas a partir da vontade da maioria, através do voto nas assembleias.
FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS	Assembleias anuais	Assembleias mensais Conselho diretor Conselho de representantes dos setores	Assembleias mensais Conselho diretor Conselho de representantes dos setores	Assembleias mensais Conselho diretor Conselho de representantes dos setores
DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS	Os associados não têm como controlar. Acontece através de prestação de serviços aos associados e através dos fundos previstos em lei.	A decisão é do coletivo. Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços, valores em dinheiro e espécie, e	A decisão é do coletivo. Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços, valores em dinheiro e espécie, e	A decisão é do coletivo. Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços, valores em dinheiro e espécie, e

		também através dos fundos previstos em lei.	também através dos fundos previstos em lei.	também através dos fundos previstos em lei.
CARACTERÍSTICAS	COOPERATIVA TRADICIONAL	COOPERATIVA DOS ASSENTADOS	COPACO (Cooperativa de Produção Agrícola Conquista)	COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória)
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA X GERAÇÃO DE EMPREGOS	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias tende a agir como empresa privada, dispensando alguns empregados.	Por não poder demitir sócios e nem ter mão-de-obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias busca diversificar a produção para manter o pleno emprego.	Por não poder demitir sócios e nem ter mão-de-obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias, muito embora de maneira lenta dada a conjuntura local, também busca diversificar a produção para manter o pleno emprego.	Por não poder demitir sócios e nem ter mão-de-obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias busca diversificar a produção para manter o pleno emprego.
ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	Quase nenhuma. Editais, balanços complicados, jornais de propaganda.	Total: editais, balanço, jornal interno, mural de trabalho, informe e balanço crítico geral da empresa.	Informações divulgadas de maneira ampla nas reuniões, assembléias ou no dia-a-dia do assentamento (verbalmente e/ou por escrito).	Informações divulgadas de maneira ampla nas reuniões, assembléias ou no dia-a-dia do assentamento (verbalmente e/ou por escrito).
RESULTADO SOCIAL	Mantém a tendência de concentração de renda e de propriedade, estimulando a expulsão dos trabalhadores do campo.	Possibilita o desenvolvimento rural baseado na melhoria de vida de toda a população do campo.	Possibilita o (des)envolver sócio-político e cultural do assentado-camponês, de forma a proporcionar-lhe uma integração continuada que não acaba com a conquista da Terra.	Possibilita o (des)envolver sócio-político e cultural do assentado-camponês, de forma a proporcionar-lhe uma integração continuada que não acaba com a conquista da Terra.

Fonte: adaptado de MST, 1993, p. 37.

Adaptação: VIANA, 2000.

A exposição dos dados que compõem este quadro, colocam em “*xeque*” a atuação do cooperativismo tradicional, sobretudo no que diz respeito à importância concedida ao elemento cerne da ação cooperativa: o cooperado. Através das comparações feitas, pode-se notar, de maneira geral, que a proposta idealizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é composta de uma maior carga social, uma vez que não visa o desenvolvimento econômico em primeiro plano na ânsia pela acumulação de capital, mas prima pela intensificação da valorização do *humano*.

Assim, o exercício da prática cooperativista é colocado como arma fundamental, não apenas no sentido de combater a exclusão de grande parcela da classe trabalhadora no processo de produção social, como também uma forma de luta pela construção do socialismo, a qual, apesar de pouco evidente, por encontrar-se muito diluída nas práticas e contradições do processo capitalista, encontra-se intensamente atrelada à causa e às metas do MST.

Daí a importância de que a cooperação seja compreendida, absorvida, logo praticada, na coletividade. É a posse do controle e da gestão da cooperativa pelos trabalhadores-associados, não existindo distinção entre eles, e não havendo espaço para distanciamento entre seus membros, até porque todos participam *diretamente* do processo.

Em Fernandes (2000), pode-se encontrar uma definição bastante elucidativa dos objetivos visados pelo Movimento ao adotar uma abordagem cooperativista voltada à sua realidade:

os sem-terra não pretendem reproduzir o cooperativismo tradicional, mas sim construir uma nova concepção de cooperação que possa abranger as dimensões da lógica do MST (Fernandes, 2000, p. 228).

Assim sendo, é possível afirmar que o Movimento tem almejado, a partir das várias experiências e da conjugação dos conhecimentos empíricos e técnico-científicos, a estruturação de uma proposta cooperativista que realmente esteja apta a suprimir a gama de necessidades intrínsecas à realidade excludente em

que se encontram aqueles que lutam não apenas para conquistar a terra, mas também para nela resistir, produzir e, acima de tudo, sobreviver com dignidade.

IV

HISTÓRICO DAS ÁREAS ANTES DA OCUPAÇÃO

*Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
Propriedades privadas
Que nos privam
De viver e de amar!*

*Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois
E fazer a Terra escrava
E escravos os humanos!*

(Dom Pedro Casaldágua)

4.1. O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE

Situado na região Noroeste do Estado do Paraná, a uma altitude de 480m, tendo como coordenadas geográficas 22°59' S e 53°25' E, na confluência dos rios Paraná e Ivaí, o município de Querência do Norte se encontra sobre o domínio do Arenito Caiuá, apresentando solos do tipo latossolo vermelho-escuro e podzólico vermelho-amarelo, os quais apresentam certa fragilidade aos processos erosivos, principalmente por serem compostos de elevado teor de material arenoso e baixo índice de material argiloso.

Em relação ao clima, segundo Köppen (apud Wons, 1994), é classificado como subtropical úmido mesotérmico, com altos índices pluviométricos (cerca de 1500mm anuais), sobretudo no mês de dezembro, com verões quentes e sem presença de estação seca bem definida.

Fundado em 1950, nasce como um pequeno povoado a partir da ação da Companhia Colonizadora Brasil Paraná Loteamento S.A. Em agosto de 1953, foi elevado à categoria de Distrito Administrativo e, em novembro de 1954, foi desmembrado de Paranavaí conquistando sua independência enquanto município.

Tendo uma área total de 833,98 km² até a década de 1980, era caracterizado por vastas áreas de latifúndio que, a exemplo de muitas regiões do país, eram voltadas, em sua maioria, à criação extensiva de gado bovino. Nesse período, aproximadamente 80% de seu espaço agrário estava concentrado nas mãos de poucos, porém grandes, grupos econômicos, tais como: Atalla, Mayrinck Góes, Jabur e ainda outros.

Segundo Rosa (1990),

Em 1980, dos 33 mil alqueires de área existente no município, mais de 17 mil estavam nas mãos de dezessete proprietários. Outros dezessete proprietários controlavam mais de 5 mil alqueires; 143 possuíam 383 alqueires, enquanto os 240 restantes ficavam com aproximadamente 10 mil alqueires (Rosa, 1990, p. 82).

O processo de decadência da cultura cafeeira conduziu a um acentuado êxodo rural, determinando a diminuição da população total a partir de 1970 e, em contrapartida, o aumento da urbana a partir de 1980 (composta predominantemente por bóia-frias), como demonstram os dados do Censo na Tabela 1:

Tabela 1 – Transformações no contingente populacional no município de Querência do Norte, entre os anos de 1970,1980,1991 e 2000.

<i>ANO</i>	<i>POPULAÇÃO URBANA</i>	<i>POPULAÇÃO RURAL</i>	<i>TOTAL</i>
<i>1970</i>	<i>2342</i>	<i>11890</i>	<i>14232</i>
<i>1980</i>	<i>5551</i>	<i>3513</i>	<i>9064</i>
<i>1991</i>	<i>6801</i>	<i>3555</i>	<i>10356</i>
<i>2000</i>	<i>7007</i>	<i>4431</i>	<i>11438</i>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1970,1980, 1991 e 2000.

Segundo análise realizada por equipe da própria prefeitura municipal em conjunto com profissionais da FAMEPAR (Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná) e da SUCEAM (Superintendência de Controle de Erosão e Saneamento Ambiental), a evolução da distribuição da população entre a zona urbana no período demonstrado pela Tabela 1, deve-se não apenas à migração campo-cidade, mas também ao movimento migratório rumo às grandes cidades ou fronteiras agrícolas. No entanto, pode-se perceber que em 2000, registra um aumento da população total de 9,48%, enquanto a rural cresceu em 28,5%, já demonstrando, a essa altura, a forte influência da instalação dos vários assentamentos e acampamentos no município.

A Tabela 2, ao retratar a situação da utilização das terras no município, apontando para o grande volume de concentração das terras produtivas não utilizadas dentro dos estabelecimentos alvo do Censo Agropecuário, no ano de 1975, bem como o seu decréscimo em 1985 e 1995/96, também torna possível a percepção do considerável aumento das áreas destinadas às lavouras temporárias em detrimento das permanentes. Fato que se encontra automaticamente reforçado pelo

significativo aumento do número de tratores e colhedeiças utilizadas no mesmo período e representados na Tabela 3.

Tabela 2 – Utilização das terras no município de Querência do Norte quanto à lavouras, pastagens e produtivas não utilizadas, nos anos de 1975,1985 e 1995/96.

Ano	Lavouras		Pastagens		Produtivas não utilizadas (ha)
	Permanentes (ha)	Temporárias (ha)	Naturais (ha)	Plantadas (ha)	
1975	1436	3306	1275	65076	4041
1985	735	12433	1867	57097	1982
1995/96	118	13003	8225	40522	795

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná, IBGE, 1975,1985, 1995/96.

O município, ao constituir-se no maior produtor de arroz irrigado da região, e apesar do acentuado aumento na utilização de máquinas no cultivo dessa cultura, ainda proporciona alguns poucos postos de trabalho para o trabalhador rural, seja ele assalariado, volante, bóia-fria, ou outra categoria qualquer.

Também com o advento da ampla modernização de sua agricultura, o município passa a galgar o destaque de ser o segundo maior parque de máquinas agrícolas da microrregião do Norte Novíssimo, ficando atrás apenas de Paranavaí.

Tabela 3 – Tipo de maquinário utilizado na agricultura no município de Querência do Norte nos anos de 1975,1985 e 1995/96.

Ano	Tipo de maquinário	
	Tratores	Colhedeiças
1975	66	04
1985	348	234
1995/96	223	146

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná, IBGE, 1975, 1985, 1995/96.

Como se pode notar, entre 1975 e 1985 há um acréscimo no número de equipamentos empregados na agricultura; como consequência, através da substituição de culturas, nos anos de 1981 e 1982 a produção da soja, cultivada em uma área de 1800 ha, ultrapassou a marca de 3000 toneladas, levando o município a

ocupar o segundo lugar, sendo superado novamente apenas por Paranavaí, dentro da microrregião, tanto em produção como em quantidade de área ocupada pela cultura, fator que em contra-partida, provoca uma diminuição ainda maior da oferta de empregos aos assalariados, quer permanentes, quer temporários.

Assim, com uma economia essencialmente agrícola, destacando-se a pecuária de corte, cotonicultura e rizicultura de várzea, a partir de 1993/94 o município passa a desenvolver a implantação da agroindústria da mandioca.

O gráfico a seguir apresenta um retrospecto das transformações ocorridas no âmbito da agricultura no município em termos de área ocupada, segundo seus principais produtos, numa análise compreendida entre os anos de 1985 e 2000.

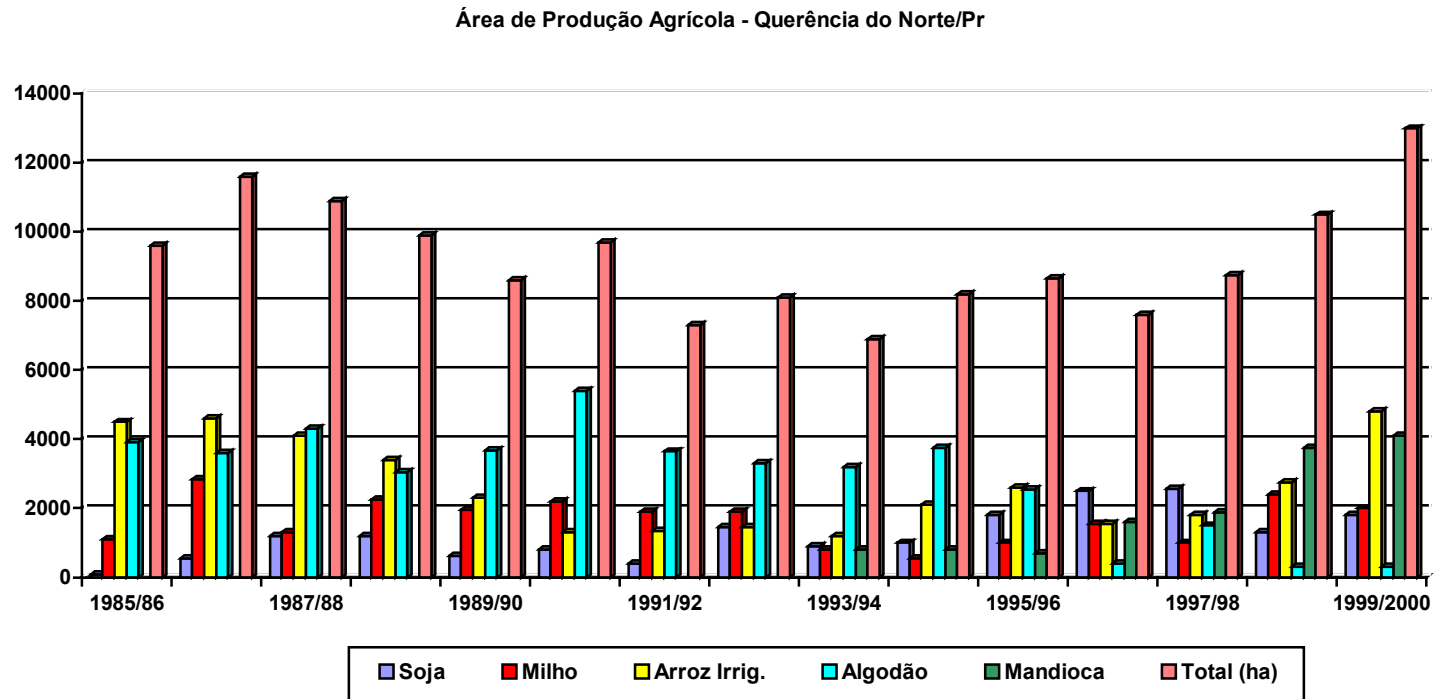


Gráfico 1 - Área ocupada (ha) por produto, nos anos agrícolas de 1985 à 2000, no município de Querência do Norte.
 Fonte: EMATER / Organização: VIANA, 2000.

A partir da análise tanto das tabelas quanto do gráfico ora apresentado, pode-se observar a existência de uma correlação entre seus dados, sobretudo no que se refere às transformações determinantes ocorridas ao longo do tempo.

As alterações no contingente populacional no campo e na cidade como reflexo da introdução de uma agricultura mecanizada, que trás consigo a substituição da mão-de-obra humana atrelada à diminuição acentuada das culturas que demandariam maior concentração de trabalho braçal, como é o caso num primeiro momento da cafeeira, depois do algodão, que no período 85/96 ocupou lugar de destaque na produção agrícola da região revezando-se com o arroz, e a ampliação do plantio de culturas temporárias, como o caso da soja, que continua a destacar-se ao lado da produção de milho e mandioca.

Muito embora culturas como a do milho e da mandioca continuem a manter uma boa média de produção, não são suficientes para garantir a manutenção dos trabalhadores braçais no campo, principalmente no caso do milho que passa à utilização de maquinários que propiciam maior agilidade e menores perdas na colheita.

A redução na demanda de mão-de-obra na agricultura e a transformação de áreas de cultura em pastagens, o surgimento dos trabalhadores volantes (bóia-frias) e as próprias modificações econômicas e políticas ocorridas levaram a um agravamento das tensões sociais e da questão agrária na região, cuja característica sempre foi a concentração da maior parte das terras nas mãos de um reduzido número de grandes proprietários, dedicados à pecuária de corte (Prefeitura et all, 1995, p. 5).

Mediante a grande leva de desempregados, em 1983, através da iniciativa privada de alguns proprietários de terras e comerciantes locais, em comum acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com apoio de órgãos como ACARPA e EMBRATER, foi elaborado e desenvolvido um projeto piloto de “assentamento de bóias-frias” com o objetivo de procurar diminuir o alto índice de desemprego que atingia o município.

A partir desse projeto, foi firmado um contrato entre os proprietários da fazenda gleba 29 – Pontal do Tigre, irmãos Atalla, onde a área seria arrendada à COPAGRA (Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina), num total de 3630 ha, dos quais 484 seriam subarrendados à ADECOM (Associação de Desenvolvimento Comunitário) e o restante a seus associados.

Para que uma família conseguisse entrar para o assentamento necessitava passar por uma rigorosa seleção realizada pela equipe composta de funcionários da ADECOM, do Sindicato, os dois maiores cerealistas do município, um representante do Banco do Brasil e um técnico do escritório local da ACARPA. Porém, as muitas exigências e as cláusulas contratuais que geralmente privilegiavam as entidades, levavam as famílias a desistirem da participação no projeto.

4.2. A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS

A compreensão da história de vida dos assentados é fundamental para que se conheçam os verdadeiros motivos que os levaram a deixar para trás o pouco ou o quase nada que possuíam, para lançarem-se em uma vida de incertezas.

A saga das famílias hoje assentadas no Grupo COPACO em Querência do Norte tem início no município de Matelândia/Pr, mais precisamente na Fazenda Padroeira.

A partir da reunião de 1050 famílias vindas de vários pontos do Estado, teve início o processo de ocupação de terras, pois até então tudo se resumia à permanência das famílias em acampamentos à beira das estradas, de onde saía uma comissão responsável pelas negociações com o Governo, as quais por serem extremamente lentas não satisfaziam à expectativa da população de Sem Terras que se multiplicava a cada dia. Surge, então, em 1986, o grito de ordem do MST: Ocupar, resistir e produzir.

As 1050 famílias fizeram a ocupação da Fazenda Trento I, localizada no município de Matelândia-PR, onde ficaram por mais ou menos 30 dias, após o que ocorreu o despejo por ordem judicial das mesmas, que partiram para a

Fazenda Trento II, localizada no município de Matelândia-PR, ficando ali por dois meses e, após terem constituído já uma pequena lavoura de milho, passam novamente pela experiência do despejo.

Mais uma vez destinaram para eles uma área dentro da Fazenda Padroeira, denominada de 1019, a qual já havia sido desapropriada, e muito embora ninguém residisse nela, existia a notícia de um “*proprietário*” que cultivava a terra, neste local permaneceram por 4 meses, até que um grupo de fazendeiros organizados conseguiram forçar o despejo. No entanto, com a resistência das famílias que afirmavam só deixar o local mediante a indicação de uma nova área para a implantação do assentamento, foi-lhes destinada a área de Reserva e Marreca. Durante esse período apenas 150 famílias aproximadamente compunham o grupo, uma vez que grande parte já havia desistido. Assim, foram divididas 50 famílias para Teixeira Soares, 28 para Marreca, sobrando 70 para Reserva.

Ao chegar em Reserva, as 70 famílias, dentre elas as que hoje compõe a COPACO, encontraram muitas dificuldades para permanecerem na área.

... aí, chegando em Reserva, o pessoal não gostou da área. Nós tudo não gostemo da área, não tinha água, era uma área muito declinável, era fora de recurso e era muito penoso para a gente vivê lá (José Carlos - assentado da COPACO, 2000).

Assim sendo, e diante das muitas dificuldades, o Governo e a SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) fizeram uma avaliação da área e detectaram que para conseguir a extração de água com boa qualidade e em condições de consumo, seria necessário perfurar poços com uma profundidade aproximada de 150 metros, e sem muitas garantias. Esse fato deu maior poder de argumentação ao grupo, que novamente se colocou a negociar por uma nova área.

A gente não conhecia, mais o nosso interesse era vir prá Pontal do Tigre, porque tinha uma fama muito boa... (José Carlos - assentado da COPACO – 2000).

No entanto, havia, por parte do Governo, uma certa resistência quanto a ida das famílias para lá sob a alegação de que a área já era ocupada por arrendatários.

Após avaliação de algumas outras áreas em função da pressão, o ITCF acabou cedendo e direcionando as famílias para a Pontal do Tigre – Fazenda 29.

4.3. A LUTA E A CONQUISTA DA TERRA: DO “ILEGAL” AO LEGAL

Por mais que se tente encobrir a realidade, o cotidiano e as experiências dos trabalhadores rurais Sem Terra preserva e traz à luz os problemas sociais não resolvidos. (...) As ocupações têm sido uma forma de resistência contra o descaso para com a questão da reforma agrária. Se não existem tantos latifúndios, pelo desconhecimento do INCRA, ou pela ineficácia da metodologia mecanicista, os trabalhadores organizados descobrem a cada dia os latifúndios e as terras griladas, ocupam e resistem (Fernandes, 1992, p. 37).

4.3.1. A ocupação

Em 1987, o Ministério da Reforma Agrária indicou a Fazenda 29 – Pontal do Tigre, onde até então estava sendo desenvolvido o projeto de Assentamento de Bóias-frias, porém sem resultados significativos, como área desapropriada para fins de Reforma Agrária. No entanto, apesar do Decreto haver sido assinado pelo Governo Federal, o mesmo não foi publicado em Diário Oficial, o que fez com que 34 famílias transferidas das áreas de acampamentos, localizados às margens da rodovia próxima ao município de Paranavaí, bem como outras 205 famílias oriundas de outros municípios do Estado (Reserva, Castro e Capanema), assentadas na ocasião pelo ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas), SEAG (Secretaria de Agricultura) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária) com autorização do então Governador do Estado Álvaro Dias, passassem a ser consideradas “*invasoras*” de propriedade privada.

A ocupação levou os proprietários a recorrerem à justiça obtendo uma liminar para o despejo das famílias, o que de fato não aconteceu, tendo as mesmas permanecido no local até 1996, quando finalmente houve a confirmação da destinação da área para fins de Reforma Agrária.

4.3.2. O acampamento

O acampamento consiste no período que antecede ao assentamento, onde os trabalhadores expulsos do campo ficam alojados sob as barracas de lona e onde ainda não existe a emissão de posse determinada pela Justiça, constituindo-se em um período fundamental para a construção da compreensão do verdadeiro significado da luta dos Sem Terra no Brasil.

Nos acampamentos, os desafios são muitos e a luta travada no dia-a-dia é, acima de tudo, pela resistência, pois subsistir em condições tão precárias de vida e sob a pressão, a opressão e a tensão do despejo que pode vir há a qualquer momento, constitui-se em mais que um ato desesperado, é um ato heróico de pessoas que fazem da dificuldade a força para prosseguir.

Assim sendo, e muito embora houvesse uma certa preocupação com o fato de desconhecerem o “*comportamento*” do solo arenoso, ao tomarem conhecimento de que seriam encaminhadas para o Pontal do Tigre, houve um contentamento generalizado por parte das famílias, sobretudo pela abundância de água na região.

O primeiro passo na constituição do acampamento foi a instalação dos barracos que, muito embora precários, significavam o início da solidificação rumo ao assentamento.



Foto 1 – Barracos de lona (acampamento)
Fonte: Arquivo da Copaco.

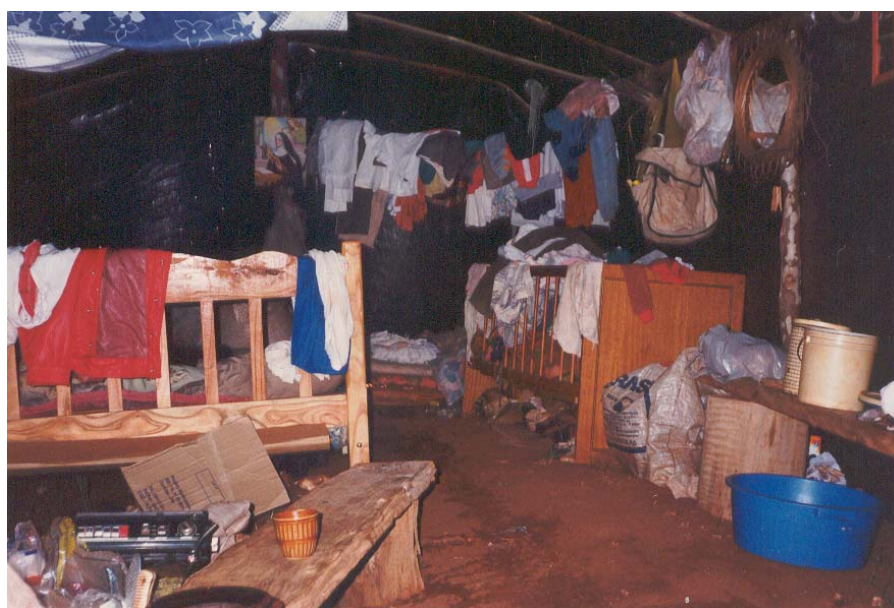


Foto 2 – Interior do barraco
Fonte: Arquivo da Copaco.

Outras famílias, como já esperado, também habitavam o Pontal e estavam subdivididas em grupos: ADECOM, Capanema, Castro, Amaporã e agora, Reserva. Esses grupos foram formados a partir da convivência e da compatibilidade de idéias que rumavam para os mesmos objetivos, fator que os mantinha unidos na luta pela sobrevivência.

Em 1993, quando da vinda para o Pontal, o contrato da ADECOM com os proprietários da área já estava vencendo; no entanto, as terras foram novamente arrendadas, e a partir de nova seleção, cederam 2 alqueires de terra para um grupo de bóias-fria tocarem.

Sob a assistência técnica da EMATER, a qual fornecia as orientações básicas, eles (bóias-frias) cultivavam a terra, porém com certas restrições, pois havia uma série de impedimentos no sentido de plantarem qualquer outro tipo de cultura que não fosse o feijão e o algodão, sob pena de colocar em risco toda a produção de algodão por conta da possível transmissão de doenças. No entanto, as dificuldades dos bóias-frias aumentavam a cada dia, pois já não produziam sequer para a subsistência uma vez que não podiam diversificar seu plantio nem para o próprio consumo.

Apesar das dificuldades colocadas para o grupo de famílias de bóias-frias serem praticamente as mesmas que as dos acampados Sem Terra, havia um profundo distanciamento entre eles, que ultrapassava em muito a barreira da distância física.

Então foi difícil prá gente convencer eles que a nossa luta pela terra era um processo em conjunto, porque eles tinham a mesma visão do povo da cidade de que a gente era baderneiro. No primeiro dia que nós fomo fazer um manifesto aí na cidade o pessoal fechava as porta, não recebia nós, a imagem que passava de nós é que nós era terrorista baderneiro, então até muita gente da cidade e até bóia-fria falava que vinha tocá fogo nos nosso barraco, e hoje são pessoas ou que tão num acampamento para conseguir um pedaço de terra ou já tão num lote, assentados.

Foi tudo muito difícil, mais conversando com os bóias-fria, com o passar do tempo, a gente conseguiu fazê que eles entendesse que a nossa proposta era de cultivar a terra e de criar nossos filhos com dignidade (Assentado da COPACO, 2000).

Outra grande dificuldade para conseguir cultivar qualquer tipo de lavoura, era o gado que se espalhava pelas plantações danificando-as.

... existia fome, muita fome na época, quando nós chegamo aqui não tinha nada (...) nós comia peixe e maxixe sem gordura sem nada, tinha outras coisa, só que nós não tinha aquela visão que tinha uma coisa que tava afetando nós e nós podia comer, que era o gado (Assentado da COPACO, 2000).

Por iniciativa própria, as famílias resolveram cultivar cada qual um pedaço de terra. Com o plantio veio a dificuldade com o gado, pois a área que não era alagadiça ou utilizada para o desenvolvimento da rizicultura, era arrendada a pessoas de Querência do Norte, as quais acabavam alugando e/ou emprestando gado para colocar nas terras do Pontal.

Então como era pouco pasto, não tinha cerca direito o gado começou a cair na lavoura, nós levantamo várias vezes de noite para tocar o gado por causa da lavoura, nós já plantemo pouquinho na época, porque não tinha como plantar mais, não tinha recurso. E com isso o gado foi aniquilando, apesar de toda a pressão em cima, nós foi tocando (Assentado da COPACO, 2000).

Desta forma, após algum tempo e vários pedidos para que o gado fosse removido, sem sucesso, os assentados optaram por começar a combater a fome, combatendo/abatendo parte do gado. As lideranças do grupo foram presas como forma de pressão para que os acampados fossem despejados, no entanto, o efeito foi contrário, pois as pessoas uniram-se ainda mais no firme propósito de continuar na área e nela subsistir.

Quando da chegada, tudo foi extremamente difícil:

(...) nós chegemo aqui sem nada, sem conhecer ninguém, totalmente a zero, porque alguma coisinha que alguém tinha nós comemo no acampamento... nós começamo carpí, de enxada,... aí começamo plantar... mas nesses 7 anos até 1995, foi muito difícil (Marinalva - assentada da COPACO, 2000).

Durante esse período de acampamento, havia uma negociação do Movimento em nível nacional para que, através de um programa, fossem enviadas cestas básicas para a área, até que as famílias começassem a receber os recursos para iniciarem o plantio, no entanto os alimentos além de demorarem à chegar, ainda não eram suficientes para o sustento de todos.

Contudo, apesar do sofrimento havia plena consciência de que já não havia para onde voltar e que a única alternativa viável era permanecer e lutar para transformar a situação tão adversa.

4.3.3. A desapropriação

A desapropriação veio representada pela conquista do direito de fixação em um novo território, que agora assumiria um outro caráter, mediante as famílias que saíam de uma condição de “*ilegalidade*” perante os olhos da Justiça e de parte da sociedade, para se projetarem enquanto elementos amparados pelas benesses da *lei*.

Em 22/10/1995, sai a emissão de posse da área, a qual concede aos assentados o direito de permanecer e cultivar a terra, onde já viviam por aproximadamente sete anos. A partir de então, também é entregue pelo INCRA, o croqui da área do projeto apresentando seus limites.

Nesse período, apesar de haver espaço para apenas 360 famílias, cerca de 400 ocupavam a Pontal, e o Governo Federal não satisfeito, tencionava fazer a inclusão de mais 100 famílias para chegar a 500.

(...) aí nós falemo que queria fazer um assentamento rural e não uma favela rural (Benedito - Assentado da COPACO, 2000).

A idéia era a de subdividir a área em lotes de oito alqueires, variando para dez ou onze nos casos de áreas mais alagadiças e de acordo com a produtividade do solo. Assim, em função da pressão exercida pelo Movimento e pelos assentados ficou definido que permaneceriam na área 360 famílias e as demais seriam reconduzidas à outras terras.

4.3.4. O assentamento

Nesses sete anos a gente trabalhou sem recurso do Estado, ele mandava comida, mas não havia destinação de verbas para a área, aí a partir de 1995, começou a entrar o PROCERA, que também não era muito mais era 7500,00 (sete mil e quinhentos reais) por família. Só que uma família não ia conseguir comprar um trator com esse dinheiro, era melhor comprar gado, daí chegamo num acordo onde juntava dez, doze, famílias e cada um juntava um pouco e comprava uma máquina, trator, implementos... (Benedito - assentado da COPACO 2000).

As famílias já estavam trabalhando em grupo desde 1993 e, em 1995, já contavam com dois anos de trabalho. No início eram 19, havia uma grande expectativa e as pessoas esperavam por uma resposta mais imediata, porém, como isso não aconteceu, o grupo acabou sendo reduzido a apenas doze famílias.

Os trabalhos foram subdivididos de acordo com as aptidões de cada um, buscando, assim, evitar o período de adaptação com funções desconhecidas, uma

vez que isso dificultaria a eficiência do processo que urgia por soluções mais efetivas.

Passados sete anos, ano 2002, portanto, o assentamento de fato reproduz a construção de um novo território, transformado pelas mãos dos assentados. Agora as vastas áreas de terra ociosas, tomadas pelo banhado e por muita pastagem para pouco gado, se constituíam em área de efetiva produção de alimentos que sustentam várias famílias no campo e contribuem efetivamente para a manutenção de outras tantas nas cidades.

A importância do simbolismo, da identidade com o seu pedaço de chão, que outrora não se constituía em nada mais que uma vaga e longínqua esperança, surge, então, como um sonho que se concretiza na medida em que seus idealizadores rumam em direção a ele. A sensação de vitória reproduz-se no dia-a-dia do assentamento, em cada barraco de lona que foi sendo substituído pelas casas, num primeiro momento de madeira, as quais vão aos poucos dando lugar as de alvenaria, nas colheitas que, apesar de sujeitas às intempéries, têm sido bem sucedidas, ou em cada novo implemento adquirido na coletividade.

As condições de moradia e de vida vão, aos poucos, sendo melhoradas, prova disso é a estrutura que vai se instalando no âmbito do assentamento. Todas as residências possuem água encanada e luz elétrica, bem como vão sendo aos poucos construídas e/ou reformadas, conforme mostram as imagens:



Foto 3 – Escritório em fase de construção
Fonte: VIANA, 2001



Foto 4 – Casa em fase de acabamento
Fonte: VIANA, 2001

O índice de organização alcançado por vezes supera as próprias expectativas, causando espanto tanto aos que tão seguramente se dizem contrários à Reforma Agrária, como àqueles que apesar de a considerarem urgente e necessária, surpreendem-se com a conquista de avanços tão significativos em tão pouco tempo de ocupação das áreas em Querência do Norte.

O assentamento é estruturado de maneira coletiva, o que por si só, já se constitui em elemento de extrema dificuldade, pois para que seja viabilizado, faz-se necessário, por parte dos assentados, um grande poder de superação do apego aos bens individuais.

A área de 343,64 hectares abriga aproximadamente 43 membros das doze famílias que fazem parte do assentamento e para melhor caracterização dos mesmos, apresenta-se o perfil dos assentados através da Tabela 4.

Tabela 4 – Perfil dos chefes de famílias do Assentamento Grupo COPACO

Estado Civil	Número
Solteiro	02
Casado	09
Viúvo	01
Total	12
Idade	Número
Menos de 30 anos	04
De 30 a 50 anos	07
Mais de 50 anos	01
Total	12
Escolaridade	Número
Segundo grau completo	01
Primeiro grau completo	03
Nunca freq. Escola, mas lê e escreve	01
Primeiro grau incompleto	07
Total	12
Filhos	Número
Não possuem	02
Menos de três	05
Possuem de três a cinco	05
Total	12
Atividade anterior ao período de assentamento	Número
Proprietário rural	05
Arrendatário	04
Meeiro	01
Trabalhador rural temporário	02
Total	12
Tempo de atividade agrícola	Número
Mais de dez anos	12
Total	12
Região de origem	Número
Paraguai	03
Oeste/Pr	07
Sudoeste/Pr	02
Total	12
Período de acampamento	Número
Mais de cinco anos	12
Total	12

Fonte: Levantamento de campo / Organização: VIANA, 2000.

Como se observa, alguns dados se constituem como elementos de diferenciação no que diz respeito à constituição do perfil das famílias que habitam o assentamento em relação ao padrão “*tradicional*” do camponês brasileiro a algumas décadas atrás. Muito embora esse não seja um “*privilégio*” da classe camponesa, houve uma significativa diminuição no número de filhos, e ao serem questionados sobre esse fato, argumentam:

... é muito difícil criá vários filhos nas condições de hoje, antigamente você conseguia criá seis ou sete filhos na lavoura, era uma vida dura, mas era uma vida boa, porque nós tinha terra prá plantá, e isso dava segurança prá nós criá os filho... Agora nós já temo terra, mas a situação do país, faz a gente pensar muito prá ter filho, porque a gente quer dá uma vida digna prá eles, com saúde, boa alimentação, estudo, lazer, tudo que qualquer criança precisa...só que se você tiver mais que dois ou três, já fica muito difícil (Benedito - assentado da COPACO, 2000).

Para os assentados, muito embora todos já tenham um histórico de vínculo com a terra, e terem passado mais de cinco anos em acampamentos, um dos fatores que pesa em relação a conseguirem trabalhar coletivamente, concentra-se tanto no fato de serem pessoas mais jovens, apenas um possui mais de cinquenta anos, e estarem conscientes de que se não estiverem unidos para enfrentar as dificuldades não sobreviverão ao processo, como também por se preocuparem com o fator “*saber*”, todos buscam novos conhecimentos e estão inteiramente abertos à formação e à informação, haja vista que apenas um dos chefes de família nunca frequentou a escola, mas, no entanto, também sabe ler e escrever.

Isso não significa, necessariamente, que o conhecimento formal seja estritamente necessário, pois o empírico tem se mostrado mais útil e significativo para a categoria, porém reconhecem a necessidade de acompanhar as inovações para se posicionarem, quer a favor, quer contrários às transformações, e se não tiverem a base (entendida como ler e escrever), fica muito mais difícil.

Nóis não queremos se corromper com a tecnologia, a gente quer usá ela em nosso benefício, não sê escravo dela, como tem acontecido no mundo inteiro... as pessoa vale menos que uma máquina, um computador... (Benedito - Assentado da COPACO - 2000).

4.4. O MUNICÍPIO DE PARANACITY

O município de Paranacity está situado no noroeste do Paraná, a uma altitude de 460m, tendo como coordenadas geográficas 22°53' S e 52°07' L, tendo os rios Pirapó à leste formando divisa com o município de Colorado, e o São Francisco à oeste fazendo divisa com o município de São João do Caiuá e, a exemplo de Querência do Norte, também se encontra sobre o domínio do Arenito Caiuá, apresentando 80% de seus solos como sendo do tipo arenito caiuá e os 20% restantes formados por derrames basálticos.

Seu clima, segundo KÖPPEN (apud WONS, 1994), é classificado como subtropical úmido mesotérmico, com concentração de chuvas nos meses quentes de verão, geadas pouco freqüentes e sem presença de estação seca bem definida. A média de temperatura nos meses quentes normalmente apresenta-se acima dos 22°C, já no inverno são menores que 18°C.

O núcleo de colonização do município surge a partir da ação da Imobiliária Progresso Ltda, com sede na cidade de Apucarana.

A partir de 1949, tem início a derrubada da mata, dando origem ao núcleo urbano do município, e a efetiva ocupação da zona rural por famílias vindas de outras localidades do Estado e fora dele. O foco central de atração era a boa qualidade do solo propício ao cultivo do café, cultura que se apresentava como a grande alternativa à estruturação do progresso.

A colonizadora idealiza a constituição do território a partir da divisão da área urbana em 6.400 lotes e 200 chácaras que circundariam a área urbana.

Com uma área total de 406.791 km², tendo sido desmembrada do município de Nova Esperança em 26/11/54, Paranacity, em relação aos aspectos de

ocupação e uso do solo, a princípio é basicamente tomada por área de mata. Com o passar do tempo e com o processo de colonização, há um investimento concentrado na cultura cafeeira.

No entanto, a exemplo do acontecido em muitas áreas do território, as fortes geadas e as dificuldades com o mercado, colocadas a partir da conjuntura econômica e política da época, fizeram com que os cafezais passassem a ceder lugar à pastagem e a partir de então, a pecuária assume o papel de condutor do processo econômico no município. Porém, tal alteração não se processa sem perdas, não apenas aos produtores mas, sobretudo, aos trabalhadores rurais, que ao verem a substituição da cultura, vêm também a substituição de seus postos de trabalho, com isso acentua-se o êxodo rural.

Ao referir-se a esse processo, um antigo morador da cidade, faz o seguinte comentário:

O progresso é importante, mas prá nós, num sei... com a mudança do café pro pasto, a gente acabô fazendo uma escolha: sai o homem e entra o boi. E as pessoa pobre vão prá onde? (Sr. Antonio – pioneiro em Paranacity).

Dessa forma, se confirmam os dados do IBGE em relação à mobilidade populacional no município, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Transformações no contingente populacional no município de Paranacity, entre os anos de 1970,1980,1991 e 2000.

<i>ANO</i>	<i>POPULAÇÃO URBANA</i>	<i>POPULAÇÃO RURAL</i>	<i>TOTAL</i>
<i>1970</i>	<i>3.036</i>	<i>8.687</i>	<i>11.723</i>
<i>1980</i>	<i>3.662</i>	<i>4.659</i>	<i>8.321</i>
<i>1991</i>	<i>5.060</i>	<i>3.413</i>	<i>8.473</i>
<i>2000</i>	<i>7.322</i>	<i>1.784</i>	<i>9.106</i>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1970,1980, 1991 e 2000.

No entanto, o êxodo rural não é o único elemento de destaque no contexto geral dos dados, há um decréscimo populacional de -22,32% em 30 anos. O

que significa que a mobilidade não está circunscrita ao espaço geográfico do município, o processo migratório para o âmbito Estadual e Nacional faz-se presente com muita intensidade.

A falta de atrativos para investimentos na geração de postos de trabalho e, conseqüentemente, a estagnação do desenvolvimento econômico do município tem levado grande parte da população, sobretudo a mais jovem, a partir em busca de oportunidades em centros maiores.

Tendo como base a tabela apresentada à seguir, é possível perceber a gradativa substituição das lavouras permanentes pelas temporárias, e muito embora a área destinada à pastagens seja superior às demais, a cultura canavieira tem ocupado lugar de destaque na economia do município, tendo em vista principalmente a existência de uma usina de açúcar e álcool, responsável pela geração de aproximadamente 2200 empregos, cerca de 70% do total geral do município. Este número, no entanto, é reduzido dado ao período da entre-safra, onde cerca de 30% dos trabalhadores são dispensados por término de contrato, só voltando a serem contratados na próxima safra.

Tabela 6 – Utilização das terras no município de Paranacity quanto a lavouras, pastagens e produtivas não utilizadas, nos anos de 1975, 1985 e 1995/96.

Ano	Lavouras		Pastagens		Produtivas não utilizadas (há)
	Permanentes (ha)	Temporárias (ha)	Naturais (ha)	Plantadas (ha)	
1975	4222	3263	320	23074	133
1985	2046	5814	144	23344	112
1995/96	1063	8193	1091	19077	142

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná, IBGE, 1975, 1985, 1995/96.

Porém, há um fator que deve ser levado em consideração, dada sua importância e gravidade: não há uma preocupação efetiva em relação à recuperação das propriedades do solo, as quais são bastante danificadas no processo de cultivo e, sobretudo, no corte da cana, uma vez que as queimadas antecedem o corte.

Sendo os solos arenosos mais susceptíveis aos processos erosivos, o município poderá, em poucos anos, enfrentar sérias dificuldades do ponto de vista

da ocupação e uso do solo, pois os postos de trabalho, gerados hoje pela presença da usina, poderão deixar de existir em função do esgotamento de terras produtivas mesmo para o cultivo da cana.

Assim, questiona-se quais serão as alternativas apresentadas ao campo e ao camponês que dele vive, tendo em vista a retrospectiva das áreas de plantio da produção agrícola do município no período compreendido entre 1995 e 2001, conforme gráficos a seguir, podendo-se observar as alterações sofridas no campo.

O Gráfico 2.a apresenta os dados referentes às principais culturas, excetuando-se a cana-de-açúcar e a área de pastagens as quais em função do maior vulto, estão representadas no Gráfico 2.b.

Houve considerável queda, tanto no plantio quanto no número de produtores de algodão, que caiu de 80 para 10 no mesmo período, ainda que a produção por hectare tenha aumentado de 1450 para 2200 kg/ha, porém a falta de estímulo e as maiores facilidades com a presença da usina, que arrenda as terras junto aos proprietários da região, conduz à opção pela cana.

Assim, a produção da cana-de-açúcar, que até 1995 possuía apenas um produtor no município, após seis anos, em 2001, portanto, passa a ter 45 produtores, e muito embora tenha havido uma pequena redução no total geral da área plantada, o rendimento médio de toneladas por hectare aumentou de 100000 para 112000 kg/ha.

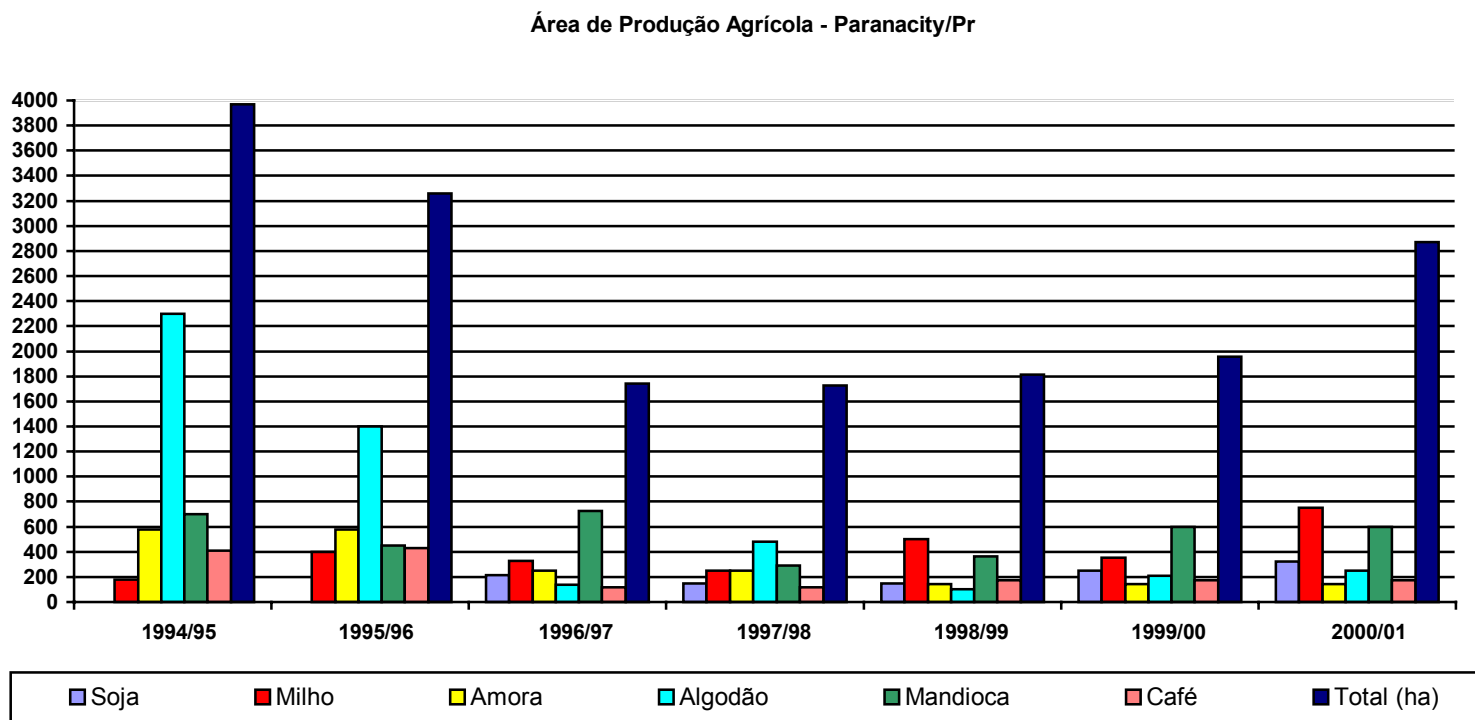


Gráfico 2.a - Área ocupada (ha) por produto nos anos agrícola de 1995 a 2001, no município de Paranacity.

Fonte: EMATER / Organização: VIANA, 2002.

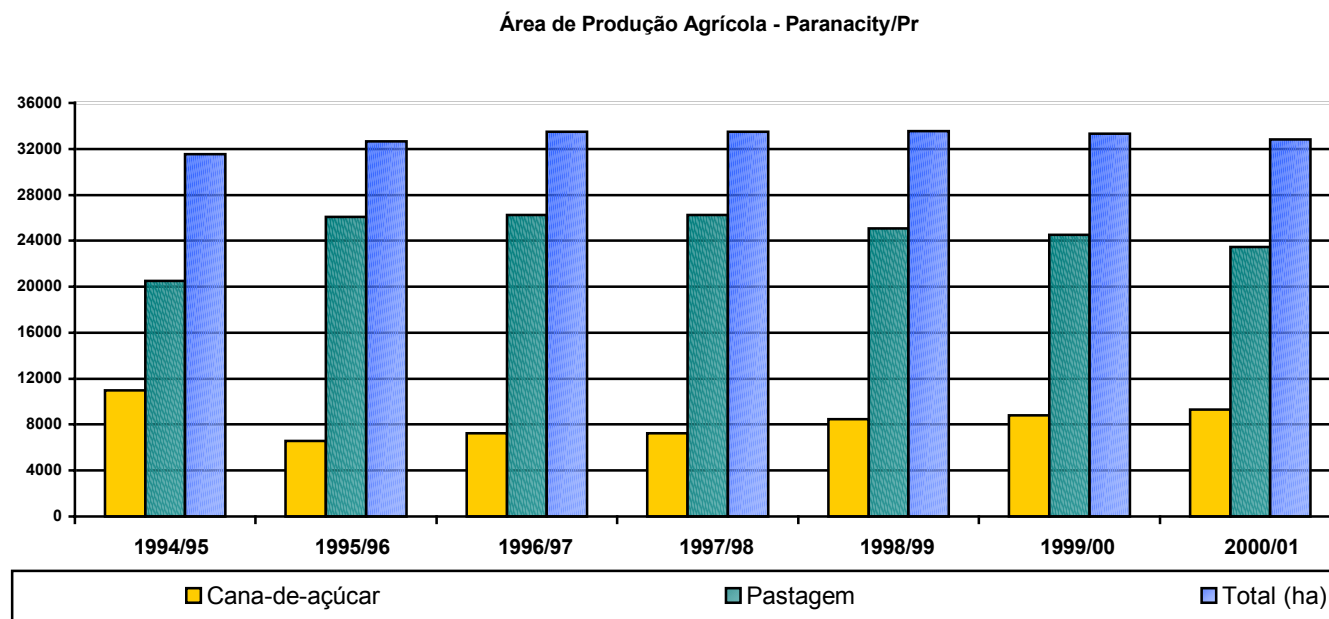


Gráfico 2.b - Área ocupada (ha) com o plantio de cana-de-açúcar e pastagens nos anos agrícolas de 1995 a 2001, no município de Paranacity.
Fonte: EMATER / **Organização:** VIANA, 2002.

4.5. A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS

As famílias que hoje estão assentadas na COPAVI, a exemplo da COPACO, também apresentam uma história de luta contra a opressão do poder hegemônico. No entanto, desde o início já havia a predisposição para cultivarem a terra de forma coletiva, apresentando a partir de algumas experiências já implantadas pelo MST em outras áreas, inclusive no Rio Grande do Sul, uma nova proposta de trabalho no cultivo da terra.

Assim, foram mapeadas vinte famílias da região sudoeste, sul e oeste do Paraná, algumas acampadas e outras já assentadas de forma individual, as quais vieram para tocar o assentamento de forma coletiva, tendo todas elas vínculos anteriores com a terra, fator que acaba sendo preponderante na adaptação e posterior fixação dos assentados.

... as família que vieram prá cá, já sabia que seria um assentamento coletivo, e que não ia ter um lote individual, e quem não quisesse trabalhar nesse sistema, teria que ir para outra área ... (Valmir – assentado da COPAVI).

No entanto, das vinte famílias iniciais do projeto, apenas doze permanecem desde o princípio, as demais já foram substituídas por falta de adaptação com o sistema.

Trabalhar em conjunto não é fácil, é quem casamento, se não tivé força de vontade, paciência e se não gostá muito, num vai... (Sr. João – assentado da COPAVI).

O processo de substituição das famílias normalmente ocorre através do próprio MST. A cooperativa comunica ao Movimento a necessidade de famílias para (re)compor seu contingente, logo a notícia é divulgada e os interessados se apresentam para conhecer a área, o estatuto e o regimento interno da cooperativa,

passando, após esta fase, por um período de quatro meses de experiência executando os trabalhos que lhe forem destinados.

Após o prazo de experiência, há uma avaliação em assembléia geral da família em questão, e em decorrência desta, a integração ou não, da mesma ao quadro de associados da cooperativa..

Dessa forma, a trajetória dos assentados diferencia-se da COPACO na medida em que não foi composta por um grupo de famílias oriundas do mesmo acampamento, mas por um conjunto de pessoas ligadas ao Movimento que já possuíam a predisposição para o trabalho coletivo.

4.6. PARANACITY: A BATALHA CONTRA O JOGO DE INTERESSES

*Por mais que se arranquem os brotos das mudanças,
eles sempre voltarão a germinar (Émile Zola).*

4.6.1. A ocupação

Como já citado anteriormente, o município de Paranacity está localizado no noroeste do Paraná, tendo, em seu interior, uma área de 238.8 ha, a qual tornou-se objeto de litígio entre os trabalhadores rurais sem-terra e seu proprietário.

Em 1986, a referida área foi vistoriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sendo considerada improdutivo e, conseqüentemente, desapropriada para fins de Reforma Agrária.

Contudo, esta desapropriação foi ignorada pelo antigo proprietário que arrendou a área para uma usina de álcool.

Em 1988 houve duas tentativas de ocupação da área por parte de trabalhadores rurais sem-terra, tanto do próprio município como também de outras partes do Estado, porém as mesmas não foram bem sucedidas, pois mobilizada por fortes interesses políticos, a área continuava arrendada.

Após verificar a situação da área junto ao INCRA, em 19 de janeiro de 1993, um grupo de 16 pessoas e posteriormente mais 50, organizadas pelo MST, realiza a ocupação da mesma apesar de ainda estar recoberta pela plantação de cana-de-açúcar pertencente à usina.

4.6.2. O acampamento

Muito embora o acampamento estivesse instalado, o cultivo imediato da terra pelos trabalhadores não foi possível, uma vez que optaram por esperar que a usina realizasse o corte da cana.



Foto 5 – Acampamento – primeira fase
Fonte: Arquivo da Copavi.



Foto 6 – Acampamento – segunda fase
Fonte: Arquivo da Copavi.

Assim, buscando formas de subsistência, os trabalhadores passaram a desenvolver atividades como bóias-fria, com o objetivo de se sustentarem e resistirem na terra ocupada.

A gente no começo, tinha dificuldade em arranjar trabalho, mais como nós trabalhava muito, porque a gente tinha que provar que nós era pessoas de bem e trabalhadoras, e conseguimos... chegou num ponto que os proprietário até preferiam os acampados... (Valmir – assentado da COPAVI).

Contudo, apesar de não haver muitos postos de trabalho na agricultura local, esta situação perdura por aproximadamente sete meses, quando ao final deste período, os trabalhadores resolvem, eles mesmos, através de mutirão, cortar a cana e entregá-la à usina, para que dessa forma, pudessem de uma vez por todas, organizarem-se para a instalação da cooperativa e, conseqüentemente, para o cultivo da terra.



Foto 7 – Corte de cana
Fonte: Arquivo da Copavi.

4.6.3. A desapropriação

A desapropriação da área, apresentada pelo croqui 2, ocorreu em 1988, no entanto, a emissão da posse foi concedida em julho de 1994, dado ao arrendamento da área apesar da destinação para fins de Reforma Agrária.

No entanto, apesar de todo o tempo transcorrido, ainda não foi concedida a titularidade da terra aos assentados, até porque existe um impasse legal junto ao INCRA. Os assentados entendem que a terra não é um bem pessoal, logo não querem o “*título*” de proprietários dos lotes para si, lutam para que a propriedade seja concedida à cooperativa. Porém, segundo o INCRA, não existe amparo legal para atender a reivindicação dos assentados, uma vez que somente pessoas físicas podem ser “*contempladas*” nos projetos de Reforma Agrária, não há como conceder a titularidade a pessoa jurídica, no caso a cooperativa.

Em Assim sendo, após ação dos advogados do Movimento, ainda se aguarda novo parecer do INCRA em relação à titularidade da terra.

Croqui 2 – Assentamento da Copavi.

4.6.4. O assentamento

O assentamento Santa Maria, contitui-se no fruto de um território (re)construído a partir do exercício do trabalho coletivo que, vai desde a construção das casas até as refeições (café-da-manhã e almoço) realizadas em conjunto no refeitório.

... ainda que a gente viva uma proposta coletiva, a gente intende que é importante cada um ter sua individualidade, sua casa, sua família... mas nós procuramos conviver o maior tempo possível junto, por isso, as refeições são coletivas, para ajudar na integração das pessoas (Solange – assentada da Copavi).

As moradias no assentamento são organizadas em lotes de 450 m², onde foram construídas as primeiras casas que a princípio eram barracos de lona, e aos poucos foram dando lugar à moradias do tipo “meias-águas” e agora, estão sendo aumentadas ou substituídas por casas mais confortáveis.



Foto 8 – Construção de casas
Fonte: Arquivo da Copavi.

Do ponto de vista comparativo, pode-se dizer que existe bastante semelhança entre as vinte famílias assentadas na COPAVI e as doze da COPACO em Querência do Norte, tanto no que se refere à estrutura familiar (idade, número de filhos, etc), quanto à tradição enquanto homem-do-campo e, sobretudo, na concepção sobre a importância do trabalho coletivo.

A partir dos dados apresentados na Tabela 7, é possível uma melhor visualização dos fatores que constituem o perfil dos chefes de família assentados:

Tabela 7 – Perfil dos chefes de famílias assentadas na COPAVI

Estado Civil	Número
Solteiro	02
Casado	18
Total	20
Idade	Número
Menos de 30 anos	02
De 30 a 50 anos	16
Mais de 50 anos	02
Total	20
Escolaridade	Número
Curso Superior completo	02
Curso Superior incompleto	01
Segundo grau completo	01
Primeiro grau completo	07
Nunca freq. escola mas lê e escreve	01
Primeiro grau incompleto	08
Total	20
Filhos	Número
Não possuem	02
Menos de três	12
Possuem de três a cinco	05
Possuem mais de cinco	01
Total	20
Atividade anterior ao período de assentamento	Número
Proprietário rural	07
Arrendatário	05
Meeiro	02
Trabalhador rural temporário	04
Trabalhador urbano	02
Total	20
Tempo de atividade agrícola	Número
Menos de cinco anos	01
Mais de cinco anos	02
Mais de dez anos	17
Total	20
Período de acampamento	Número
Menos de dois anos	05
Entre dois e cinco anos	05
Mais de cinco anos	10
Total	20

Fonte: Levantamento de campo / Organização: VIANA, 2001.

Dentre os dados da tabela, é importante ressaltar a presença de dois chefes de família, cuja atividade anterior ao assentamento era exercida como trabalhador urbano; tal fato se deve à tentativa de experiência na cidade em busca de melhoria de vida, muito embora sempre tenham tido relações estreitas com a atividade agrícola, pois são filhos de pequenos produtores que posteriormente se transformaram em arrendatários.

Um deles define de forma bastante eloqüente sua opção pelo assentamento:

... eu trabalhava na terra com o pai, mais a gente num fazia prá come, então resolvi trabalhá na cidade... arranjei emprego de garçom, mais vi que aquilo num era vida prá mim... fui acampá junto com os companheiros do MST e acabei vindo parar aqui e não me arrependo, porque lugar de gente da terra é na terra plantando ... (Darci – assentado da COPAVI).

Outro fato a se considerar é a dedicação à formação profissional dos assentados, a partir da tabela pode-se avaliar que mesmo os chefes de famílias, os quais supostamente deveriam se preocupar apenas com a educação formal dos filhos, também buscam sua própria instrução, uma vez que consideram fundamental não apenas para si ou para suas famílias, mas para o sucesso da cooperativa e para o avanço do Movimento.

Reflexo dessa preocupação é que além dos dois chefes de família já formados, um em ciências contábeis, outro em agronomia, existem membros do assentamento, estudando jornalismo, psicologia e direito. Segundo eles próprios, as dificuldades vivenciadas ao longo do período de convivência dentro do Movimento, lhes despertou a necessidade de optarem por áreas das quais o MST demanda, pois dessa forma podem contribuir de maneira mais qualificada para a luta.

V

**O FRUTO DO PROCESSO HISTÓRICO:
AS COOPERATIVAS – COPACO E
COPAVI**

Marchar e Vencer

*Marchar é mais do que andar
É mostrar com os pés o que dizem os sentimentos
Transformar a quietude em rebeldia
E traçar com os passos
O roteiro que nos leva à dignidade sem lamentos.*

*As fileiras como cordões humanos
Mostram os sinais dos rastros perfilados
Dizendo em silêncio
Que é preciso despertar
E colocar em movimento
Milhões de pés sofridos, humilhados em todo o tempo
Sem temer tecer a liberdade.*

*E nessas marcas de bravos lutadores
Iniciamos a edificação de novos seres construtores
De um projeto que nos levará à nova sociedade.*

*Marchamos por saber que em cada coração há uma
esperança
Há uma chama despertada em cada peito
E a mesma luz é que nos faz seguir em frente
E tecer a história assim do nosso jeito.*

*Marchar se faz necessário
Para espantar os abutres desta estrada
E construir sem medo o amanhecer.
Pois se eternos são os sonhos
Eterna também é
A certeza de vencer.*

(Ademar Bogo)

5.1. AS COOPERATIVAS

A Cooperativas de Produção Agrícola Conquista (COPACO) e a de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), localizadas nos municípios de Querência do Norte e Paranacity, respectivamente (Mapa 2), surgem como fruto das ações do MST enquanto movimento político e social que potencializa e ao mesmo tempo é potencializado na ação de seus militantes.

Assim, por se constituírem em elementos propulsores da luta e da realidade concreta para a consolidação dos assentamentos, cabe destacar alguns elementos fundamentais na forma de organização e estruturação das cooperativas enquanto fruto do trabalho coletivo.

O mapa a seguir apresenta visual e geograficamente a localização de ambas as cooperativas situadas no noroeste do Estado do Paraná.

5.1.1. Organização Interna

a) Os Estatutos

Tendo em vista o fato de ambas serem cooperativas pautadas nos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tanto os estatutos quanto os regimentos internos foram elaborados de maneira “*padrão*”, salvaguardando apenas suas especificidades, como por exemplo no caso da divisão em áreas e/ou setores de trabalho, bem como a forma de administração dos mesmos, até porque o número de famílias envolvidas é diferente (12 na COPACO e 20 na COPAVI), o que significa aumento ou redução no número de setores ou departamentos do ponto de vista administrativo.

A COPACO teve início, apesar das várias discussões preliminares e da prévia elaboração de uma proposta de Estatuto, com uma Assembléia Geral realizada em 20 de maio de 1993.

Mapa 2 – Localização dos assentamentos

A assembléia contou com a presença de 34 pessoas (homens e mulheres), trabalhadores rurais sem terra, residentes na área e predispostas a constituírem uma cooperativa para assim trabalharem coletivamente no cultivo e manutenção dos lotes. Tendo sido realizada a leitura da proposta de Estatuto, houve aprovação por unanimidade e, em seguida, a votação para escolha dos membros da Diretoria (presidente, vice-presidente, secretário geral, tesoureiro e vice-tesoureiro) e Conselho Fiscal, composto por três membros, os quais não devem ter parentesco em primeiro grau com nenhum dos membros da Diretoria, uma vez que se constitui no órgão fiscalizador da Cooperativa.

Na COPAVI, conforme relatado no capítulo anterior, como já havia a definição de que o assentamento seria administrado pelos assentados de maneira coletiva, após algumas reuniões para discussão e organização do Estatuto, o mesmo foi aprovado, tendo sido registrado em 17 de setembro de 1993.

Os Estatutos das Cooperativas são compostos de XI capítulos e traçam os parâmetros gerais de atuação.

O perfil coletivo das cooperativas está pautado no capítulo I, art. 1º, alínea d: *Todo trabalho na Cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica* (Estatuto das Cooperativas, 1993).

Dentre os objetivos das cooperativas também estão as possibilidades de convênios com outras instituições para ampliar seus horizontes e alcançar seus objetivos, bem como iniciativas de apoio à promoção e realização da Reforma Agrária, sendo inclusive destinado 1% de sua produção vendida para o Fundo de Apoio à Reforma Agrária na Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA.

Também estão previstos, nos Estatutos, os direitos e deveres dos sócios, o que demonstra o perfil democrático, porém efetivamente disciplinado no que tange à organização interna:

Direitos:

- a) Participar de todas as assembleias gerais, votar e ser votado em qualquer processo decisório;*
- b) Exigir dos organismos administrativos informações sobre atividades da Cooperativa;*
- c) Participar das atividades da Cooperativa;*
- d) Demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.*

Deveres:

- a) Subscrever as quotas-partes que lhes correspondem, contribuir com as taxas de serviços e encargos sociais, determinados em regimento interno;*
- b) Cumprir os estatutos sociais e participar de todas as assembleias gerais da Cooperativa;*
- c) Participar na produção agropecuária, prestação de serviços e atividades gerais da Cooperativa, pertinentes aos seus objetivos;*
- d) Zelar pelo bom funcionamento da Cooperativa (Estatutos das Cooperativas,1993).*

Os Estatutos prevêm a Assembleia Geral, que ocorrerá anualmente, como órgão máximo da sociedade, onde todo e qualquer assunto relativo às Cooperativas deve ser discutido e, havendo necessidade, votado pelos sócios, os quais possuem, em qualquer circunstância, direito a um único voto. Há também a possibilidade de convocação, através de edital elaborado e emitido pela diretoria, da realização de assembleias extraordinárias, com prazo mínimo de 48 horas de antecedência.

Em relação à distribuição das sobras líquidas anuais, serão destinados 10% para Fundo de Reserva de Capital, para reparar prejuízos ou atender as necessidades de desenvolvimento; 5% para Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social; 30% para o Fundo de Investimentos Produtivos; 20% para aumento do Capital Social da Cooperativa; sendo o restante distribuído entre os sócios de forma proporcional à sua participação nas operações e serviços.

Em caso de prejuízos, a assembleia de sócios decidirá recorrer ao Fundo de Reserva ou à alienação de alguns bens, ou ainda, por algum tipo de contribuição especial.

b) Regimentos Internos

Após a devida aprovação dos regimentos internos em Assembléia Geral, as ações dos cooperados passaram a ser regidas pelas normas neles estabelecidas.

O conteúdo dos regimentos reafirma o compromisso com as linhas ideológicas e políticas do MST, estabelecendo como principais objetivos, em seu art. 3º, os que se seguem:

- a) Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização em vista de organizar o trabalho de seus sócios.*
- b) Liberar mão-de-obra para contribuir no MST, SCA e PT.*
- c) Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da Reforma Agrária e do interesse do seu quadro social.*
- d) Dar exemplo através dos resultados econômicos e social de que a Reforma Agrária dá certo.*
- e) Buscar a especialização da mão-de-obra.*
- f) Garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através da gestão democrática (Regimentos Internos das Cooperativas, 1993).*

Também são os regimentos internos que estabelecem a forma de estruturação e funcionamento das cooperativas, e muito embora não hajam grandes diferenciações apresenta-se a seguir a forma da estruturação de ambas as cooperativas, tendo em vista a forma de administração das mesmas.

Quadro 5 – Estrutura Organizativa da COPACO e da COPAVI

COPACO	COPAVI
Administração	Administração
<ul style="list-style-type: none"> • Diretoria Presidente Vice-presidente Secretário Geral Tesoureiro Vice-tesoureiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretoria Presidente Vice-presidente Secretário Geral Tesoureiro Vice-tesoureiro
<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Fiscal 03 membros efetivos 03 membros suplentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Fiscal 03 membros efetivos 03 membros suplentes
<ul style="list-style-type: none"> • Assembléia Geral Todos os sócios da cooperativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Assembléia Geral Todos os sócios da cooperativa

Fonte: Regimentos Internos e Estatutos (1993) / **Organização:** VIANA, 2002.

Para se associar às cooperativas, é necessário que o pretendente passe por um período de experiência de oito meses de trabalho em caráter experimental, durante o qual será avaliado, estando sujeito às regras estabelecidas nos Regimentos.

O trabalho na COPACO é estabelecido de segunda-feira a sábado até ao meio dia, exceto nos setores que necessitam de mão-de-obra permanente, os quais se organizam de forma a estabelecer rodízios no sentido de não haver prejuízos à execução dos trabalhos, bem como evitando a sobrecarga dos trabalhadores. As funções são distribuídas de acordo com as aptidões de cada um, sendo que a remuneração é feita de acordo com o número de horas trabalhadas, estipulado um mínimo de 160 horas mensais, podendo os sócios estudantes cumprirem 140 horas.

Outras, dentre as poucas, diferenciações entre os Regimentos está relacionada ao limite mínimo de horas trabalhadas, enquanto a COPACO estipula 160 horas, na COPAVI o mínimo é de 176 horas.

O não cumprimento do mínimo de horas estabelecidas para cada trabalhador, sócio ou não, em ambas as cooperativas, implicará no desconto sobre as horas feitas de 100% do número de horas deixadas de cumprir para alcançar o mínimo estabelecido pelo regimento. Ou seja, se algum sócio cumprir, sem a devida justificativa, 20 horas à menos do limite mínimo, terá o desconto de 40 horas já trabalhadas.

Os chamados “*liberados*”, pessoas da cooperativa liberadas para exercer funções externas, quer políticas quer profissionais, receberão o correspondente a oito horas de segunda a sexta-feira e quatro horas no sábado, no entanto se estiverem recebendo remuneração extra para o cumprimento da atividade, o valor referente ao seu pagamento deverá ser repassado à cooperativa para que não haja oneração do grupo.

Está previsto um período de 15 dias de folga por ano na COPACO e 30 dias na COPAVI, sem remuneração, a cada trabalhador ou trabalhadora. No entanto, se este período for extrapolado sem a devida justificativa, será efetuado o desconto em dobro no valor da hora trabalhada.

Nos casos de gravidez, as mulheres terão direito à 3 meses de folga anterior ao parto, e três anos após, no caso da COPACO, tendo em vista a importância do acompanhamento à criança nos primeiros anos de vida. No entanto, caso haja possibilidade de existência de creche e refeitório no assentamento, esta deliberação poderá ser revista, pois se houver um espaço bem estruturado onde as crianças possam ficar enquanto as mães trabalham, as mesmas poderão retornar mais cedo às suas funções na cooperativa. Não há menção no Regimento em relação à licença paternidade, no entanto, são concedidos, conforme aprovação dos demais, alguns dias a depender da necessidade.

Já na COPAVI, o Regimento prevê o direito à mãe, de uma licença de sete meses, sendo um mês antes e seis meses após o parto e, cinco dias de licença paternidade ao pai.

Com o objetivo de estabelecer e de primar pela harmonia interna do grupo, os Regimentos também trazem, consigo, um capítulo onde são abordadas as normas para o relacionamento dos sócios das cooperativas, apontando para o crescimento do companheirismo e no compromisso uns com os outros, tanto no âmbito interno como externo. Se ocorrerem agressões verbais, os envolvidos serão advertidos por duas vezes, persistindo o problema, as penalidades deverão ser estabelecidas pelo conselho executivo. Porém, se o caso for de agressão física, com armas brancas ou de fogo, haverá expulsão e denuncia às autoridades competentes para averiguação dos fatos e medidas judiciais cabíveis.

b.1) Setores da COPACO e COPAVI

Quadro 6 – Divisão de Setores

COPACO - Setores	COPAVI - Setores e Departamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estrutura • Animais • Lavoura 	<ul style="list-style-type: none"> • Setor de Produção Departamento de Pecuária Departamento de Lavoura Departamento de Horta Departamento de Indústria • Setor Comercial Departamento de Vendas Departamento de Entregas • Setor de Apoio Departamento de Serviços Departamento Financeiro Departamento de Secretaria Departamento de Liberados¹⁰

Fonte: Regimentos Internos e Estatutos (1993) / **Organização:** VIANA, 2002.

Através do Regimento Interno, a COPACO foi dividida em três setores: Infra-estrutura, Animais e Lavoura.

A diversidade no tipo de atividade exercida e na produção, faz com que a COPAVI, por ser voltada à agroindústria, tenha uma estrutura diferente da COPACO, o que justifica a divisão de seus setores em vários departamentos.

No entanto, em ambos os casos, sejam setores ou departamentos, é eleito a partir da assembléia geral um coordenador para cada área, cuja função específica perpassa pela organização, administração e supervisão dos trabalhos. Cabe ressaltar que cada coordenador é um trabalhador comum dentro da cooperativa, com a responsabilidade de desempenhar suas funções junto aos setores e ou departamentos como qualquer outro.

¹⁰ Cabe destaque ao departamento de liberados, através do qual alguns membros do assentamento são disponibilizados, de acordo com as possibilidades, para atuarem especificamente no MST, sendo remunerados pela própria cooperativa por uma carga horária de oito horas, gerando, com isso, a mais valia política, no sentido de dar sustentabilidade às ações táticas e estratégicas do Movimento.

Cada um desses setores possui dois coordenadores, sendo de antemão estabelecido quem será o primeiro e o segundo na ordem de comando, para que não haja conflitos na coordenação dos trabalhos.

Todos os setores devem ter suas funções definidas através do plano de trabalho elaborado, contendo as propostas para a organização interna de cada um deles. Os trabalhos devem ser coordenados de forma a organizar a mão-de-obra disponível, inclusive controlando as horas trabalhadas para que haja o máximo de aproveitamento possível evitando assim a ociosidade.

b.2) Instalações

A organização interna perpassa fundamentalmente pela estruturação das instalações existentes, uma vez que delas advêm as condições elementares para a manutenção do potencial produtivo e organizativo das cooperativas.

b.2.1) Instalações da COPACO

A COPACO conta com várias instalações construídas durante o seu período de existência, as quais seguem apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Relação e quantidade dos tipos de instalações existentes na COPACO

Quantidade	Tipo de instalação	Metragem / m²
01	Chiqueiro	80
01	Farinheira	24
01	Aviário	24
01	Estábulo	40
01	Escritório	40
01	Abatedouro	24
01	Aviário	192
01	Creche	24
01	Galpão	64
10	Bebedouros p/ animais	*
10	Comedouros p/ animais	*

Fonte: Levantamento de campo / Organização: VIANA, 2000.

- Não são dimensionados por metragem.

b.2.2) Instalações da COPAVI

A COPAVI também possui uma estrutura significativa em relação às suas instalações, no entanto, em função da sua característica agroindustrial as mesmas diferem um pouco da COPACO, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Relação e quantidade dos tipos de instalações existentes na COPAVI

Quantidade	Tipo de instalação	Unidade: lt/ ha/ m ²
01	Laticínio	120 m ²
01	Unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar	240 m ²
01	Unidade de beneficiamento de banana	240 m ²
01	Estábulo	600 m ²
01	Escritório	40 m ²
01	Refeitório comunitário	180 m ²
01	Aviário	200 m ²
01	Abatedouro	120 m ²
01	Galpão	70 m ²
01	Rede elétrica	700 m ²
01	Caixa d'água	50.000 lt
01	Caixa d'água	15.000 lt
01	Poço artesiano	*
	Irrigações	5 ha

* Não há informações sobre a profundidade

Fonte: Levantamento de campo / Organização: VIANA, 2001.

c) Agrovilas

As agrovilas constituem-se no espaço reservado à edificação/instalação das casas dos assentados, no entanto, também é território de intensificação da convivência entre os mesmos.

A cada família é destinado, na COPACO, um lote na agrovila com uma área de 1350 m², e na COPAVI um lote com 450 m².

Tal diferenciação entre as duas cooperativas, na área destinada a cada família na agrovila, se dá em função principalmente do fato de haver, na COPAVI o desenvolvimento da horticultura, o que torna uma área maior desnecessária, uma vez que não cultivam hortas individuais. Já na COPACO, as

famílias utilizam o espaço que teoricamente ficaria “*ocioso*” para o plantio de frutas e verduras.

No entanto, não há diferenças entre as normas para os deveres dos assentados em relação à agrovila, as famílias devem assumir o compromisso de manter os lotes limpos, primando pela organização, capricho e boa aparência dos mesmos.

d) Patrimônio da COPACO

Como fruto do desenvolvimento econômico e social, a cooperativa conseguiu, através da ação coletiva, a conquista de um considerável patrimônio, dada à proporcionalidade tempo/espaço, em termos de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Assim, esse é um fator que amplia as possibilidades de consolidação das ações produtivas do assentamento e, por conseqüência, dos sócios da cooperativa.

Em relação ao patrimônio da cooperativa, definido como sendo bens de uso e posse coletivos, o regimento é extremamente rígido, pois aponta para o fato de que se algum bem for doado ou vendido por qualquer sócio sem que para tal haja autorização da assembléia geral, o responsável tanto poderá ser obrigado a ressarcir o bem em dobro, como ainda poderá ser, a depender da gravidade do caso, expulso da cooperativa.

Tabela 10 – Patrimônio da COPACO até o ano de 2002

MÁQUINAS, IMPLEMENTOS E VEÍCULOS	
Quantidade	Tipo de Equipamento
01	Trator Ford 6630 – ano 96
01	Trator Ford 4600 – ano 78
01	Colhedeira – ano 86
01	Pampa GL – ano 85
01	Trator FORD 5600 - ano 86
01	Carreta para trator
03	Grade niveladora
01	Semeadeira plantio direto
01	Debulhador
01	Triturador
01	Engenho
01	Motor estacionário
04	Pulverizador manual
01	Envaletadeira
01	Terraciador
02	Rolo compactador
Bombas	
03	Bomba elétrica
01	Bomba de água – manual
02	Bomba de água elétrica
Ferramentas	
02	Jogos de chave de 41 peças
30	Enxada
21	Foice
01	Caixa de ferramentas
03	Armação de capinadeira
01	Ganchos para limpar dreno
08	Pá
04	Rastelo
01	Esmerílio elétrico
01	Furadeira elétrica estacionária
01	Furadeira elétrica manual
01	Torno pequeno
01	Lixadeira elétrica
01	Soldador Bambozzi 250
Equipamentos e móveis de escritório	
01	Calculadora elétrica
01	Calculadora científica
01	Grampeador
01	Armário
Outros	
01	Carroça de tração animal
01	Tacho de 400 litros
01	Seringa de vacinação
03	Tambores
01	Balança até 50 Kg
01	Microfone
02	Freezers
01	Painél fotográfico
01	Aparelho elétrico para cerca
06	Tarros de leite

Fonte: Levantamento de campo / **Organização:** VIANA, 2002.

e) Patrimônio da COPAVI

A COPAVI tem acumulado, a partir da ação conjunta de seus cooperados, um patrimônio aproximado de R\$507.400,00, considerados os bens de maior valor, incluindo animais, veículos, equipamentos e maquinários.

Essa cifra tem um significado muito maior, que não se extingue nela mesma, é o fruto das esperanças concentradas em torno de um projeto como alternativa de vida, que tem possibilitado avanços econômicos, sócios-políticos e ideológicos aos assentados.

Muito embora haja uma preocupação com a banalização dos demais resultados, se nos pautarmos somente nos aspectos econômicos, são eles, os números, que acabam sendo a fórmula concreta e palpável, através da qual pode-se avaliar os progressos da cooperativa.

Tabela 11 – Relação dos principais bens patrimoniais da COPAVI

MÁQUINAS, IMPLEMENTOS E VEÍCULOS	
Quantidade	Tipo de Equipamento
01	Trator MF – 292
01	Trator MF – 275
01	Trator Tobata
02	Carretas Agrícolas
02	Enciladeiras
01	Calcareadeira
01	Distribuidor de esterco líquido
02	Grades
01	Subsolador
01	Arado de 4 discos
01	Plantadeira
01	Pulverizador para trator
01	Kombi Standart – 2000
01	Kombi Standart – 1997
01	Moto Titan – 125 / 1999
	Equipamentos laticínio
	Equipamentos unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar
	Equipamentos da unidade de beneficiamento de banana

Fonte: Levantamento de campo / **Organização:** VIANA, 2002.

Cabe ressaltar que a rigidez mencionada em relação ao patrimônio da COPACO, também se aplica à COPAVI.

5.1.2. Produção e Produtividade da COPACO

A COPACO tem como principais atividades a leiteira e a rizicultura, haja visto, como já descrito no capítulo anterior, a qualidade e as condições do solo.



Foto 9 – Atividade leiteira
Fonte: VIANA, 2001



Foto 10 – Colheita de arroz
Fonte: Arquivo da Copaco.

Boa parte da remuneração mensal dos sócios advém da atividade leiteira, uma vez que é permanente, diferentemente da rizicultura cuja produção é sazonal e a safra só é comercializada uma vez ao ano.

As tabelas 12.a e 12.b apresentam dados referentes à remuneração dos sócios da COPACO, fruto da produção e comercialização do leite, nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

Tabela 12.a – Remuneração das famílias da COPACO, segundo o número de horas trabalhadas (1998/1999).

Mês	1998				1999			
	Horas trabalhadas	Produção de leite (litros)	Remuneração R\$	Remuneração Familiar (média)	Horas trabalhadas	Produção de leite (litros)	Remuneração R\$	Remuneração Familiar (média)
Janeiro	2501	4703	470,30	39,20	3429	5659	1.018,62	84,88
Fevereiro	2578	4116	452,76	37,73	3316	6733	1.279,27	106,60
Março	2738	3472	451,36	37,61	3387	4832	976,40	81,36
Abril	2854	3791	682,38	56,86	3371	3632	762,72	63,56
Maiο	2748	2868	630,96	52,58	3358	2407	529,54	44,12
Junho	3117	3604	901,00	75,08	3130	2022	485,28	40,44
Julho	3008	4207	1.135,08	94,59	3458	2872	746,72	62,22
Agosto	3352	3745	1.123,50	93,62	3268	3539	920,14	76,67
Setembro	3138	3123	874,41	72,86	3256	3518	844,32	70,36
Outubro	2871	3828	995,28	82,94	3520	2816	647,68	53,97
Novembro	3114	4409	793,62	66,13	3266	3602	864,48	72,04
Dezembro	3834	3958	712,44	59,37	3440	3135	783,75	65,31
Total anual	35.853	45824	9.223,09	768,57	40.199	44.767	9.858,92	821,53

Obs: O número de horas trabalhadas refere-se ao geral da cooperativa e não apenas às horas empregadas na atividade leiteira.

Fonte: Levantamento de campo / **Organização:** VIANA, 2000

Tabela 12.b – Remuneração das famílias da COPACO, segundo o número de horas trabalhadas (2000/2001).

Mês	2000				2001			
	Horas trabalhadas	Produção de leite (litros)	Remuneração R\$	Remuneração Familiar (média)	Horas trabalhadas	Produção de leite (litros)	Remuneração R\$	Remuneração Familiar (média)
Janeiro	3473	4382	1.051,68	87,64	3424	11.042	1.987,56	165,63
Fevereiro	3243	7067	1.766,75	147,23	2782	10.318	2.063,60	171,96
Março	3635	8305	2.159,30	179,94	3176	8.234	1.893,82	157,81
Abril	3296	7877	2.048,02	170,66	3119	6.323	1.770,44	147,53
Mai	3422	6626	1.789,02	149,08	3151	5.765	1.671,85	139,32
Junho	3124	8315	2.494,50	207,87	2152	4.272	1.281,60	106,80
Julho	3124	7839	2.430,09	202,50	2637	3.443	929,61	77,46
Agosto	3168	7134	2.354,22	196,18	2814	4.633	1.019,26	84,93
Setembro	2851	5267	1.632,77	136,06	2342	5.804	1.218,84	101,57
Outubro	3294	4589	1.239,03	103,25	3090	8.379	1.759,59	146,63
Novembro	3350	5769	1.326,87	110,57	2740	9.999	2.099,79	174,95
Dezembro	2858	8494	1.613,86	134,48	2571	12.426	2.609,46	217,45
Total Anual	35.714	81.664	21.906,11	1.825,46	33.998	90.638	20.305,42	1.692,04

Obs: O número de horas trabalhadas refere-se ao geral da cooperativa e não apenas às horas empregadas na atividade leiteira.

Fonte: Levantamento de campo / **Organização:** VIANA, 2001.

Ante os dados expostos, pode-se observar a gradativa ampliação da produção e, conseqüentemente, da renda advinda da atividade leiteira, que se constitui na única renda mensal fixa das famílias, uma vez que, como já frisado anteriormente, a produção do arroz ocorre anualmente, e somente após a colheita e a comercialização é feita a distribuição entre os sócios.

Entre os anos de 1998 e 2001, houve um aumento de mais de 97,5% na produção, o que elevou a renda média das famílias assentadas de R\$768,57 (setecentos e sessenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos) anuais, para R\$1.692,04 (hum mil, seiscentos e noventa e dois reais e quatro centavos), representando uma melhoria de mais de 120% na remuneração das mesmas. Dentre os fatores que contribuíram para esse significativo aumento, estão os investimentos feitos na atividade leiteira, como aquisição de freezer's para o resfriamento, da ordenhadeira mecânica, da melhoria na qualidade do pasto e do aumento do rebanho a partir da reprodução das matrizes leiteiras.

Possuindo atualmente um rebanho de 102 vacas leiteiras, a meta da cooperativa, estabelecida para os próximos dois anos é chegar à 120, para que assim possam ampliar ainda mais as possibilidades de aumento na renda mensal.



Foto 11 – Parte do rebanho da Copaco
Fonte: VIANA, 2001

Já a produção de arroz sofreu algumas alterações à princípio em contraste com a atividade leiteira. Em 1999/2000 foram produzidas 11.000 sacas de arroz, a maior produção atingida pela cooperativa até hoje, no entanto, essa produção, fruto de uma área de 70 alqueires de plantio, não conseguiu bom preço no mercado fazendo com que uma saca de 60 kg, fosse comercializada por até R\$4,17 (quatro reais e dezessete centavos).

Como reflexo das dificuldades com a safra anterior, em 2000/2001 a área de plantio foi reduzida para 17 alqueires, resultando em uma produção de 2.700 sacas, inclusive com aumento do preço da saca para R\$15,00 (quinze reais).

Em decorrência das oscilações das duas safras anteriores, considera-se pertinente apresentar os resultados da safra 2001/2002, onde a área foi novamente ampliada, desta feita para 40 alqueires, atingindo uma produção de 5.020 sacas, o que significa uma produção média de 125.5 sacas por alqueire.

A renda obtida a partir das 4.485 sacas comercializadas atingiu os R\$89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais), fator que renovou as expectativas em relação a rizicultura, fazendo com que fosse inserido no planejamento da cooperativa para o próximo ano a manutenção da área de 40 alqueires, com concentração de novos investimentos, para que em pouco tempo possam estar colhendo uma média de 250 sacas por alqueire.

Tabela 13 –Produção e comercialização de arroz da COPACO, safra 99/2000, 2000/2001 e 2001/2002.

Safra	Toneladas		Número de Sacas		Quantidade/kg		Valor comercializado	
	Ano	Produzidas	Comercializadas	Produzidas	Comercializadas	Produzida	Comercializada	RS
99/00		660	570.9	11.000	9.516.2	660.000	570.972	41.640,00
00/01		162	138	2.700	2.300	162.000	138.000	34.500,00
01/02		301.2	269.1	5.020	4.485	301.200	269.100	89.900,00
Total		1.123.2	978	18.720	16.301.2	1.123.200	978.072	166.040,00

Fonte: Levantamento de campo / Organização: VIANA, 2002.

5.1.3. Produção e Produtividade da COPAVI

A COPAVI tem como principais atividades a bovinocultura leiteira, a avicultura, suinocultura, produção de cana e derivados, laticínio, abate de frango, produção de bananas e derivados e a horticultura.



Foto 12 – Irrigação da horticultura na Copavi
Fonte: Arquivo da Copavi.



Foto 13 – Horticultura na Copavi
Fonte: VIANA 2000

A variedade nas atividades bem como a preocupação com a questão ambiental e inovação tecnológica, têm garantido à COPAVI, progressos significativos, tanto em relação ao mercado consumidor quanto ao fato de ser considerada uma importante referência no processo de inovação agrícola nos assentamentos de Reforma Agrária, dada a sua infra-estrutura agroindustrial.

Prova disto é que os avanços tecnológicos garantiram à cooperativa um prêmio internacional com o desenvolvimento do projeto voltado à “*Secagem de Frutas por Energia Solar Térmica*”, concedido pela Associação de Engenheiros Industriais da Catalunha – Espanha, sobretudo por conjugar compromisso social, sustentabilidade e desenvolvimento local.

O processo de industrialização de frutas, principalmente banana, abacaxi e tomate, é feita em um barracão com estufa, cuja cobertura possibilita a absorção da energia solar e, conseqüentemente, a secagem das frutas.



Foto 14 – Barracão para secagem de frutas - Copavi.
Fonte: VIANA 2002



Foto 15 – Certificado – Premiação internacional
Fonte: Arquivo da Copavi.

A tabela a seguir, apresenta os avanços obtidos pela COPAVI em relação à receita obtida a partir de sua produção em todas as áreas nos anos de 1994 a 2002.

Tabela 14 – Receita da COPAVI, segundo o número de horas trabalhadas 1994 a 2002.

Ano	Horas trabalhadas	Receita Bruta (R\$)	Adiantamentos às famílias	Remuneração Familiar (média anual)	Remuneração Familiar (média mensal)
1994	74119	81.700,00	17.879,00	893,95	74,50
1995	78277	106.535,00	12.188,00	609,40	50,78
1996	74744	145.359,00	27.819,00	1.390,95	115,91
1997	77768	197.479,00	28.117,00	1.405,85	117,15
1998	69960	213.761,00	32.286,00	1.614,30	134,53
1999	73080	247.482,00	36.567,00	1.828,35	152,36
2000	85200	271.944,00	40.000,00	2.000,00	166,67
2001	80400	282.596,00	50.000,00	2.500,00	208,33
2002	93370	299.300,00	65.250,00	3.262,50	271,87
Total	706.918	1.846.156,00	310.106,00	15.505,30	1.292,10

Obs: O cálculo da renda média familiar foi feito a partir da divisão em 20 famílias.

Fonte: Levantamento de campo / **Organização:** VIANA, 2002

Ante os dados expostos, pode-se observar a gradativa ampliação da receita da cooperativa.

Entre os anos de 1994 e 2002, houve um aumento de mais de 365% na receita bruta da COPAVI, em consequência, tanto das inovações na produção, como dos investimentos feitos em qualificação de mão-de-obra e infra-estrutura, o que significou uma reversão na mesma proporção (365%) de renda aos assentados, pois em 1994 a média de remuneração de cada família era de R\$893,95 (oitocentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos), já em 2002 passou a ser de R\$3.262,92 (três mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Já em relação ao aumento do número de horas trabalhadas não significa necessariamente uma sobrecarga de trabalho, pois segundo os próprios assentados, a partir do conhecimento adquirido no dia-a-dia, passaram a descobrir fórmulas para distribuir melhor as tarefas, fazendo com que setores onde antigamente trabalhavam três ou quatro pessoas, hoje funcionem com um ou dois trabalhadores, mantendo ou até mesmo ampliando a produção sem que, no entanto, haja perda na qualidade.

Tabela 15 – Produção das principais atividades desenvolvidas pela COPAVI, entre Janeiro e Outubro de 2002.

Tipo de Produto	Quantidade
Leite	220.000 lt
Hortaliças	85.000 unidades
Açúcar mascavo	20.000 kg
Rapadura	600.000 peças
Banana nanica	20.000 kg
Carne suína	10.000 kg
Carne de frango	13.000 kg
Banana passas	15.000 unidades

Fonte: Levantamento de campo / **Organização:** VIANA, 2002.

Além dos produtos já mencionados, há, também, a produção de pães, iogurtes, doces de leite, de abóbora e de banana.



Foto 16 – Produtos fabricados pela Copavi
Fonte: Arquivo da Copavi.

5.1.4. Relações da COPACO com o Mercado

A comercialização da produção da COPACO é dividida em duas formas distintas. Uma, no caso do leite, através da COANA (Cooperativa de Comercialização Agrícola Nova Aliança), outra, no caso do arroz, através da própria COPACO, direto com atravessadores.

A COANA, por ser uma cooperativa de comercialização ligada tanto à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, quanto ao Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, age de acordo com a proposta do Movimento no sentido de concentrar a produção dos assentamentos para em seguida, a partir do volume, ter poder de negociação no mercado evitando, desta forma, a exploração dos assentados pelos atravessadores, uma vez que a negociação é feita diretamente com indústrias e/ou mesmo outras cooperativas, como no caso da Central Norte, cooperativa que não possui qualquer vínculo com as propostas do Movimento e exatamente por isso a COANA assume um papel extremamente significativo enquanto elemento potencializador no processo de negociação na comercialização.

Aparentemente, há quem possa dizer que a COANA exerce o mesmo papel que o atravessador, no entanto, o diferencial está no tipo de relação estabelecida com os assentados, que está para além da mera compra e venda, há uma cumplicidade e uma série de objetivos que convergem para o mesmo ponto: a reforma agrária. Muito embora seja uma cooperativa com princípios socialistas (coisa pouco comum hoje entre as cooperativas) atuando em pleno sistema capitalista, a COANA serve como instrumento de enfrentamento, não apenas para a COPACO, mas para todos os assentados da região que através dela colocam-se em posição de igualdade na negociação pelo melhor preço, ela possui condições, por exemplo, de receber a produção leiteira advinda dos assentamentos, armazenando-a em freezer's e mantendo-a resfriada o que significa um acréscimo no preço para venda de R\$0,03 (três centavos) a R\$0,04 (quatro centavos) por litro.

Já a comercialização do arroz dá-se em outro patamar, é feita com atravessadores, e muito embora tenham consciência da exploração a que são sujeitos nessa relação, os assentados da COPACO ainda não conseguiram estabelecer uma fórmula para superá-la.

Há, no entanto, planos para que nas próximas colheitas eles próprios comecem a fazer a negociação diretamente com as empresas do ramo ou mesmo através da COANA. Existe, porém, também a clareza da necessidade de estarem preparados para competir no mercado em qualidade e quantidade, pois a concorrência com produtores maiores é sempre bastante desleal, sobretudo em relação ao poder de investimento na produção, quer em máquinas e/ou equipamentos, ou mesmo no tamanho da área de plantio.

O fato da produção advir de um assentamento do MST, em alguns casos, também funciona como obstáculo na comercialização direta, pois alguns compradores, geralmente cerealistas, assumem uma postura de subestimar a capacidade de negociação do assentado, sobretudo se este não trabalha de forma conjunta e acaba indo sozinho para o enfrentamento. Desta forma, muitas vezes prevalece a exploração pautada na subvalorização da produção, que pode, senão ser completamente evitada, começa a ser combatida com a negociação em grupo.

Outro elemento de peso na não comercialização direta se dá por conta da instabilidade e da insegurança gerada nas relações comerciais, uma vez que já passaram pela experiência de vender 1500 sacas de arroz para um atravessador, que muito embora tenha pago à cooperativa, não recebeu da cerealista com a qual havia feito a negociação. Sendo assim, os assentamentos acabam por optar em trabalhar com um atravessador conhecido que lidar com a insegurança do desconhecido.

5.1.5. Relações da COPAVI com o Mercado

A comercialização da produção da COPAVI sempre teve como meta a relação direta com o consumidor; desta forma a cooperativa foi aos poucos inserido-se no mercado e conseguiu se estruturar sem a presença do atravessador.

O leite é empacotado no laticínio da própria cooperativa, e entregue de Kombi aos supermercados e panificadoras (os cinco supermercados existentes no município comercializam o leite da COPAVI).



Foto 17 – Laticínio – Leite Pasteurizado da Copavi
Fonte: VIANA, 2002.

A princípio, a feira livre local e após, a Feira do Produtor no município de Maringá, também foram espaços ocupados para a comercialização dos produtos. Muito embora a produção fosse bastante aceita pela população de Maringá, a distância acabava sendo um obstáculo para a continuidade da participação na feira, pois os gastos praticamente acabavam empatando com os lucros. Em função disso, e à convite da Prefeitura Municipal de Inajá, os assentados optaram até mesmo pela proximidade, por participar da feira naquele município, o que tem sido mais econômico, logo, mais lucrativo.



Foto 18 – Barraca na feira do produtor em Maringá-PR.
Fonte: VIANA, 2001.



Foto 19 – Comercialização na Feira do Produtor de Maringá-PR
Fonte: VIANA, 2001.

Outra conquista significativa em relação à inserção da produção no mercado advém da participação da cooperativa em licitações públicas junto às prefeituras municipais, para comercializar a rapadura, que em função de suas características nutricionais, foi integrada ao cardápio da merenda escolar. Hoje, são cinco as prefeituras, mas o projeto é que consigam alcançar o maior número de contratos possíveis, uma vez que é uma excelente fonte de escoamento da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abre-se
Do chão
A boca
Do centro
Ardente
Em
Ebulição.
Na
Fenda
Penetra
A
Luz.
Germina
Então
O
Punho
Fechado
Feito
Semente
Aberta.
O
Vento
Lambe
Seus
Dedos
E
Em
Sinal
De
Aprovação
Abre-se
A
Mão.
Capta-se
A
Luz,
A
Energia
Vital

Para
Produzir
A
Justiça
Da
Terra
Dos
Homens
E
Mulheres.

(Semente)

Levando em consideração que *o homem se torna livre quando trabalha para si mesmo* (Martins, 1994) e que a luta dos trabalhadores rurais sem terra incorpora esta ideologia, é impossível não reconhecer-lhe a legitimidade.

Para tanto, é preciso considerar que a complexidade da questão agrária perpassa efetivamente pela necessidade preeminente de minar as estruturas do poder agrário no país, não apenas no que tange à propriedade da terra, mas, sobretudo no que se refere à transformação das bases do poder político-cultural que esta estrutura representa e que mantém, sobretudo a classe camponesa, refém de suas ações e relegada às mais diversas formas de exclusão.

Assim, é necessário inverter as prioridades e alterar as relações de forças entre o “*poder do dinheiro*” e o “*poder popular*”, compreendendo a Reforma Agrária como um passo extremamente significativo nesta direção.

Diante deste contexto, é inegável que as ocupações feitas pelo MST aparecem no cenário como instrumentos táticos para o movimento social camponês rumo à estratégia de solidificação de uma Reforma Agrária que atenda objetivamente às necessidades de superação da atual estrutura, pautada no latifúndio. Logo, é fundamental percebê-las também enquanto forma concreta para a acessibilidade e (re)constituição de uma nova territorialização do camponês. Pois, como expressão política, as ocupações possibilitam a representação, no plano real do cotidiano, da concretude da luta de classes e a (re)estruturação do campesinato, ainda que em formas diferenciadas.

Assim, na busca do acesso à terra, a classe camponesa contrapõe-se à imposição do sistema capitalista que ao espriar-se explora e expropria.

É também neste contexto de enfrentamento ao sistema que as cooperativas do MST aparecem na contra-mão da linha assumida pelo cooperativismo tradicional, apontando na direção do resgate histórico dos princípios fundamentais que nortearam o surgimento do movimento cooperativo.

Possuindo como um dos desafios a superação das relações patronais (as diretorias entendidas como padrões e as sobras repartidas, como salário),

as cooperativas do Movimento buscam construir um novo espaço organizativo e uma nova forma de viver o cooperativismo.

Assim, a partir da superação dos velhos, porém “atuais” modelos, as cooperativas possuem como metas mais que aumento da produção e produtividade, querem não apenas desenvolvimento econômico, mas a participação nas riquezas geradas, direito de todo trabalhador.

Pois, não necessariamente o capital, mas o capitalismo enquanto sistema legitimador do “engodo” de que a classe burguesa obtém acúmulo de capital em consequência do próprio trabalho, mascara a condição de exploração à qual os trabalhadores estão sujeitos, retirando dos mesmos o mérito de uma classe que vive dos frutos do “seu” trabalho, dissolvendo, muitas vezes, a possibilidade do contra-ponto com a classe que vive da mais valia, fruto do excedente do esforço concentrado do trabalhador.

Enquanto o cooperativismo tradicional procura manter a tendência de concentração de renda e de propriedade, o que acaba por contribuir para a expulsão dos trabalhadores do campo, as cooperativas dos assentados procuram a promoção do desenvolvimento rural baseado na melhoria de vida desta população, avançando para além da conquista da terra..

Como exemplo, têm-se os resultados obtidos através da COPACO e da COPAVI, e devidamente expressos no corpo deste trabalho, os quais não perpassam apenas pelas conquistas econômicas e sociais dos assentados, muito embora em ambos os casos os rendimentos tenham alcançado mais que o triplo do primeiro ano de implantação da cooperativa, são os frutos político-ideológicos que efetivamente reforçam a organicidade do assentamento e do Movimento.

A coesão nas ações coletivas não são fáceis de construir, no entanto, consolidam-se a partir da compreensão que pode haver diversidade de idéias, porém a consciência plena e comum dos ideais, uma vez que o objetivo central é o mesmo, possibilita a unicidade na luta. Apesar disso, o processo cultural desenvolvido, quer no campo ou na cidade, a partir do individualismo impregnado, faz com que alguns dos assentados prefiram, após a conquista do lote, cultivá-lo de

maneira individual, o que não consiste necessariamente em erro, incoerência, falta de compromisso ou contradição com os princípios do projeto.

Muito embora o cooperativismo seja compreendido como uma fórmula mais eficaz e/ou ágil, no sentido da transformação político-social e enfrentamento das situações adversas colocadas pelo capitalismo, é preciso compreender, respeitar e reconhecer a posição e os avanços obtidos nos assentamentos individuais, uma vez que se constituem na maioria, dando indubitavelmente ao MST, volume de sustentação popular e financeira.

De qualquer forma, seja através das ocupações, dos acampamentos, dos assentamentos coletivos e individuais, das cooperativas, das marchas, ou ainda, da mística incorporada no seio do MST, o eixo motivador de todas essas ações está centrado na busca da transformação social, apontando para o rompimento do paternalismo e da submissão, caminhando rumo à superação de todas as formas de dominação do homem pelo homem, ainda que num futuro distante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: MEDEIROS Leonilde. et al (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILLE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS/ANCA, 1994.

ARAÚJO, Silvia M. Pereira. **Eles: a cooperativa – um projeto sobre as ideologias da participação**. Curitiba, Projeto, 1982, p.130.

BASTOS, Eli Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENETTI, Maria Domingues. A problemática da capitalização nas cooperativas. In: **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul – uma análise do desenvolvimento da CONTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. & FERRANTE, Vera L.S.B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHIMIDT, B.V. et ali. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, UnB,1998.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. & NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZE JÚNIOR, Zeke. Assentamentos rurais e aproveitamento do espaço agrário. In: ROMEIRO, A. et ali. **Reforma agrária: produção, emprego e renda – Relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 154-159.

BORDA, Orlando Fals. Formación y deformación de la política cooperativa en América Latina. **Boletín do Inst. Intern. de Estudios Laborales**. Genebra, (7): 135-65, jun.1970.

BORGES, Paulo Torminn. **Estatuto da Terra**. São Paulo: Pró-livro, 1979. Cap. II, p. 207.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério da Educação, Brasília – DF, 1988, Art. 184, p. 125.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

BULGARELLI, Waldírio. **Natureza jurídica das sociedades cooperativas**. São Paulo: Clássico Científica, s/d.

_____. A nova legislação cooperativa brasileira. In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo, Pioneira, 1966.

_____. **O Kibutz e as cooperativas integrais**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 109.

CALDART, Roseli Salete & SCHWAAB, Bernadete. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio, STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHACON, Vamireh. Cooperativismo e Comunitarismo. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1959.

CONCRAB/MST. **CONCRAB** – quatro anos organizando a cooperação. São Paulo, MST, 1996, 28p.

CONCRAB/MST. Cooperativa de produção – questões práticas. **Caderno de Formação**, nº 21, São Paulo, MST, 1996, 89 p.

COPAVI. **Breve histórico do Assentamento Santa Maria**. Paranacity/Pr, COPAVI, 2000, 3p.

EXAME. Cooperativismo paranaense: a arrancada rumo à agro-indústria. **Exame**, Rio de Janeiro, junho, 1980, p. 41-56.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Formação camponesa na luta pela terra**. Presidente Prudente: Inédito, 1998.

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Cadernos Estudos NERA**, n. 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRINHO, Homero Martins. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. São Paulo, USP, 1972. (Tese de Doutorado).

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983, p.152.

FRAGA, Nilson César. **A Guerra do Contestado: da gênese ao genocídio**. 1988, 14p. (apostila).

GARCIA, Antonio. **Cooperación agrária y estratégias de desarrollo**. Ciudad del México: Siglo Venciuono, 1976, p. 291.

GRAZIANO NETO, Francisco. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, B.V. et ali. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UnB, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio, STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

INCRA/MST. **Projeto de viabilização econômica do Assentamento Santa Maria**. Curitiba/Pr, 1996.

INCRA/FAO. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: INCRA, abril 1999, 62 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária – as sociedades cooperativas**. 3. ed., São Paulo: Proposta, 1980, p. 130-149.

LAMERCHE, Hungles (coord.). **A agricultura familiar**. (Trad.) Angela M.N. Thywa. Campinas: UNICAMP, 1993.

LIMA, Luiz Mendes. Histórico do cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP, (43): 39 – 66, julho-agosto, 1974.

LOUREIRO, Maria Rita. (org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

MACHADO, Plínio Antonio. **Comentários à Lei do cooperativismo**. São Paulo, Unidas, 1975, p. 259.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo, Hucitec, 1986.

- _____. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. **O poder do atraso:** Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Fronteira** – a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. 15. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, Vol. I.
- MAUER JR, Theodoro Henrique. **Cooperativismo, uma economia humana.** São Paulo: Saraiva, 1971, p. 329.
- MEDEIROS, Daniel H. de. & MOCELLIN, Renato. **Aspectos do Mundo Moderno e Contemporâneo.** São Paulo: do Brasil, 1991.
- MEDEIROS, Leonilde et alli (org). **Assentamentos rurais:** uma visão interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1995.
- MLADENATZ, Gromoslav. **Historia de las doctrinas cooperativas.** México: Editorial América, 1944.
- MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação**, nº 20, São Paulo: MST, 1996, 56 p.
- _____. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** São Paulo: MST, ano XVIII, n. 202.
- OCEPAR** – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Curitiba: 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo, Ática, 1987.
- _____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo, Contexto, 1991.
- PARANÁ. **Legislação sobre sociedades cooperativas.** Curitiba: Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1946.
- PINHO, Diva Benevides. **Cooperativas e desenvolvimento econômico.** São Paulo: USP, 1963.
- _____. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** 2. ed., São Paulo: Pioneira, 1965.

- _____. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico. In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: 1973. (Fundação Friedrich Naumann, Bonn-Bad Godesberg, Alemanha).
- PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ROSA, Maria Cristina. **Semeando os fios (re)colhendo a trama**: Estudo da produção de algodão no Assentamento de Bóias Frias de Querência do Norte – 1983 a 1988. Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 1990. (Dissertação de Mestrado)
- SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.
- SERRA, Elpídio. & VIANA, Gessilda da Silva. A reforma agrária no noroeste do Paraná e o assentamento de Paranacity. *Boletim de Geografia – Universidade Estadual de Maringá – UEM*, ano 15, nº 01, 1997, p.41-45.
- SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. Rio Claro, UNESP, 1986 (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Cocamar sua terra, sua gente**. Maringá, Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, 1988, p. 141.
- _____. **Processos de ocupação e a luta pela terra no Paraná**. Rio Claro, UNESP, 1991 (Tese de Doutorado).
- _____. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de Geografia – UEM – ano 10, n. 01*, 1992.
- STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, UFRGS/ANCA., 1994.
- _____. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.
- _____. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

- STÉDILE, João Pedro & SÉRGIO, Frei. **A luta pela terra no Brasil**. Scritta, 1993.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os colonos do vinho**: um estudo sobre a subordinação do camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1984.
- WARD, Gordon H. Estructura y organización de las cooperativas en los países en vías de desarrollo. In: McGRATH, Mary Jean. **Cooperativas prosperas**. México: Editorial Roble, 1971.
- WONS, Iaroslav. **Geografia do Paraná**. Curitiba: Ensino Renovado, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 – DECRETO N° 95.784, DE 04 DE MARÇO DE 1988.

ANEXO 2 – AUTO DE EMISSÃO NA POSSE

ANEXO 3 – CONTRATO DE ASSENTAMENTO

**ANEXO 4 – ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA CONQUISTA**

**ANEXO 5 – ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA VITÓRIA (COPAVI)**

ANEXO 6 – REGIMENTO INTERNO DA C OPAVI

ANEXO 7 – QUESTIONÁRIO